

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

Estado de Exceção como realidade permanente do processo de acumulação de capital

SÃO PAULO

2019

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

Estado de Exceção como realidade permanente do processo de acumulação de capital

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação GETULIO Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Linha de pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador Professor Doutor Francisco César Pinto da Fonseca

SÃO PAULO

2019

Seracinskis Junior, Roberto Eduardo.

Estado de Exceção como realidade permanente do processo de acumulação de capital / Roberto Eduardo Seracinskis Junior. - 2019.

161 f.

Orientador: Francisco César Pinto da Fonseca.

Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Estado de exceção. 2. Capital (Economia) - Aspectos sociais. 3. Neo-liberalismo. 4. Renda - Distribuição. I. Fonseca, Francisco César Pinto da. II. Tese (doutorado CDAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 330.146

Ficha Catalográfica elaborada por: Raphael Figueiredo Xavier CRB SP-009987/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas – SP

ROBERTO EDUARDO SERACINSKIS JUNIOR

Estado de Exceção como realidade permanente do processo de acumulação de capital

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação GETULIO Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Linha de pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador Professor Doutor Francisco César Pinto da Fonseca

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Fonseca (orientador) – FGV-EA-ESP

Prof. Dr. Daniel Andrade
– FGV-EAESP

Prof. Dr. Rafael Valim
The University of Manchester

Prof. Dr. Luiz Guilherme Mendes de Paiva
Ministério da Economia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos amigos e familiares que contribuíram para a concretização dessa pesquisa.

Agradeço o apoio à pesquisa do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, na figura de sua presidenta e coordenadora, respectivamente, Eleonora Nacif e Luciana Zafallon Leme Cardoso.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação na graduação: Antônio Corrêa de Lacerda, Daniel Arias Vazquez, Giuliano Contento de Oliveira, João Ildebrando Bocchi, José Geraldo Portugal, Maria Angélica Borges, Rosa Maria Marques, Rosa Maria Vieira, Waldemir Quadros (Vavá), José Márcio Rego.

Agradeço a Pâmela Tonsa e Lidiane Mendes da Secretaria da FGV-SP.

Agradeço aos colegas e professores do programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, em especial aos professores Luiz Calos Bresser-Pereira, Kurt Eberhart Von Mettenheim, Maria Rita Loureiro, Mario Aquino Alves, Marta Ferreira Santos Farah e Peter Kevin Spink.

Agradeço aos professores da banca de qualificação Daniel Andrade e Guilherme Paiva, também presentes na banca de defesa, que será somada do professor Rafael Valim.

Agradeço ao meu orientador professor Francisco Fonseca.

Agradeço ao coordenador de mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo, professor José Antonio Puppim de Oliveira.

Agradeço a EAESP-FGV pelo apoio e financiamento concedido.

Sumário

Capítulo I - Introdução e contextualização	9
Capítulo II Teoria Derivacionista do Estado e do Direito (TDED).....	18
1 Do Absolutismo ao Estado de Direito.....	32
1.1 Breve considerações sobre o Absolutismo.....	33
1.2 Estado de direito como resistências e contestações burguesa ao Absolutismo.....	40
Capítulo II - O Estado de Exceção e o Processo de Acumulação de Capital	54
2 Apresentação de um conceito provisório de Estado de Exceção.....	54
3 O Estado de Exceção na realidade do Estado de Direito	60
3.1 Estado de Exceção na República de Weimar.....	62
3.1.1 As condições históricas do Estado de Exceção na República e Constituição de Weimar	63
3.1.2 O Estado de Exceção na Constituição de Weimar.....	68
3.1.3 Adendo: uma vista panorâmica da evolução do Estado de Exceção em Schmitt	72
4 Apresentação crítica do conceito biopolítico de Estado de Exceção em Agamben.....	75
5 Estado de Exceção como acumulação permanente de capital	85
5.1 O tratamento do Inimigo pelo Direito	96
5.2 Uma breve análise do caso Lula	110
Capítulo IV - Neoliberalismo.....	115
6 Regime de regulação neoliberal: aspectos econômicos e sociais	115
6.1 Neoliberalismo enquanto Regime (escola da regulação)	126
6.2 Neoliberalismo como a Nova Razão do Mundo	128
7 Política macroeconômica brasileira neoliberal	133
Capítulo V - Considerações finais	138
Anexo I: Indicações históricas do Estado de Exceção Permanente no Brasil	141
OBRAS CITADAS	145

Algumas almas cândidas acreditam que nos novos tempos democrático a direita e o imperialismo vão se abster de aplicar métodos violentos para frustrar o projeto transformador. Não mais ‘pinochetismo’, não mais paramilitares...Infelizmente, isso não é assim, e toda essa perspectiva – na verdade, uma simples esperança, mais que uma perspectiva – está baseada na aceitação de uma série de falsas premissas. Em primeiro lugar, existe a falsa noção de que as mudanças sociais e políticas podem ser realizadas sem despertar fortes resistências. Tal como dissemos em inúmeras ocasiões, as mais moderadas iniciativas reformistas promovidas pelas organizações em geral terminam num banho de sangue, principalmente no Terceiro Mundo. E, em segundo lugar, e ainda mais problemático: não existe nenhuma evidência histórica que demonstre que uma classe dominante, ou uma aliança de classes dominantes, tenha renunciado voluntariamente ao poder, às suas riquezas e aos seus privilégios após ter iniciado um processo radical de transformações sociais. (Boron, 2011, p. 94)

Com isso, a forma jurídica contém uma dupla contradição: ela limita o alcance da força coercitiva estatal, mas ela mesma funda-se sobre a violência; e a garantia das liberdades civis encontra a sua fronteira na propriedade privada dos meios de produção. Dessa maneira, a formação jurídica da ação estatal sempre leva consigo o seu oposto: a aplicação da violência fora da lei. [...] Vê-se que o “monopólio estatal da força”, ao qual é atribuída hoje a condição de uma conquista civilizatória, não representa nada mais que uma forma histórica específica de relações sociais de exploração e de opressão. Mas, com a sua implantação, modificou-se consideravelmente o modo como a violência é aplicada e como as lutas são travadas. Ela se tornou, até certo ponto, racional e calculável e, em certo sentido, também civilizada. (HIRSH, 2010, p. 29 e 59)

RESUMO

Esta tese discute de forma crítica a ideia de Estado de Exceção Permanente desenvolvida por Giorgio Agamben em diálogo com Carl Schmitt, os principais teóricos, clássico e contemporâneo, respectivamente, do Estado de Exceção. Em seus principais trabalhos Agamben recupera as práticas do nazismo e a considera o paradigma do Estado de Exceção Permanente, transformado em modo de gestão dos governos contemporâneos. Assim, a figura de um Führer, o Soberano, produz a vida nua da biopolítica, o *homo sacer*, que se configura numa “vida matável” sem que a sua morte se configure homicídio, cujo campo de concentração é o espaço de indistinção entre o legal e o ilegal. Com tais características o Estado de Exceção se torna permanente, sem necessidade de haver um estado de emergência que justifique a sua instauração, como até então era entendido. Partindo das concepções derivacionista e materialista do Estado e do Direito (Joachim Hirsch e Pachukanis) e do entendimento do processo de Acumulação Capital Primitiva e Permanente (Marx, Luxemburgo e Harvey) essa concepção é analisada de forma crítica, para entender que o Estado de Exceção, embora seja permanente, responde e é configurado pelas necessidades do processo de Acumulação e é regulado, nos tempos atuais, pelo regime neoliberal. A modulação e formas assumidas pelo Estado de Exceção dependem das condições de acumulação, sociais e históricas de cada país, e da relação de forças que influencia e participa do Estado. A promoção neoliberal da desigualdade, da redução de direitos, da precarização do trabalho, do aumento do punitivismo, das quebras de solidariedades e do individualismo exacerbado são consequências atuais deste Estado de Exceção, tendo o Judiciário papel fundamental em definir a Exceção, sob o comando do regime neoliberal, e selecionando o inimigo da exceção como *homo sacer*, cuja vida pode ser “matável”, não apenas física, mas também simbolicamente.

Palavras-chave: Estado de exceção; Capital (Economia) - Aspectos sociais; Neoliberalismo; Renda - Distribuição

ABSTRACT

This thesis critically discusses the idea of State of Permanent Exception developed by Giorgio Agamben in dialogue with Carl Schmitt, the main theoreticians, classical and contemporary, respectively, of the State of Exception. In his main works, Agamben recovers the practices of Nazism and considers it the paradigm of the State of Permanent Exception, transformed into a mode of management of contemporary governments. Thus, the figure of a Führer, the Sovereign, produces the naked life of biopolitics, the homo sacer, which is configured in a life that cannot be killed, and whose death is homicide, whose concentration is the space of indistinction between the legal and the illegal. With such characteristics, the State of Exception becomes permanent, without the need for a state of emergency to justify its establishment, as previously understood. Starting from the derivationist and materialist conceptions of the State and Law (Joachim Hirsch and Pashukanis) and the understanding of the Primitive and Permanent Capital Accumulation process (Marx, Luxemburg and Harvey) this conception is analyzed critically in order to understand that the State of Exception, although it is permanent, responds and is shaped by the needs of the Accumulation process and is regulated in the present times by the neoliberal regime. The modulation and forms assumed by the State of Exception depends on the accumulation conditions, social and historical of each country, and the relation of forces that influences and participates in the State. The neoliberal promotion of inequality, the reduction of rights, the precariousness of work, the increase of punitivism, the breakdown of solidarities and exacerbated individualism are the current consequences of this State of Exception, with the judiciary having a fundamental role in defining the Exception, under the command of the neoliberal regime, and defining the enemy of the exception as homo sacer, whose life can be killable, not only physically, but symbolically.

Keywords: State of Exception; Capital – (Economy) – social subjects; Neoliberalism; Income – distribution.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2018 a Constituição Federal completou 30 anos e a declaração dos Direitos Humanos da ONU do pós-guerra, 70 anos. Numa perspectiva humanista, poder-se-ia pensar que os brasileiros estariam melhores do que há 70 ou 30 anos, os direitos e garantias fundamentais estariam consolidados e permaneceriam como protetores da sociedade civilizada. Assim, os direitos, positivados, garantiriam, no mínimo, a proteção à dignidade, ao meio ambiente, aos direitos sociais etc.. O Estado sendo regulado pela lei e, principalmente, pela Lei Maior, seria o responsável por essas garantias, ainda mais se for tomado como ponto de partida o belo preâmbulo da Carta Magna brasileira:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988)

Porém, uma breve análise sobre os dados e o contexto político nacionais pós 2016 trazem enorme preocupação. Primeiro, uma rápida análise sobre o campo das estatísticas relacionadas à segurança pública e violência. O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, estamos chegando nos 727 mil presos, atrás dos EUA e da China, enquanto o número de vagas é quase metade do total da população presa (DEPEN, 2017). Todo ano as estatísticas de homicídios crescem e já estamos próximos de uma média de 60 mil mortes por ano (IPEA;FBSP, 2017; IPEA E FBSP, 2018). Por outro lado, temos mais de 80 mil desaparecidos, apenas em 2017. Números semelhantes ao de homicídios são os de estupros, por volta de 60 mil, sendo que 41 mil ocorrem contra crianças e adolescentes até 18 anos; já quanto aos registros de violência contra mulher, o número é de 221 mil. Quanto ao recorte racial, os negros possuem taxa de homicídio de 40/100 mil, enquanto aos não negros a taxa é de 16/100 mil (IPEA E FBSP, 2018).

Dos homicídios, 71% foram praticados com armas de fogo; apesar disso em janeiro de 2019 houve a edição do decreto presidencial nº 9.685/2019 (BRASIL, 2019) flexibilizando as condições para a posse de armas. Segundo o decreto, considera-se a efetiva necessidade, o que permite a aquisição de arma de fogo, até um número de quatro: os agentes públicos envolvidos com o Sistema de

Justiça em geral, residentes em áreas rurais, residentes em áreas urbanas cuja taxa de homicídio seja superior a 10 por 100 mil habitantes, índice extraído do mesmo Atlas da Violência que demonstra as estatísticas anteriores. Os donos de estabelecimento comercial e industrial também podem adquirir armas de fogo.

Na prática, os latifundiários em disputa de terras com indígenas e com o movimento sem-terra poderão comprar armas, simplesmente por morarem em zonas rurais, da mesma forma que quem tiver um bar. Já em relação à justificativa de poder comprar arma em cidades urbanas cujas taxas sejam maiores que 10/100mil tornaria a realidade de segurança pública nacional, por si só, já como atendendo ao critério de efetiva necessidade, pois para se ter uma ideia, segundo o Atlas da violência de 2018 todos os Estados possuem taxa superior à estipulada pelo Decreto.

Além disso, o ministro da justiça, Sergio Moro, lançou proposta de alterações legislativas no sentido de legitimar o assassinato cometido por policiais em serviço e agilizar/constitucionalizar a prisão inconstitucional após condenação em segunda instância, dentre outras medidas de ampliação do punitivismo, que reduzem direitos.

Quanto ao contexto político, as duas últimas eleições foram tremendamente acirradas e ocorreram sob clima de ódio. A presidenta eleita em 2014 foi deposta sem haver crime de responsabilidade, em 2016, e seu vice assumiu e iniciou a aplicação de uma agenda política e econômica neoliberal vigorosa.

Nos últimos quatro anos, as manifestações de rua que movimentos e partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais organizaram foram duramente reprimidas com uso da força policial, tendo o autor fotografado uma de suas vítimas que perdera a visão por conta de uma bala de borracha em 31/8/2016. Se as manifestações de esquerda são reprimidas, as de direita ocorrem sem problemas, com os policiais quase que se confraternizando com os manifestantes, como as manifestações que pediam o Impeachment de Dilma.

A polícia de choque usa caminhão com jato de água para dispersar e perseguir os manifestantes, apelidado de “Caveirão”. Por outro lado, a tropa de elite da polícia militar carioca, em suas incursões aos morros, não usa bala de borracha. Os cariocas encontraram-se durante todo o ano passado (2018) sob intervenção federal das forças armadas. Em plena democracia e, justificadas pela manutenção da ordem pública, as Forças Armadas estão a fazer intervenções em diversos Estados do país

por meio do instituto de Garantia de Lei e Ordem¹. Segundo os dados do Ministério da Defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA), de 2010 a janeiro de 2019 foram 49 operações, com um custo estimado em 1.975 bilhão de reais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Dos países da América Latina que tinham governos de centro-esquerda, apenas dois ainda restam, os demais ou perderam eleições (alguns em situações excepcionais, como o Brasil) ou foram retirados com golpes de Estado, independente da sua forma (SERRANO, 2016); os que sobraram usam métodos pouco democráticos para manter a situação, contra uma oposição de direita que também utiliza estratégias para implementar golpe, como pedir ajuda dos EUA.

Amarildo, uma das pessoas que arcaram com as consequências penais das manifestações de 2013, mesmo sem ter envolvimento político, foi condenado sem provas e hoje permanece ainda preso (regime domiciliar), assim como o ex-presidente da República, Lula, que praticamente está preso numa solitária, não podendo sequer ir ao enterro de seu irmão, falecido recentemente. O assassinato da vereadora carioca do PSOL Marielle Franco permanece sem solução, já há seis meses, e o Deputado Federal, também do PSOL, Jean Willys saiu do país, exilando-se na Europa, por temer futuro igual à de sua colega, pois sofreu ameaças de morte.

Todos esses eventos levam a maior parte do pensamento social crítico a definir esse período como verdadeiro Estado de Exceção, uma fase de anormalidade, de suspensão das garantias e direitos fundamentais, um período pós-democrático, com forte presença de movimentos, sentimentos e instituições profacistas².

¹ Baseada no inciso I do artigo 87 da Constituição e regulada Lei Complementar 97/1999 e Decretos 3.897 de 2001 e 7.974/2013 tem a seguinte definição, conforme o próprio Ministério da Defesa: “Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001). - Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP) são pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio. - Ameaças são atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014)

² É praticamente impossível acompanhar a edição de livros sobre essa temática na qual não há necessariamente uma abordagem conceitual e aprofundada sobre o Estado de Exceção, mas há a avaliação de tempos difíceis ou anormais, em especial, que colocam em crise a própria democracia: alguns exemplos sobre a temática são (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; CASARA, 2017; DULCE, 2018; FILHO e ALFREDO, 2018; TIBURI, 2015)

É comum, desde de leitura de jornais, blogs e mesmo livros recentes, os textos terem a expressão do Estado de Exceção; o discurso político-partidário e mesmo parlamentar também carregam essa concepção, até mesmo decisões judiciais trazem o Estado de Exceção em seus julgados³. Tudo é Estado de Exceção? Estamos vivendo um período de anormalidade, diferente de outros períodos de anormalidade? Tais acontecimentos são totalmente diferentes em relação a períodos anteriores?

Nesse contexto é que o debate sobre Estado de Exceção ganha relevância e autores como Carl Schmitt voltam a ser estudados, pois ele se tornou o autor clássico desse tema. Mas uma teoria formulada nos anos 1920/1930 ainda é válida? Um autor italiano, Giorgio Agamben, passa a se dedicar ao tema e ir além do que Schmitt havia conceituado, trazendo a ideia de Estado de Exceção para os dias atuais, explicando muitas situações e adaptando seus escritos às ideias de Michel Foucault.

Para Agamben, vivemos em um Estado de Exceção Permanente, que está além da competência jurídica, constituindo-se, inclusive, a forma contemporânea de gestão política. Para chegar aí ele recorre à experiência nazista: Hitler, a perseguição aos judeus e os campos de concentração, se apoiando muito no próprio Schmitt, que não só viveu naquela época como apoiou o regime nazista. Agamben trouxe boa contribuição e atualização do Estado de Exceção, ajudando a entender a realidade atual, mas talvez não seja suficiente sua explicação ou a generalização a que ele chega, em especial para explicar todos os eventos narrados nos parágrafos anteriores, e que estão presentes não só no Brasil, pelo contrário.

No Brasil, os estudos de Pedro Serrano e Rafael Valim, além de fazerem competente revisão bibliográfica sobre o tema mostram como é possível perceber o Estado de Exceção na realidade do país, nas Medidas de Exceção à disposição de um Soberano na figura do Poder Judiciário, evidenciado nos golpes de Estado na América Latina (SERRANO, 2016), ou o próprio mercado e suas políticas antissociais (VALIM, 2017).

³ Em 2015, o ministro do STF, Marco Aurélio, em ação de Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (STF, 2015), declarou que o Sistema Prisional vivia um “Estado de Coisas Inconstitucional”. Essa ação foi realizada pelo PSOL no intuito de que a autoridade judicial declarasse a calamidade do sistema prisional para evitar com que houvesse contingenciamento neoliberal dos recursos do Fundo Penitenciário e a realização de audiências de custódia para reduzir o aprisionamento provisório de pessoas sem antes passarem por uma audiência prévia com juiz para verificar a legalidade e pertinência da prisão.

Esta pesquisa buscou contribuir com esse debate sobre o Estado de Exceção, trazendo uma nova perspectiva ao mostrar a ligação de um Estado de Exceção Permanente originado na Acumulação Primitiva de Capital e mantido até os dias atuais pela Acumulação Permanente do Capital.

Para isso, voltou-se às origens históricas da formação mesma do Estado de Direito, pois não há Estado de Exceção sem Estado de Direito. O olhar sobre esse Estado de Direito é, primeiro, histórico, para retrabalhar sua especificidade, ao mesmo tempo em que é colocado como uma formação superestrutural dentro do Modo de Produção Capitalista.

O que permite tal visão é uma teoria nascida na ex-URSS, na década de 1920, após a Revolução Russa, por meio da qual seu autor, Pachukanis (2017), fará críticas ao Direito, mas também ao Estado de Direito, pautado pela leitura do processo de circulação da mercadoria, tal como Marx o analisou em *O Capital*. Contribuindo com tal visão também foi mobilizada uma teoria mais recente, a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito (TDED), em uma das suas vertentes mais importantes, na figura de Joachim Hirsch (HIRSH, 2010), que faz a releitura da teoria de Pachukanis e inova em diversas questões para entender o Direito e o Estado.

Daí que para Pachukanis e a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, o Direito e o Estado são formas jurídicas do capital; portanto, o surgimento do Estado de Direito não é um ganho civilizatório, mas é a forma política e jurídica do próprio capitalismo, garantindo sua ordem. Nesse sentido, violência, autoritarismo, coerção e outras características a que hoje remetemos ao Estado de Exceção já estariam ali presentes, inclusive o próprio Estado de Exceção formal já estaria positivado nas constituições das chamadas revoluções burguesas do século XVIII: a Revolução Francesa e a Independência dos EUA.

Após essa análise crítica da formação do Estado de Direito buscou-se ver o Estado de Exceção da mesma forma. Para isso, um outro olhar histórico, agora voltado para a República de Weimar, pois o artigo 48 de sua Constituição é que gerou todo o debate, hoje clássico, em torno da definição de uma prática já consolidada àquela época, a suspensão do Direito por questões de guerra ou desordem política. Em debate com Walter Benjamin, atento e partícipe da história de seu país, é que Schmitt vai conceituando o termo, como decorrer da própria experiência histórica.

Por meio dessa análise do período histórico é possível verificar, inclusive com muitas semelhanças com o período atual, uma série de condições que fez o governo da República que criou a

constituição social de Weimar, assassinar, despojar governos locais eleitos, incrementar o punitivismo da lei, usar a força militar para conter sublevações dos trabalhadores etc.. É nessa época que a Política enquanto definição de amigo contra inimigo fica mais patente (SCHMITT, [1932] 2015).

Com instabilidade política tremenda, com institucionalidade precária e autoritária, essa Alemanha derrotada e destruída pela Primeira Guerra, humilhada pelas reparações impostas pelos vencedores, com hiperinflação e enfrentando, em condições muito piores, a grande depressão da década de 1930, se justificaria perfeitamente o estabelecimento do Estado de Exceção, já que ele serve exatamente para suspensão da lei quando essa não pode mais ser aplicada, já que o Direito só pode ser exercido apenas em situação de normalidade (SCHMITT, [1922] 1971). Assim, cabe ao chefe do executivo julgar se a situação é de emergência e daí suspender o direito, usar a força e a violência para restabelecer a ordem e o Direito (SCHMITT, [1931] 2007). A toda essa situação é que a República sucumbiu ao nazismo, que se estabelece, inclusive, votando a suspensão do próprio parlamento, por meio da lei Plenipotenciária, que concedia a Hitler plenos poderes.

E é analisando toda a história do Estado de Exceção, inclusive sob Weimar, os trabalhos de Schmitt e o próprio nazismo que Agamben (AGAMBEN, 2004; AGAMBEN, 2007) vai cunhar os termos que o notabilizaram. Daí que o Führer é o Soberano que define e implementa no campo de concentração um território em que não há lei nem crime e aprisiona pessoas que possuem características específicas, o *homo sacer*, que vivem “a vida indigna de se viver”; essas pessoas podem ser mortas e quem as mata não comete homicídio, crime, não são assassinas. Para Agamben esse é o paradigma do Estado de Exceção Permanente, tendo-se pautado nas ideias da biopolítica de Foucault (FOUCAULT, 1999): o Soberano decide sobre a vida e morte.

É assim, por meio da análise crítica da história da formação do Estado de Direito e da prática do Estado de Exceção em Weimar apoiado na Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, pela análise das obras principais de Schmitt sobre o tema Estado de Exceção (Ditadura, Legalidade e Legitimidade, Teologia Política, O Conceito do Político, O Guardião da Constituição e O Führer Protege o Direito) e, fundamentalmente pela análise das duas principais obras de Agamben (O Estado de Exceção e *Homo Sacer*) - com apoio secundário na obra O que resta de Auschwitz -, que esta pesquisa faz algumas críticas à definição de Agamben. Também se propõe que, embora o conceito como tal definido do Estado de Exceção Permanente tenha sido constituído na experiência nazista, nas definições

tanto de Schmitt quanto de Agamben não há ligações com o capitalismo, e tampouco pode-se entender quem é o *homo sacer*, pois, para Agamben, na biopolítica é todo cidadão.

Partindo de indicações de pesquisadores do Direito sobre a forma jurídica no Processo de Acumulação do Capitalismo⁴ é que o trabalho chega à resposta de que é o processo de Acumulação do Capital, desde a Primitiva até Acumulação como ocorre nos dias correntes, que estabelece as condições do Estado de Exceção, não o jurídico-político do Schmitt, tampouco o Permanente do Agamben.

É do capitalismo o uso da violência simbólica e física para sua própria constituição, por meio do Estado e das relações sociais de produção que engendra; porém, mesmo depois de constituído é necessário a continuação desse processo, sob pena de acabar enquanto Modo de Produção. Por meio do processo de destruição-criativa é que a acumulação de capital age para criar novos mercados, para criar novas oportunidades para a valorização do capital excedente, para expropriar novas fontes de matéria-prima, para desregular mercados cuja regulação atrapalha ou trava, de alguma forma, a taxa de lucro. Também é pelas necessidades de acumulação que tanto Estado quanto Direito são transformados para garantir o processo. A legalidade ou ilegalidade, democracia ou autoritarismo, não são essenciais para tanto, desde que preservada a propriedade e os contratos sendo cumpridos, por isso que suspender o direito ou mantê-lo não é o essencial, mas apenas uma das formas de garantir que o processo de Acumulação não cesse.

Dependendo das condições da fase da acumulação, da luta política e o resultado disso na configuração do Estado e do Direito é que será definida a formatação desse Estado de Exceção da acumulação do capital. Já quem faz a mediação é o regime constituído em cada fase do Modo de Produção Capitalista. Assim como o fordismo, que exerceu esse papel nos pós Segunda Guerra até a década

⁴ Partindo das conceituações clássicas de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo (MARX, 2013; LÊNIN, 2011; LUXEMBURGO, 1970) sobre a Acumulação de Capital, do trabalho de David Harvey (HARVEY, 2006) (HARVEY, 2005) sobre haver uma Acumulação Permanente de Capital e de esforços recentes de juristas (FONTES, 2010; GONÇALVEZ, 2017; PAZELLO, 2016) na formação de uma agenda de pesquisa para entender como a forma direito se conforma com esse processo de Acumulação Permanente é que essa pesquisa chegou à colocação do próprio processo de Acumulação como fundamental para entender o Estado de Exceção Permanente. Nenhum destes trabalhos teorizaram sobre o Estado de Exceção e sua relação com a Acumulação, tampouco fazem um diálogo mais próximo com os teóricos clássicos do Estado de Exceção. Um dos motivos é que para eles, a violência é inerente ao processo de Acumulação, parte constitutiva do capitalismo, não se configurando como uma exceção.

de 1970 – 1980, o neoliberalismo, ou o regime pós-fordista, o substitui, regendo a vida das pessoas e todo o processo de acumulação do capital.

Daí que é o neoliberalismo o Soberano que decide, indiretamente, quem é o *homo sacer*, que não necessariamente precisa ter a “vida” física “matada”, mas pode ter sua vida precarizada, seus direitos cortados sem implicar qualquer ilegalidade, ou melhor, ter sua “vida matada” simbolicamente, sendo o próprio *homo sacer* invisibilizado (SANTOS, 2002). É o neoliberalismo que vai definir os novos campos: os presídios, o próprio corpo da mulher, a periferia, os países periféricos, o imigrante africano ou conforme seu credo religioso. É, aliás, o neoliberalismo que vai definir o que é civilização e o que é barbárie e quais os meios para civilizar: se a guerra, a guerra civil, o *lawfare*, um golpe de estado parlamentar, a privatização, a simples exclusão de direitos da ordem constitucional ou a mitigação de direitos que ainda estejam nesta ordem.

Com foco em atender à fase do capitalismo financeirizado, o Estado de Exceção neoliberal viabiliza a transformação que possa valorizar o capital, em última instância, na forma do próprio mercado financeiro, daí fazendo com que mesmo possíveis formas de resistência à Acumulação, como o mercado de carbono e toda economia verde possam ser convertidos em papéis negociáveis, por exemplo.

A violência, o autoritarismo, a expropriação, a guerra, a violência simbólica, passando ou não pelo Estado, é a constante do processo de expansão do capital, não sua anormalidade; o que pode haver são modulações que a regulação trará, conforme as realidades históricas da região, país, cidade ou tipo de mercado, configurando o Estado de Exceção.

Além do exemplo histórico principal aqui usado para demonstração do Estado de Exceção, a República de Weimar, outros exemplos são mobilizados para ilustrar as ideias desenvolvidas nesta tese, como a relação da lei de terras com o processo de impedimento dos escravos libertos em se tornarem donos de terras, diversos aspectos do punitivismo atual e a própria macroeconomia neoliberal. Contudo, tais exemplos não se constituem estudos de caso.

Ao trazer a acumulação para o centro-motor do Estado de Exceção, busca-se não só a contribuição, mas a memória de Rosa Luxemburgo, que foi considerada inimiga, foi presa, transformada em *homo sacer* pelos homens que um dia foram do mesmo partido dela, mas que quando no poder, na condição de chefes da forma política do capital, puderam matá-la sem serem considerados

assassinos. Rosa Luxemburgo morreu sob as estruturas do Estado de Exceção e agora, nessa pesquisa, nos ajuda a entender como funciona o Estado de Exceção em sua fase neoliberal.

O texto está dividido de uma parte introdutória, esta, e final, a conclusão, que é entremeada por três capítulos. O primeiro que trata do Estado de Exceção e que usa as contribuições da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito para analisar a sua formação e constituição de forma crítica. Um segundo capítulo que trata do Estado de Exceção em sua prática histórica em Weimar e a conceituação clássica que faz dela Agamben, para depois colocar o processo de acumulação do capital como seu motor, alterando algumas das contribuições de Agamben, que não são negadas e, por fim, faz-se uma introdução ao regime neoliberal atentando-se ao seu objetivo de promover a desigualdade para enriquecer os mais ricos, remodelando, para tanto, a vida em sociedade e o Estado. No final há um anexo que reúne as principais legislações ou alterações legais, bem como fatos históricos que formam um mosaico do Estado de Exceção atual.

CAPÍTULO II TEORIA DERIVACIONISTA DO ESTADO E DO DIREITO (TDED)

Para se fazer a crítica às teorizações e ao próprio debate sobre o Estado de Exceção, é necessário entender, também de forma crítica, o conteúdo do Estado de Direito, passando pelas críticas tanto do Direito quanto do próprio Estado, formas jurídica e política do Capital. Neste capítulo, ainda que se inclua o referencial teórico do trabalho, já há o início da crítica à concepção clássica do Estado de Exceção, pois, ela basicamente funciona de forma dualista, Estado de Direito Vs. Estado de Exceção, especialmente na concepção de Schmitt, mas também pela própria instrumentalização da figura de Exceção, que suspende o Estado de Direito, suspensão que só pode ser realizada por um Soberano com poderes para tal. Aqui se expõe os preceitos da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, se faz uma breve narrativa da formação do Estado de Direito, passando pelo seu início histórico e pré-requisito, o Estado Absolutista.

Há um intenso e volumoso debate sobre as teorias marxistas do Estado, muito bem apresentado por Carnoy (2014) e Miliband (MILIBAND, 2001) que passam desde os trabalhos de Marx mais jovem, como 18 de Brumário (MARX, 2012), indo para Engels (ENGELS, 1984), Lênin (LÊNIN, 2013), Gramsci (LIGUORI e VOZA, 2017), atravessando o próprio debate sobre Revolução e Reformismo tido na II Internacional (ARCARY, 2005; MOTTA, 2014).

Após a década de 1960 o debate passa, mas não só, é claro, por autores consagrados como Althusser, Poulantzas, Miliband, Offe e Hirsch (CARNOY, 2014). Embora haja diferenças que se figurem basicamente na interpretação ou na ênfase que se dá entre base e superestrutura (LARRAIN, 2001) a partir do pensamento marxista, cada vertente ou escola possui conceitos ou instrumentos teóricos mais adequados para determinadas realidades sociais. No caso da análise sucinta da formação do Estado Capitalista aqui empreendida, sobretudo na gênese do Estado de Direito, em termos históricos, faz bastante sentido partir da Teoria Materialista do Estado e do Direito. O objetivo desse uso não é o de se filiar a tal ou qual escola de pensamento, mas extrair o máximo de utilidade explicativa de cada vertente teórica utilizada para explicar o mecanismo de dominação capitalista que se constitui no Estado de Direito, para na sequência, tratar do Estado de Exceção.

A Teoria Materialista do Estado ou Teoria da Derivação do Estado e do Direito é constituída por uma série de intelectuais que teorizaram. Caldas (2015) e Holloway e Picciotto (2017) expõem a grande extensão de nomes que participaram do debate alemão, que é o central dessa teoria⁵. Ainda segundo Caldas (2015) há três linhas ou vertentes dessa teoria. Hirsch⁶, o principal autor utilizado, representaria um terceiro tipo de enfoque do debate ou Escola derivacionista que inclusive se aproxima do enfoque de Pachukanis (HOLLOWAY e PICCIOTTO, 2017); também é a partir de Hirsch que Carnoy (2014, p. 172) fará sua exposição como exemplar da teoria da “escola da lógica do capital (ou ‘derivacionista’)”; para complementação desta análise derivacionista, por questões pós-coloniais (SANTOS, 2010), serão utilizados os autores brasileiros que introduzem tal teoria no Brasil⁷, tanto numa leitura da derivação do Direito quanto do Estado, em especial Mascaro e Naves (MASCARO, 2016; NAVES, 2014), bem como a muito bem feita revisão crítica da literatura desta teoria (CALDAS, 2015).

Entretanto, antes de entrar no mérito da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, é importante explicitar o porquê essa teoria será usada como referencial teórico.

- 1) Em primeiro lugar, essa teoria permite localizar o Estado e o Direito dentro do Modo de Produção Capitalista (MPC), assim, ambos serão analisados como Estado e Direito do Modo de Produção Capitalista ou simplesmente capitalistas, o que subjaz toda uma

⁵ Aqui não será feita uma leitura extensiva ou uma grande revisão bibliográfica dessa teoria pela enormidade de nomes e porque isso não traria qualquer contribuição significativa para o foco aqui desta parte: o entendimento do desenvolvimento do Estado Capitalista. Além disso, duas outras revisões de literatura e re-exposição de textos clássicos já foram bem realizadas e também serão usadas aqui como apoio, como por exemplo: (CALDAS, 2015; BONNET e PIVA, 2017; HOLLOWAY e PICCIOTTO, 2017)

⁶ Além da não conveniência de uma revisão bibliográfica para uma melhor explicação aqui destacada, Caldas (2015, p. 112-113) aponta que parte da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito não consegue explicitar adequadamente um ponto essencial da Teoria, que é a separação da autoridade pública do aparato privado, isso, especialmente, dificulta uma interpretação do próprio Direito como forma jurídica do capitalismo - o que se constitui em um dos motivos principais do uso dessa teoria - como Pachukanis expõe, autor fundamental para este trabalho, mas também para a própria TDED, o que será seguido, por exemplo, por Hirsch, em sua segunda fase; ainda, segundo Mascaro (2016), mas também Caldas, a análise de Pachukanis sobre o Direito apresenta fidelidade ao método de Marx, em especial o desvendamento da forma mercadoria por meio da análise da Teoria do Valor estabelecida em O Capital, situação diferente de parte dos teóricos da TDED que partem de interpretações das obras do jovem Marx sobre o Estado. Por fim, em um dos principais debates críticos sobre a TDED, Jessop ([1982] 2013) e Hirsch (2007), Hirsch não só é o principal autor a ser criticado como quem formula as respostas corretas, na leitura de Caldas (2015).

⁷ “El debate alemán de la derivación del estado [...]es aún hoy, a algo más de cuarenta años de su desarrollo, poco conocido en América Latina, incluso entre los marxistas. [...]”. (BONNET e PIVA, 2017, p. 10)

tradição teórica de análises sobre a sociedade numa perspectiva marxista, dando o panorama teórico sob o qual se baseia, não isoladamente⁸, mas principalmente, este trabalho.

- 2) O segundo ponto é que diferentemente de algumas teorias⁹, Estado e Direito precisam, necessariamente, fazer parte da explicação dos fenômenos estudados, o que para a discussão tanto do Estado de Exceção como o modo de regulação neoliberal, são essenciais para essa pesquisa (o que será tratado em tópico específico sobre ambos os temas).
- 3) Em terceiro lugar, uma explicação de contexto histórico/político. O que motiva tanto a teoria institucionalista, quanto Foucault a se debruçarem mais detidamente sobre o Estado, cada qual com seu viés teórico, também motiva os teóricos do neoliberalismo. Pode-se dizer que no período do final da década de 1960 até meados da década de 1980 durante a crise da Era de Ouro do capitalismo, ou seu período social-democrático, keynesiano, desenvolvimentista, ou ainda, fordista, todas essas teorias ampliaram suas preocupações sobre o Estado, pois buscavam as respostas aos problemas desse contexto, sendo um *leitmotiv* para, diga-se, um giro de foco teórico para o Estado, assim como também ocorreu com a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito Estado de Direito.

⁸ Partindo duma perspectiva de ecologia dos saberes cara à epistemologia pós-colonialista (SANTOS, 2010), bem como a ideia de Foucault (MACHADO, 1979; FOUCAULT, 2013) a instrumentalidade dos conceitos e teorias para desfazer mecanismos de saber-poder ou ainda partindo do uso provisório de definições (BOURDIEU, 2014), para ir lapidando conforme prossegue-se com a pesquisa, aqui entende-se as teorias não como uma camisa de força ou uma ortodoxia quase religiosa, mas como cabedais sobre os quais o próprio pesquisador se debruça para analisar a realidade social, desde que não se aplique teorias em pontos que se invalidem mutuamente, teorias concorrentes, apenas para se utilizar delas, para se obter o objetivo de pesquisa buscado.

⁹ A Teoria Institucionalista, por exemplo, pôde “abdicar” do Estado para suas explicações, devendo, após um período, trazer o Estado de volta (MACHADO, 1979; FOUCAULT, 2013) assim também Foucault, em grande parte de suas obras, não colocava o Estado como foco explicativo dos fenômenos, sua fase da genealogia do poder ou do Estado (A partir de Vigiar e Punir 1975 e Vontade de saber 1976) é notória exceção sobre o tratamento mais detido do Estado, porém, de uma forma peculiar: “Uma coisa não se pode negar às análises genealógicas do poder: elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. [...]. Não se tratava, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existente em determinada sociedade. [...] O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essências para situar a genealogia dos saberes modernos, que com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelhos do Estado” (MACHADO, 1979, p. XI-XIV). Nas obras Segurança, Território, População, Curso dado no Collège de France (1977-1978) (FOUCAULT, 2008a) e Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979) (FOUCAULT, 2008b), indo para a suas análises do Biopoder, Foucault novamente trata do Estado, detidamente, mas buscando a configuração do que seria sua nova razão de Estado, a nova governabilidade, o neoliberalismo.

- 4) Exatamente pela motivação ou resposta ao momento histórico é que a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito se torna ainda mais importante para a pesquisa por conta de mais dois motivos, como será logo abaixo explicitado, (a) o retorno ao debate de Bernstein que ajuda a explicar e entender a República de Weimar, fundamental ao debate do próprio Estado de Exceção e (b) à própria crise do capital do pós-segunda-guerra.

A Teoria Derivacionista do Estado e do Direito surge na Alemanha no início da década de 1970¹⁰ e, segundo Caldas (2015), responde a três elementos, crise econômica na Alemanha de 1966-1967, ascensão do Partido Social-Democrata em 1966 e lutas estudantis de maio de 1968. Pelo primeiro elemento, a TDDE buscou explicar a crise do capitalismo iniciada no fim da década de 1960 e, portanto, pode ser considerada uma teoria concorrente, no sentido de busca de hegemonia, em relação às explicações neoliberais, que se tornaram base das políticas aplicadas como resposta à essa crise. Como o estudo aqui trata-se de investigar o Estado de Exceção no modo de regulação neoliberal, torna-se de tremenda relevância seu uso.

A crise alemã não era um fenômeno nacional: [...] o “milagre” alemão chegou ao fim, a exemplo do que ocorreu em outros países capitalistas, inclusive na América Latina e no Brasil, que vivenciaram experiências semelhantes de crescimento “milagroso” (1968/1973) seguido de estagnação e recessão a partir de 1974. (CALDAS, 2015, p. 74)

O próprio Evans, estabelece o contexto daquele retorno do Estado como categoria explicativa, dentro da teoria Institucionalista e, mesmo, do Desenvolvimento¹¹, no contexto de fim da década de 1970 e meados da década de 1980, que contribuem para marcar como ponto de partida ou resposta, o próprio neoliberalismo nascente que vai se consolidando, no Consenso de Washington:

¹⁰ “El debate alemán de la derivación del estado [...] [tuvo] lugar en la ex República Federal de Alemania entre 1970 y 1974, principalmente en Berlín occidental y en Frankfurt en Main.” (BONNET e PIVA, 2017, p. 10)

¹¹ Na América Latina, na década de 1960, começa a ocorrer uma mudança de paradigma de teorias que embasam as políticas econômicas do continente que culminará com seu total declínio: “Esse período de críticas e propostas de reformas, tanto internas quanto externas, juntamente com, e seguindo o método histórico-estruturalista, a deterioração das condições econômicas do início dos anos 1960 e os diversos acontecimentos políticos no continente americano como a intensificação ideológica da guerra-fria marcam a transição da teoria estruturalista e o declínio do modelo substitutivo de importações, assim como da teoria do subdesenvolvimento na versão original.” (SERACINSKIS JUNIOR, 2015, p. 69). Com a crise do modelo nacional desenvolvimentista, na década de 1970 é que se implementará o modelo neoliberal

A nova imagem do Estado enquanto problema surgiu em parte devido ao seu fracasso em realizar as tarefas estabelecidas pela agenda anterior [do desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960], mas não apenas por este motivo. [...] O decréscimo no crescimento do comércio mundial nos anos 70, associado à impressionante elevação das taxas de juros reais de fins desse período e o enxugamento dos empréstimos comerciais do início dos anos oitenta, obrigou os países em desenvolvimento a se concentrarem de novo nos ajustes às restrições impostas pela conjuntura internacional; daí a mudança estrutural passar a ser definida basicamente em termos de "ajuste estrutural" [...]. Alterações reais na agenda do desenvolvimento e avaliações negativas de antigos desempenhos interagiram com mudanças no clima ideológico e intelectual para trazer ao centro do debate sobre o desenvolvimento a questão de saber se o Estado deveria mesmo tentar ser um agente econômico ativo. Teorias minimalistas do Estado que enfaticamente limitavam o âmbito da ação efetiva deste ao estabelecimento e manutenção de relações de propriedade privada voltavam a entrar em voga, defendidas por um notável aparelho analítico "neo-utilitarista". Além do mais, as teorias neo-utilitaristas do Estado eram bem adequadas ao receituário econômico ortodoxo para o tratamento de problemas de ajuste estrutural. Em meados dos anos oitenta a combinação era quase irresistível. (EVANS, 1993, p. edição digital)

Por outro lado, quando os teóricos da TDED buscam entender a ascensão do Partido Social-Democrata¹², recuperando a discussão tradicional e relevante ao marxismo, o debate de Bernstein¹³, seja no seio do Partido da Social Democracia Alemã da passagem do século XIX ao XX ou mesmo

¹² Nas décadas de 1980/1990 surgem debates importantes que buscam uma resposta prática à crise da socialdemocracia europeia. O Consenso de Washington, a proposta hegemônica de resposta à crise, teve como resposta a chamada Terceira Via (GIDDENS, [1999] 2005) que se colocava como algo diferente do neoliberalismo quanto do socialismo real, era uma proposta de renovação da própria socialdemocracia. Se academicamente, foi Giddens seu porta-voz, politicamente, Tony Blair, Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, se colocaram como os chefes de Estado que fariam parte desse debate e práticas políticas em seus países, buscando uma união internacional em torno das teses da Terceira Via; na teoria marxista, um amplo debate também se estabelecia com a queda do muro de Berlin e a crise da socialdemocracia com o livro Depois da queda (BLACKBURN, [1991] 1992) juntando diversos autores de espectros diferentes do marxismo. Os cientistas sociais ligados à Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo formaram um foco, nas décadas de 1960/1970, para rever, criticar e renovar os parâmetros intelectuais que baseavam a tradição estruturalista/nacional-desenvolvimentista criticando especialmente os pensadores do ISEB e, menos pronunciadamente, da CEPAL, também contribuíram para as críticas ao modo de regulação do capitalismo latino-americano. A crítica de maior repercussão está presente na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004), publicado originalmente em 1969, no qual apresentaram sua Teoria da Dependência Associada. Além dessas críticas houve também as de cunho ortodoxo, oriundas das Teorias do Crescimento de Solow, direcionadas à Teoria Clássica do Desenvolvimentismo; por fim, o documento fundador do PSDB (1989b) apresentam exatamente as bases do que viria a se configurar como Terceira Via, ainda em 1989, em tom crítico ao nacional-desenvolvimentismo, como também faria anos antes, 1980, o PT (VIANNA, 2006), também em sua fundação.

¹³ O livro clássico que inaugura o debate é Bernstein, *Os problemas do socialismo*, publicado em 1899 ([1899] 1982). Também chamada, dentro da perspectiva da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, de teoria da ilusão dos trabalhadores: “La adhesión de los sindicatos y de la mayoría de los trabajadores al gobierno socialdemócrata y a su proyecto de orientación keynesiana y de expansión del estado de bienestar puso entonces al estado, y particularmente a la crítica respuesta keynesiana a la recesión de 1966-67 – que anunciaba la crisis del capitalismo keynesiano de pós-guerra – obligaba a discutir los límites de la intervención del estado, la “ilusión” de los trabajadores en el estado social ponía en cuestión la relación del estado con la lucha de clases, con la burguesía y con la clase obrera de la “ilusión del estado social”, en el centro del debate político.” (BONNET e PIVA, 2017, p. 10)

na II Internacional (ARCARY, 2005), sem que nunca tenha saído de qualquer discussão acadêmica ou partidária do marxismo:

[...] A querela sobre a democracia e o Estado ganhou grande intensidade durante a II Internacional, ao mobilizar em torno dessa questão lideranças políticas e intelectuais como Lênin, Bernstein, Rosa Luxemburgo e Kautsky. Entretanto essa discussão atravessou décadas. Nos anos 1970 foi travada uma ampla discussão sobre qual a estratégia – revolucionária ou reformista – para o socialismo. A questão retornou com vigor a partir da emergência do chamado ‘eurocomunismo’, debate que mobilizou além do intelectual socialista Bobbio [...] Enrico Berlinguer, Santiago Carrilo, Pietro Ingrao e intelectuais como Rossana Rossanda, Cristine Buci-Gluksmann, Valentino Gerratana, Giuseppe Vaca, Umberto Cerroni, Henri Weber, Étienne Balibar e principalmente Louis Althusser e Nicos Poulantzas. [...] (MOTTA, 2014, p. 20)

Basicamente, a preocupação é que o Estado de Bem-Estar Social¹⁴ trazia benefícios práticos e materiais da melhoria de vida da classe trabalhadora e os retirava a força de insurgência revolucionária, a disputa se dava dentro das lógicas e instituições do sistema, numa espécie de crença que o Estado era neutro e portanto, poderia ter seu conteúdo preenchido com ideais socialistas/trabalhistas como o Partido Social-Democrata alemão representava (HOLLOWAY e PICCIOTTO, 2017; CALDAS, 2015) e buscou fazer, novamente, na década de 1960, como o tentara na República de Weimar. É o que o texto inaugural, republicado em coletânea recente, da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito apresenta:

En la historia del movimiento obrero, la relación entre el estado y la sociedad capitalista fue crucial dentro de los debates concernientes a la estrategia política y a la forma organizativa de la clase obrera a la hora de separar las posiciones revolucionarias de las revisionistas. La concepción del estado como una institución relativamente independiente de las contradicciones de la sociedad fue y sigue siendo base de toda estrategia y praxis revisionista. La estrategia revisionista afirma antes que nada la transformación del capitalismo en socialismo mediante la conquista gradual del poder de estado por parte de la clase obrera a través de reformas legales realizadas dentro del sistema existente (los teóricos revisionistas abandonaron gradualmente el marco conceptual del movimiento obrero; entonces, en lugar de hablar de la “clase obrera”, hablan de “fuerzas democráticas”). Pero esta opción por una continua “revolución desde arriba”¹ (aquí también el lenguaje revolucionario es usado como una jerga) sólo

¹⁴ Além do diálogo crítico que a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito tem com o debate Bernstein, fundamental aqui para o trabalho, como dito, também dialoga criticamente com as vertentes da ortodoxia do stalinismo, que influenciou muitos partidos comunistas no mundo, mesmo após o processo de desestalinização, com a Teoria do Capitalismo Monopolista, com membros da Escola de Frankfurt, em especial, Habermas e Offe, e com a teoria estruturalista de primeira fase de Poulantzas, sobretudo por meio do Debate Poulantzas-Miliband (CALDAS, 2015; CARNOY, 2014; HIRSH, 2010).

resultó en el abandono explícito del socialismo como meta política. (MÜLLER e NEUSÜB, 2017, p. 128)

A respeito dessa ilusão sobre a neutralidade do Estado ou mesmo de um direito ou democracia socialista, a partir do momento em que os partidos à esquerda se tornam governo, duas conclusões podem ser extraídas e são compartilhadas pela teoria derivacionista (NAVES, 2017(a); HIRSH, 2010; EDELMAN, 2016; WOOD, 2011 [1995]; ARTHUR, 2017; PACHUKANIS, 2017(a)):

- a) não há a possibilidade de se haver um direito socialista, pois há uma relação íntima entre Direito e Capital e
- b) a luta contra a exploração e a desigualdade inerentes ao modo de produção capitalista, pelos trabalhadores, não pode ocorrer pelo Direito.

Antes mesmo de se ater a outros desenvolvimentos atinentes ao Estado e ao Direito em si, já é possível aqui marcar o caminho da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito e o quão importante é como base teórica retirar por completo ilusões de que o Estado de Direito e qualquer crítica ou ação reformista sobre ele no sentido de ser um instrumento de emancipação, da mesma maneira que os regimes políticos a ele complementares, como a democracia. Porém, essas conclusões, deitam razão na análise que a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito faz e que se diferencia da maior parte das teorias marxistas sobre o Estado e demais teorias políticas que se debruçaram sobre o assunto.

[...] Mas também não são suficientes as teorias políticas parcialmente críticas, como as de Weber ou de Foucault, que não alcançam o Estado nas estruturas da totalidade social capitalista. Tampouco são suficientes as teorias que separam o Estado e a política do todo, procedendo uma profunda análise interna que não consegue vislumbrar suas causas exteriores. Nesse sentido, os fundamentos políticos liberais, as quantificações empíricas da ciência política e mesmo as teorias políticas analíticas, sistêmicas e funcionalistas, se se apegam ao estudo de concretudes políticas e seus padrões, não o fazem para buscar a fundo as suas raízes históricas, estruturas e antagonismos. Tampouco leituras políticas neoinstitucionalistas dão conta de entender a dinâmica total da reprodução social e de suas contradições, na medida de um fechamento analítico que torna seu objeto de estudo asséptico e irreal. (MASCARO, 2016(a), p. 13)

Essa base é extraída justamente da análise do Modo de Produção Capitalista em suas entranhas, daí, como já dito, foi essencial para parte significativa dessa teoria resgatar o pensamento de

Pachukanis¹⁵ no seu maior trabalho *A teoria geral do direito e marxismo*, do início dos anos 1920, mas não o restante de sua obra que estava imersa a uma forçada autocrítica pela perseguição stalinista, que, mesmo assim, o vitimou (NAVES, 2017(b)).

Pachukanis busca desenvolver uma Teoria Geral do Direito partindo das análises de Marx, dialogando criticamente com grandes nomes da Teoria burguesa do Direito: o mais importante é Hans Kelsen¹⁶, digamos, um dos nomes mais importantes do Direito moderno e da escola do positivismo jurídico¹⁷, que aliás, era vivo quando Pachukanis escreveu, mas também dialoga com outros nomes do direito francês como Jellineck e Hauriou. Por outro lado, ele dialoga com pensadores do direito soviético, como Strutchka, esse o principal jurista soviético até a repercussão de Teoria Geral de Pachukanis (NAVES, 2014; NAVES, 2017(a)), dentre outros nomes do direito e do pensamento sociológico em geral, soviéticos, alemães, norte-americanos etc..

Assim, em relação a um direito formalista, positivista, que possui características de artificialidade, paroxismo e, até mesmo, um caráter “sem vida” (NAVES, 2017(a)), que não se atém à realidade material, não possui poder explicativo, pois, para ele, é como se não existe uma realidade: as condições materiais da vida. Sua crítica ao positivismo jurídico é determinante, antecipando as críticas à maior obra de Kelsen que, em 1924, não tinha sido publicada:

[...] ocorre que a categoria ‘pura’ do dever-ser, livre de qualquer mistura com o existente, como factual, de qualquer ‘escória’ psicológica e sociológica, de modo nenhum possui ou pode possuir definições racionais. [...]. No plano do deve-ser jurídico existe apenas uma passagem de uma forma para outra, pelos degraus de uma escada hierárquica no topo da qual

¹⁵ Conforme Caldas, a trajetória de resgate de Pachukanis na TDED vem em 1974, em artigo de Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens y Hans Kastendiek “Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía” (BLANKE, JÜRGENS e KASTENDIEK, 2017), “A importância de Pachukanis, no que diz respeito à política marxista, é que ele lança dúvidas sobre a visão, comum para stalinistas e socialdemocratas, de que a forma jurídica é essencialmente neutra e pode ser preenchida com um determinado conteúdo de classe de acordo com o desejo da classe dominante – uma mudança daqueles que criam as leis é tudo o que é necessário para o progresso [...]. (ARTHUR, 2017, p. 47), exatamente o fulcro que importa dessa teoria para este trabalho.

¹⁶ A obra principal de Kelsen, ou pela qual é mais conhecido é a Teoria Pura do Direito (1998) publicada originalmente em 1934, posteriormente à obra de Pachukanis 1924, porém conhece sua obra e era cômico da importância de Kelsen, tanto na elaboração da constituição austríaca, como de sua obra (NAVES, 2017(a); PACHUKANIS, 2017(b)).

¹⁷ “Por sua vez, se tomarmos pela originalidade de seus teóricos juristas, a filosofia e a teoria geral do direito têm os seus momentos mais paradigmáticos e simbólicos em Hans Kelsen, pela via juspositivista, em Carl Schmitt, pela via não juspositivista decisionista, e em Evgeni Pachukanis, pela perspectiva crítica marxista. E, de fato, Kelsen, Schmitt e Pachukanis são os três mais originais pensadores dos três grandes caminhos filosóficos do direito do século XX. Não são sincréticos nem apoiados em posições mistas. São o extrato mais puro das três visões mais distintas possíveis do direito.” (MASCARO, 2016(b), p. 278)

se encontra uma autoridade suprema que põe as normas e que a tudo abarca, um conceito limite, do qual a jurisprudência provém como de um dado. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 73)

Não é suficiente fazer uma crítica a esta teoria formalista buscando encontrar, pela análise dos conceitos jurídicos fundamentais, o caráter de classe do Direito, ou suas funções para uma dada classe dominante, centro do debate soviético de então, para isso é necessário contrapor uma Teoria Materialista do Direito, ou ainda “premissas materiais da mediação jurídica” extraídas do volume I do O Capital de Marx e isso porque toda “[...] relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica. [...]. A análise da forma do sujeito decorre imediatamente, em Marx, da análise da forma mercadoria” (PACHUKANIS, 2017(a), p. 137-140).

Assim, Pachukanis utiliza uma passagem sobre o processo da troca de mercadorias do Capital que se torna clássica, nela é que Marx expõe três questões essenciais, já que as mercadorias não podem ser trocadas por si, (1) os indivíduos, no capitalismo, se transformam em proprietários, livres e uns iguais aos outros, (2) cujas trocas são uma relação entre vontades iguais, portanto livre (autonomia de vontade), não sendo necessária a violência para ocorrer e (3) ocorrem por meio de contrato, claro, essa vontade reflete a relação econômica. Se são estabelecidas por contrato, são estabelecidas pelo Direito no sentido de seus princípios.

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. (MARX, 2013, p. edição Kindle)

Assim, é pelo Direito, que a livre propriedade¹⁸ se torna essencial para que o capitalismo funcione, ao pacificar a propriedade, ao torná-la a base das trocas, o comércio pode ocorrer.

¹⁸ Um bom exemplo dessa positivação da propriedade, como basilar às trocas, é o que se estabelece um código civil, como o napoleônico de 1803-1805, na consolidação mesma do capitalismo na França: “544. A propriedade é o direito de usufruir e dispor das coisas da maneira mais absoluta, desde que não sejam usadas de maneira proibida pelas leis ou estatutos;

De maneira correspondente, a propriedade capitalista burguesa deixa de ser uma posse precária, instável, puramente factual, que em qualquer momento pode ser contestada e tem que ser defendida com uma arma nas mãos. Ela se transforma num direito absoluto, inabalável, que segue a coisa por toda parte, aonde quer que o acaso possa leva-la, e que, desde que a civilização burguesa confirmou sua dominação sobre todo o globo terrestre, é defendida em qualquer canto seu por leis, pela polícia e pelos tribunais. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 144)

O fundamental da teoria de Pachukanis é estabelecer o Direito como forma jurídica do capitalismo, que deriva das relações sociais de produção, basicamente na circulação das mercadorias, por meio da figura do sujeito de direito. Pelo mesmo processo de fetichização da forma-mercadoria¹⁹, que “esconde”²⁰ a teoria do valor e a sua encarnação de valor trabalho inserida nela, em especial, trabalho não pago, a mais-valia, se estabelece o direito como forma jurídica, o Direito Capitalista, que para o explorado sequer é percebido como uma opressão/dominação, mas como um direito, uma conquista (EDELMAN, 2016).

A forma-sujeito se constitui não apenas para que seja possível a instalação de um circuito de trocas mercantis em geral, mas, especificamente, para que possa circular uma mercadoria especial, histórica e socialmente determinada, que é a mercadoria força de trabalho. Para que o homem converta sua capacidade de trabalho em mercadoria da qual ele próprio pode dispor por um tempo pré-definido, é preciso que a subjetividade humana adquira uma determinada composição, uma forma específica irredutível, enfim, é preciso que ela seja “organizada” de modo a que o homem possa vender a si mesmo, sem que, ao entregar a mercadoria pela qual

545. Ninguém pode ser compelido a renunciar à propriedade, exceto pelo bem público, e por uma indenização justa e anterior; 546. A propriedade de uma coisa, seja real ou pessoal, confere um direito sobre tudo o que produz e sobre tudo relacionado a ela pela ascensão, seja natural ou artificialmente. Este direito é denominado "direito de ascensão" 548. Os frutos produzidos por qualquer coisa pertencem apenas ao proprietário, na condição de reembolsar as despesas do trabalho e do plantio, incorridos por terceiros.” (MARX, 2013, p. edição Kindle)

¹⁹ Marx esclarece todo o mecanismo da forma-mercadoria, fetichizada, portadora de valor, de mais-valia, de forma complexa, pois está desvendando não apenas os mistérios da Economia Política Clássica, mas como da sociabilidade capitalista, que lhe interessa os aspectos, digamos, econômico. Já para Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, os aspectos econômicos são tidos como pressupostos, interessando o resgate e a explicação de como derivam as formas sociais dessa relação desvendada por Marx. Essas passagens, contudo, ajudam a lembrar o árduo processo narrado por Marx: “As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor. [...] Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2013, p. edição Kindle)

²⁰ Por isso é fundamental explicar as formas sociais, Marx deixou clara a forma-mercadoria, porém, esclarecer a forma jurídica e política, completam sua teoria, trazendo um foco materialista para a própria Teoria Política Marxista. “Formas sociais caracterizam relações objetivas exteriores e reificadas face aos indivíduos, em que a sua ligação social manifesta-se disfarçada, não transparente. Sob as condições capitalistas, a sociabilidade não pode ser gerada de outro modo. As relações entre os indivíduos devem assumir o aspecto de relações objetivadas [...] a própria existência social aparece para o indivíduo como coisa [...] ocultando aquilo que o engendra e o move.” (HIRSH, 2010, p. 30)

recebeu um equivalente, deixe de preservar os atributos de sua personalidade. O homem, agora, precisa ser livre, isto é, dotado de uma autonomia de vontade que o habilite para o exercício dos atos da vida civil; precisa ser igual a todos os outros homens, isto é, deve ser desprovido de qualquer “qualidade” que o distinga de outro homem, de modo que a relação entre eles seja uma relação de troca de equivalente; e deve ser proprietário, isto é, poder dispor do que é seu. São essas condições que permitem que o homem possa a um só tempo ser sujeito e objeto de direito: proprietário de si mesmo, carrega a si mesmo como mercadoria. (NAVES, 2017(a), p. 16)

Esse processo de tornar os indivíduos livres e iguais, não ocorreu de forma pacífica, tampouco por meio do Estado, embora ele tenha contribuído. Ele se inicia, como Marx descreve, no processo de acumulação primitiva de capital, onde, por volta dos séculos XV e XVI, se inicia a libertação da força de trabalho do jugo feudal com os próprios senhores feudais expulsando os camponeses das terras comunais, por meio do fenômeno e leis dos cercamentos, para a produção de lã bruta, matéria-prima da nascente manufatura de lã.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultivava; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso. (MARX, 2013, p. edição Kindle)

Esse ponto é fundamental, pois, é no processo da libertação e criação do proletário, livre dos seus próprios meios de produção, restando-lhe apenas sua força de trabalho, que agora é proprietário e pode trocá-la por salário, que ele se torna livre e igual, um vendedor e comprador de mercadoria, sujeito de direito, por meio de contratos, trazendo, assim, o princípio da forma jurídica do capital, o Direito.

A função de zelar pela execução dos contratos era também essencial para o bom funcionamento do capitalismo. A complexidade da divisão do trabalho, da organização e coordenação da produção, bem como os investimentos colossais de capital em muitos empreendimentos comerciais, **requeria a existência de mecanismos que se assegurassem aos capitalistas o cumprimento dos seus compromissos contratuais**. A noção medieval de que os costumes e as circunstâncias particulares a cada caso definiam as obrigações dos indivíduos havia se tornado incompatível com as necessidades do capitalismo. (HUNT e SHERMAN, 1998, p. 67grifos meus)

É nesse processo que também ocorre uma mudança em relação aos demais modos de produção. O proprietário dos meios de produção não necessita dispor e utilizar de meios de coerção políticos ou pautar sua autoridade, para fazê-lo, na religião ou tradições, como no feudalismo. Agora há uma separação essencial, aí, entre a extração do valor econômico, a mais-valia, pela exploração da força de trabalho, mas cuja transação ocorre por meio de contrato e pelo mercado de trabalho, separando-se da coerção política, que deve ocorrer de outra forma.

Analizando o Estado de direito, precisamos explicar por que o mecanismo de coerção é dissociado dos próprios proprietários, tomando, ao contrário, a forma de um mecanismo impessoal de julgamento isolado da vida cotidiana. Nos tempos feudais, todas as relações eram mediadas pela dependência e autoridade pessoais. [...] A dependência do trabalhador assalariado ao capitalista não se dá de tal maneira imediata. Primeiramente a força armada do Estado é um poder público situado acima de cada capitalista individual. Em segundo lugar, esse poder impessoal não impõe relações de exploração individualmente, pela razão de que o trabalhador assalariado não é compelido ao trabalho por um dado empresário, mas aliena sua força de trabalho por meio de um livre contrato. Como essa alienação é estabelecida formalmente como uma relação entre dois proprietários autônomos, a autoridade de classe assume a forma de autoridade pública que garante os contratos em geral, mas que normalmente não constrange o sujeito de direito independente a aceitar um determinado preço. Se o direito não intervém desse modo, como é a tendência hoje em dia, então o direito começa a ser mais claramente direito de classe [...]. (ARTHUR, 2017, p. 32-33)

Não é o dono dos meios de produção que obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho pelo salário de mercado. Uma série de coerções²¹ foram mediadas pelo Estado por meio de legislação, perseguições, expropriações, ocorridos no processo de acumulação primitiva²². É aí que se constitui

²¹ A teoria marxista (Althusser, Gramsci, Poulantzas etc.) e Foucault e o próprio Poulantzas da última fase definem os mecanismos de educação, normalização e docilização da força de trabalho como essenciais para o cumprimento de suas funções produtivas e produtividade, bem como o adestramento e alienação de possíveis conscientizações e revoltas contra a própria exploração, este tema é tratado em outro trecho deste trabalho e por isso, não receberá um tratamento mais aprofundado aqui.

²² Alguns exemplos da acumulação primitiva e a coerção para a suporta libertação da força de trabalho: “Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e pobres. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes. [...] Quando o governo inglês logrou reprimir as guerras intestinas desses ‘grandes homens’ e suas contínuas incursões nas planícies da baixa Escócia, os chefes dos clãs não abandonaram de modo nenhum seu velho ofício de bandoleiros; apenas modificaram a forma. Por conta própria, transformaram seu direito titular de propriedade em direito de propriedade privada, e, como os membros do clã impusessem resistência, decidiram expulsá-los por meios violentos. ‘Com o mesmo direito, um rei da Inglaterra poderia ser autorizado a lançar seus súditos ao mar’, diz o prof. Newman. Essa revolução, que teve início na Escócia depois do último levante do pretendente, pode ser acompanhada em suas primeiras fases, nas obras de sir James Steuart e James Anderson.” (MARX, 2013, p. edição Kindle)

a outra forma social, a forma política, o Estado Capitalista²³, essencial para a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito:

[...] na sociedade dos possuidores de mercadorias e no âmbito do ato de troca, a função de coerção não pode atuar como função sem ser abstrata e impessoal. [...] Ela deve atuar como proveniente de alguma pessoa abstrata geral [...] O poder do homem sobre o homem é realizado como poder do próprio direito, ou seja, como poder da norma objetiva imparcial. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 174-175)

Claro que existe coerção, por exemplo, nos empreendimentos capitalistas, quaisquer que sejam. São os proprietários que definem os ritmos de trabalho, as funções, as obrigações do contrato de trabalho, que assim também o fazem, bem anotados por Pachukanis (2017(a), p. 173), que aliás, define, “[...] o poder dentro da empresa permanece um assunto privado de cada capitalista individual.”, pois assim estabelece a lei civil ou, quando o país possui, as leis do trabalho, retirando de discussão jurídica ou não criminalizando tais coerções. Apartando a coerção privada da política, que ocorre por meio do Estado e suas normas, está completada as condições das formas sociais para que o capitalismo floresça.

Em relação ao desenvolvimento teórico da forma política na sociedade capitalista, trata-se inicialmente de explicar como e por que surgem os Estados, e não a sua forma concreta e suas funções. O objetivo é bem mais fundamentar por que a comunidade política, o Estado, assumem de fato uma configuração separada da sociedade e das classes sociais, e que consequências isso tem para o desenvolvimento das instituições e dos processos políticos. Esse passo teórico [...] frequentemente é apontado como a “derivação do Estado”. (HIRSH, 2010, p. 30)

Assim, o Estado e o Direito derivam, não de forma automática e direta, das relações sociais de produção do capitalismo, por isso que essas formas política e jurídica só existem no capitalismo, algo próprio do momento histórico (MASCARO, 2016(a)). Aqui tratou-se de expor, brevemente, as bases da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, naquilo de mais importante que é o sujeito de direito e a separação do econômico do político (Estado) e do jurídico, o Direito, fazendo parecer formas impessoais, neutras, capazes de unificar a sociedade e dirimir os conflitos. Passe-se agora,

23 No processo histórico do desenvolvimento do capitalismo (DOBB, 1983), primeiro se desenvolve plenamente o sujeito de direito, portanto a forma jurídica, na sequência vai se desenvolvendo a forma política, o Estado, porém é somente com a configuração do Estado que as duas formas se complementam formidavelmente e o próprio Direito pode ser garantido pelo Estado (PACHUKANIS, 2017(a); MASCARO, 2016(a); MASCARO, 2015).

brevemente, a tratar da formação do Estado de Direito, historicamente, tendo como base a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito.

1 DO ABSOLUTISMO AO ESTADO DE DIREITO

É de relevada importância tratar do regime absolutista e seu contraponto, o Estado de Direito, para localização histórica e mostrar porque se propôs ao Estado limites dados por um enquadramento em arcabouço jurídico-legal. Pode-se conferir maior importância a este enquadramento ao perceber as lutas históricas travadas para se chegar a tal Estado moderno e seu sucessor contemporâneo. Ademais, o direito público moderno²⁴, como aliás, quase tudo o que se conhece pelo termo moderno, foi fundado nesta transição. Evidentemente, esta parte serve apenas de balizamento para o tratamento que será dado ao Estado de Direito e Estado de Exceção, já que não se trata de uma pesquisa sobre história do Estado Moderno, o que justifica a brevidade que será tratado.

As duas formas de organização do Estado aqui tratadas têm importância pelo pressuposto teórico derivacionista, a Teoria Materialista do Estado (HIRSH, 2010). Ao indagar as causas da limitação do poder estatal pelo Direito²⁵, para além de uma descrição de processos históricos, para além de uma historicização das instituições do Estado, importa entender como o Estado e o Direito participam de dois pontos essenciais para a reprodução capitalista: a formação do sujeito de direito (PACHUKANIS, 2017(a); MASCARO, 2016(a); NAVES, 2014; NAVES, 2017(a)) e a publicização da extração do valor extra econômico (WOOD, 2011 [1995]; MASCARO, 2016(a)).

²⁴ “Não há como conhecer o direito público moderno sem ter presente a noção de Estado de Direito. [...]” (SUNDFELD, 2007, p. 36)

²⁵ A Teoria Materialista do Estado ou Teoria da Derivação do Estado e do Direito é constituída por uma série de intelectuais que teorizaram e participaram de seu debate. Caldas (2015) e Holloway e Picciotto (2017) expõem a grande extensão de nomes que participaram do debate alemão, que é o central, dessa teoria. Aqui não será feita uma leitura extensiva ou uma grande revisão bibliográfica dessa teoria pela enormidade de nomes e por não contribuir para o entendimento do desenvolvimento do Estado Capitalista. Hirsch, o principal autor utilizado, representaria um terceiro tipo de enfoque do debate ou Escola derivacionista que inclusive se aproxima do enfoque de Pachukanis (HOLLOWAY e PICCIOTTO, 2017); também é a partir de Hirsch que Carnoy (2014, p. 172) fará sua exposição como exemplar da teoria da “escola da lógica do capital (ou ‘derivacionista’)”; para complementação desta análise derivacionista, por questões pós-coloniais, serão utilizados os autores brasileiros que introduzem tal teoria no Brasil, tanto uma leitura da derivação do Direito quanto do Estado, em especial Mascaro e Naves (MASCARO, 2016(a); NAVES, 2014).

1.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O ABSOLUTISMO

O regime absolutista (séculos XVI - XVIII²⁶) faz parte da transição²⁷ política da construção de um Estado que surge após o declínio do feudalismo para o Estado capitalista.

Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional – não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. (ANDERSON, 2004, p. 18)

É assim que, no século XVI, a classe dos nobres enfrentará o seu enfraquecimento econômico e concentrará seu poder frente à burguesia ascendente, contrariando a organização política de outrora, bastante pulverizada nos feudos, ao mesmo tempo que em que renova a opressão sobre as classes produtoras do ex-servos que se transformaram em camponeses, com o processo de fim da servidão, forma de exploração do trabalho do feudalismo, e reforça a ideia que o Estado Absolutista traz a possibilidade da classe nobre, “atemorizada”, se manter no poder.

Certamente é verdade que o século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal, seguindo bem de perto o surgimento das cidades corporativas com grau considerável de autonomia local, política e econômica [...]. Nessa crise o modo de produção feudal, baseado na servidão foi seriamente abalado e atingiu um adiantado estágio de desintegração, cujos efeitos foram vistos na *malaise* da economia senhorial do século seguinte. Contudo, a menos que identifiquemos o fim do feudalismo com o processo de comutação [...] não poderemos falar ainda do fim do sistema medieval e ainda menos **do destronamento da classe dominante medieval**. (DOBB, 1983, p. 16, *itálico do autor*, grifos meus)

Esta força e concentração se formatou, juridicamente, por institutos resgatados do direito público dos tempos do império romano, assim é que a máxima de Ulpiano, *quod principi placuit legis*

²⁶ A periodização em História é algo crítico, já que os processos históricos-sociais não ocorrem subitamente, mecanicamente, de forma simplificada. Pior ainda quando se trata da história da Europa Ocidental como um todo, as particularidades de cada região implicam processos diferenciados e de ritmo próprio. Por tudo isso, nesta parte introdução histórica do trabalho, vamos adotar periodizações e características gerais e aproximadas. “A época do Renascimento assistiu, assim, à primeira fase na consolidação do absolutismo, quando este estava ainda relativamente próximo do padrão monárquico precedente. [...] o processo talvez mais importante e interessante no seio da classe dominante fundiária nos cem anos que antecederam a Revolução Francesa foi, entretanto, um fenômeno exterior ao âmbito do próprio Estado. Trata-se da difusão por toda a Europa do *vincolismo* – o surto de expedientes aristocráticos para a proteção e consolidação da grande propriedade fundiária contra as pressões e caprichos do mercado capitalista.” (ANDERSON, 2004, p. 47-55)

²⁷ “[...] Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.” (ANDERSON, 2004, p. 18)

habet vicem: a vontade do príncipe tem força de lei e *legibus solutus*, o monarca isento de restrições legais, formaram as bases do direito público absolutista (ANDERSON, 2004).

O rei, sendo o representante divino na terra, era a única fonte de soberania, cujo poder era ilimitado. Era o monarca que criava as leis para todos os súditos respeitarem, sua vontade tinha força de lei, assim, à lei ele não se submetia. A mesma supremacia se realizava na questão de julgamentos, ele era o juiz supremo, não cabendo a ninguém o julgar, afinal, se o rei é a vontade de Deus na terra e o Estado é o rei, este não erra.

“é Necessário que os soberanos não estejam, de *forma alguma*, sujeitos às ordens de outrem e que possam dar leis aos súditos, quebrando ou aniquilando as leis inúteis para fazer outras [...] Eis por que diz a lei: que o príncipe está absolvido (*absolutus*) do poder das leis” (BODIN, 1966, p. 53)

Por fim, cabia ao rei o poder de obrigar obediência e punir casos de desobediência ou descumprimento da lei, ou seja, suas vontades, o que dá origem à alcunha de Estado de Polícia (AQUINO, 2003). Se o Absolutismo foi o sistema jurídico-político de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, fazendo parte dele, o Mercantilismo fez a transição em termos econômicos, especialmente no que se refere às políticas econômicas do Estado.

[...] Ainda se pregava e se praticava o mercantilismo, embora as novas doutrinas econômicas “liberais” dos fisiocratas, que defendiam o livre-comércio e o investimento agrário, tenham feito alguns progressos limitados na França, na Toscana e em outras regiões. (ANDERSON, 2004, p. 55)

Significou o conjunto de medidas e regras aplicadas pelo Estado monárquico absolutista para conseguir riqueza, especialmente voltada, a despeito de suas diversos matizes, ao controle balança comercial, controle da riqueza em forma de moedas e da criação de forte intervenção e controle estatal das atividades econômicas (HUNT e SHERMAN, 1998).

É através destas regras e regulamentos que o Estado centralizará a economia, criando monopólios estatais e privados ligados ao Estado, estabelecendo exclusividades, explorando novos mercados e colonizando novos territórios e até contribuirá para o crescimento comercial e para o desenvolvimento das manufaturas (AQUINO, 2003).

Assim, o Absolutismo, paralelamente fortaleceu a nobreza para enfrentar a crise da Idade Média concentrando o poder e erguendo-o à condição de supremacia quase-absoluta²⁸ e de mão única, fazendo frente à burguesia e ao campesinato, e, com o mercantilismo e o direito civil romano²⁹, fortaleceu a burguesia e deu bases ao capitalismo, pois contribuiu para o florescimento do comércio, a própria acumulação primitiva do capital³⁰, patrocinada por esse Estado, fortalecimento a propriedade privada e ainda unificação de tarifas, pesos, moedas e medidas para facilitar as trocas. Por estes motivos é um regime de transição, como destacou Aquino (2003) e Anderson (2004).

Imensamente ampliado e reorganizado, o Estado feudal absolutista era, no entanto, contínua e profundamente sobredeterminado pela expansão do capitalismo no seio das formações sociais compósitas do período moderno inicial. [...] Com efeito, o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem *simultaneamente* assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. [...] O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo. **O seu fim**

²⁸ “[...] Nenhum Estado absolutista poderia jamais dispor livremente da liberdade ou da propriedade fundiária da própria nobreza, ou da burguesia, à maneira das tiranias asiáticas suas contemporâneas. Nem, tampouco, conseguiram atingir uma centralização administrativa ou uma unificação jurídica completas; os particularismos corporativos e as heterogeneidades regionais herdadas da época medieval marcaram os *Ancien Régimes* até a sua destruição final. [...] o domínio do absolutismo operava, em última instância, dentro dos limites necessários da classe cujos interesses ele assegurava.” (ANDERSON, 2004, p. 50)

²⁹ “[...] o direito civil, que regulamentava as transações econômicas entre os cidadãos [...] constituía o *jus* [...] o ressurgimento das noções de propriedade quirítária ao mesmo tempo traduzia e fomentava a expansão geral da troca de mercadorias nas economias de transição da época. [...]” (ANDERSON, 2004, p. 27). Anderson escreverá adiante sobre outra forma de contribuir com a classe burguesa: “[...] o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem simultaneamente assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. (ANDERSON, 2004, p. 39)

³⁰ Sobre a acumulação primitiva de capital, importa a concepção de Marx, no geral: “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, 2013, p. Locais do Kindle 14555-14566).

assinalaria a crise do poder de sua classe: o advento das revoluções burguesas e a emergência do Estado capitalista. (ANDERSON, 2004, p. 39-41, *itálicos do autor e grifos meus*)

Se o Absolutismo mantinha no poder político-ideológico da Igreja e de seus membros do Clero e ao poder político da Monarquia Feudal e seus membros da nobreza, embora assegurasse os interesses da burguesia mercantil e manufatureira, não permitia que transformassem seus poderes econômicos em poder político, afinal, o poder supremo só era alcançado por concessão do direito divino e pelos privilégios de nascimento,³¹ mediado por tradições antigas, o que poderia apenas ser alcançado pelos membros da nobreza, os das mais altas famílias: o poder político era inacessível, para os burgueses, bastava que eles contribuíssem economicamente com o Regime e fossem limitados pelo Absolutismo.

Por conta do paradoxo já citado, típico da transição, é que havia a convivência, nem sempre pacífica, destas duas forças: a antiga e conservadora, feudal, e a nova e liberal, burguesa e da pequena aristocracia ligada à agricultura semicapitalista.

O Absolutismo foi essencial também para sobrevivência da nobreza diante das crises e guerras³² que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, e essa possibilidade dinamizou a própria centralização do poder na monarquia real e no próprio desenvolvimento do Estado Moderno, sucedâneo do Estado Absolutista.

Esse poder executivo, com imensa organização burocrática e militar, com sua vasta e engenhosa maquinaria de Estado contando com um exército de meio milhão de funcionários, ao lado de mais meio milhão de tropas [...] nasceu ao tempo da monarquia absoluta [séculos XVI-XVIII], durante o declínio do sistema feudal, que ele contribuiu para precipitar. [...]. A primeira Revolução Francesa [1789-1793], em sua tarefa de quebrar todos os poderes particulares, locais, territoriais, municipais e provinciais, a fim de criar a unidade civil da nação, tinha forçosamente desenvolver o que a monarquia absoluta havia começado: a centralização, mas ao mesmo tempo a extensão, os atributos e os agentes do poder governamental. [...]. (MARX, 2011, p. 530-531)

³¹ É fato que havia venda de cargos públicos e privilégios nobiliárquicos durante todo o absolutismo (ANDERSON, 2004; AQUINO, 2003)

³² Thomas Hobbes, quando escreve o *Leviatã*, a obra clássica do absolutismo, estava refugiado na França e fugia das constantes guerras que ocorria entre nobreza e burguesia ascendente (monarquia Vs. Parlamento) imiscuídas de guerras por diferenças religiosas (revolução Puritana e ditadura de Cromwell) assim, torna-se mais fácil entender por quais motivos sua obra preconizava a concentração do poder buscando a paz e segurança dos súditos, especialmente após o assassinato do rei Carlos I (MELLO, 2006)

Porém, em termos de uma explicação marxista do Estado, ainda que não analisando suas variações (Althusser-Poulantzas, Hirsch, Offe, Gramsci), dum modo geral, a força de um Estado Absolutista se justifica exatamente para fazer a transição dos grilhões feudais à liberdade liberal essencial ao capitalismo. É com um Estado absolutista, por exemplo, que é possível efetuar a estatização da expropriação extra econômica, outrora nas mãos da classe apropriadora, tão importante para o modo de produção capitalista, pois:

O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. O estado – que é separado da economia, embora intervenha nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes, e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extraeconômicos de exploração. (WOOD, 2011 [1995], p. 43)

Foi essencial no processo de concentração do poder político na monarquia real a expropriação do Clero e de frações da própria nobreza e do campesinato, como parte da acumulação primitiva de capital, o que foi importante também no combate do poder descentralizado dessas classes e frações de classe, em favor da centralização estatal, mas que ocorria com troca de privilégios e favores administrados pelo Estado:

Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos rapazes favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassalos hereditários e açambarcaram suas propriedades. A propriedade, garantida por lei aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. [...]. (MARX, 2013, p. Locais do Kindle 14108-14117).

Esse processo de expropriação de riquezas e poderes³³ só é finalizado com a estabilização do Estado Moderno a que se refere Weber (1967), entretanto, por óbvio, os processos de formação

³³ “[...] Marx sugere como, no curso do desenvolvimento histórico, ‘a expropriação dos poderes privados’, para retomar a expressão de Weber, conduz ao reforço do poder próprio do Estado, ainda que esse poder, *exercido em nome próprio*, não seja exercido apenas em *benefício próprio*. [...]” (CODATO e PERSSINOTTO, 2011, p. 46, grifos do autor)

históricas não ocorrem de chofre, daí que o Estado Absolutista cumpre seu papel de transição³⁴ para o Estado Moderno, tal qual teoriza Weber. Importante tomar a ideia de Weber da expropriação necessária para a constituição do Estado Moderno, em especial, para se chegar à sua definição mais clássica do Estado Moderno, que é o monopólio legítimo do uso da força pelo Estado:

Para manter um domínio pela força são necessários certos bens materiais, tal como ocorre com uma organização econômica. Todos os Estados podem ser classificados segundo o fato de se basearem no princípio de que os próprios quadros são donos dos meios administrativo, ou de que os quadros são “separados” desses meios de administração. Essa distinção é válida no mesmo sentido em que dizemos hoje que o empregado assalariado e o proletário na empresa capitalista estão “separados” dos meios materiais de produção. O detentor do poder deve ser capaz de contar com a obediência dos membros do quadro, autoridades, ou quem quer que seja. Os meios administrativos podem consistir em dinheiro, edifícios, material bélico, veículos, cavalos e muitas outras coisas. Tudo depende de o detentor do poder dirigir e organizar, ou não, a administração, embora delegando pode executivo a servidores pessoais, autoridades contratadas, ou favoritos e pessoas de confiança, que não são os donos, isto é, que não usam os meios materiais de administração ao seu talante, mas são dirigidos pelo senhor. [...] (WEBER, 1967, p. 57-58)

Aqui está a justificativa lógica da política de centralização do poder do Estado Absolutista em relação às frações da nobreza, ao clero e ao próprio campesinato. Essa teorização de Weber vem totalmente ao encontro tanto dos trechos da acumulação primitiva de capital, em que Marx narra o processo de expropriação, quanto da própria teoria da Derivação, cuja base é a o apartamento do econômico do político, ou seja, a própria proletarização, ou a estatização da extração extraeconômica já citada. No absolutismo há, pela força, pela guerra, um processo de centralização e concentração, daí que as propriedades eclesiásticas são tomadas, as propriedades dos nobres não vassalos são tomadas, expropriadas ou vindas como espólio de guerra, é essa a justificativa cabal para a autoridade real ser absoluta no sentido de não poder ser contestada.

Não é possível imaginar a tributação, que hoje sabemos, ocorre por força de lei, de um Estado e rei para outros que teriam direitos e privilégios iguais, como imaginar um rei cobrar tributo dos seus pares? Quais seriam as justificativas? Não basta ser o representante divino na terra, era necessário ter

³⁴ A centralização que culmina na teorização clássica de Weber foi um processo histórico e, por mais que tenha havido a concentração de poder nos regimes absolutistas, permitindo a monopolização do uso da força, só com o Estado de Direito é que esse uso se torna legítimo.

exércitos e para isso, que ainda não eram regulares, precisava ter recursos³⁵; no caso britânico, dependiam de autorização do parlamento, já nos países onde ainda não existia tal figura moderna, obtinha-se os recursos por meio da extração forçada de renda pela tributação ou pela própria obtenção de recursos por guerra. É nesse sentido que Charles Tilly (1992, p. 69) vai recuperar a ideia da guerra/força para a constituição da nação³⁶.

Do not underestimate the difficulty or importance of the change. Over most European history, ordinary men (again, the masculine form of the word matters) have commonly had lethal weapons at their disposal; within any particular state, furthermore, local and regional power-holders have ordinarily had control of concentrated means of force that could, if combined, match or even overwhelm those state. For a long time, nobles in many parts of Europe had a legal right to wage private war; [...]

Como, no início, o absolutismo, ainda não figurava sob bases econômicas de um capitalismo já consolidado, a classe dominante, como o rei assim a representava, era a de apropriadores feudais, a nobreza. Para um rei poder estabelecer sua autoridade política, se fazer ser respeitado, antes de estabelecer a autoridade racional-legal do Estado de Direito a que se refere Weber, era necessário se sobrepor e impor a desigualdade de poderes às classes concorrentes ao ponto de estabelecer o Estado para além, exatamente, das relações sociais de produção. Como é uma fase de transição, foi necessário o Estado e o rei se apartarem da classe dominante, mesmo fazendo parte dela, o que é essencial para a transição para o capitalismo, a separação do público e do privado, que se inicia no absolutismo.

³⁵ “A manutenção dos senhores, quer dizer, o seu abastecimento e sua administração pressupõe, contudo, a disposição de meios materiais relativamente abundantes, além de fontes de dinheiro duradouras e um aparelho administrativo. Sob o imperativo da disputa monárquica, ou seja, com o objetivo de manter e de expandir o poder, “a qualidade e a quantidade de força armada deveriam aumentar sempre. **Mas isso só era possível com a elevação dos recursos que deviam provir dos súditos.** [...] A crescente força armada necessitava da extração de mais recursos, o que obriga o aumento do aparelho de administração e não raramente do aparelho de coerção armada, que novamente exigia recursos adicionais.” (HIRSH, 2010, p. 64, grifos meus). “The Prussian monarchy’s chief tax-collection agency came into being as the General War Commissariat. [...]” (TILLY, 1992, p. 70)

³⁶ Dalari indica que diversos autores, numa perspectiva da Teoria Geral do Estado, vão localizar o surgimento do Estado Moderno após o tratado de paz de Westfália, de 1648, em total alusão à importância da violência da guerra como elemento de integração da nação e formação do Estado-Nação: “A paz de Westfália, que esses autores indicam como o momento culminante na criação do Estado, e que muitos outros consideram o ponto de separação entre o Estado Medieval e o Estado Moderno, foi consubstanciada em dois tratados, assinados nas cidades westfalianas de Munster e Onsbruck. Pelos tratados de Westfália, assinados no ano de 1648, foram fixados os limites territoriais resultantes das guerras religiosas, principalmente da Guerra dos Trinta Anos, movida pela França e seus aliados contra a Alemanha. A França, governada então pelo Rei Luiz, XIV, consolidou por aqueles tratados inúmeras aquisições territoriais, inclusive a Alsácia. A Alemanha, territorialmente prejudicada, beneficiou-se, entretanto, como todos os demais Estados, pelo reconhecimento de limites dentro dos quais teria poder soberano.” (DALARI, 2002, p. 53)

Assim, cumprida as funções necessárias ao capitalismo (acumulação primitiva, formatação de mercados, unificação de medidas, estabelecimento da moeda nacional, delimitação de territórios, garantia de contratos e propriedade privada, expropriação do poder descentralizado para sua concentração no poder Estatal e, com tudo isso, a obtenção do monopólio do uso da força) era necessário adequar essa nova figura aos ditames do novo modo de produção, sobretudo porque, como visto, o absolutismo marca o fim do feudalismo e suas bases econômicas.

1.2 ESTADO DE DIREITO COMO RESISTÊNCIAS E CONTESTAÇÕES BURGUESA AO ABSOLUTISMO

O Estado Absolutista constituiu a centralização de um poder descentralizado, a desmilitarização da nobreza, concentrando em si a força militar no Estado, expropriou riquezas e poderes para a construção de uma estrutura administrativa estatal que pudesse cobrar tributos e fazer suas ordens serem cumpridas, assim, condições para exercer sua soberania sobre uma nação sendo forjada, inclusive, territorialmente. Na medida que esses mecanismos utilizados no processo amplo de concentração de poder se tornam excessivos³⁷, inicia-se um processo histórico de contenção desse poder; não é à toa que, Locke (1994)³⁸ e Montesquieu (2006)³⁹, em bases contratualistas, vão se referir a esse período de forma tremendamente negativa, chamando o poder real analisado de arbitrário, abusivo⁴⁰ etc.. O poder estatal havia se tornado tão grande que já estava por afetar os interesses da sua própria

³⁷ Os problemas que originaram a queda da monarquia absolutista na Inglaterra foi exatamente as ingerências da realeza em não convocar o parlamento para requerer mais recursos, usando de expedientes não acordados de tributação, assim, onerando a baixa nobreza e burguesia por meio de multas, renovação de tutela, venda de cargos etc. (ANDERSON, 2004).

³⁸ “[...] Assim este monarca ilustrado, que compreendia bem as noções das coisas, estabelece que a diferença entre um rei e um tirano consiste apenas em que o primeiro faz das leis o limite de seu poder, e do bem público o objetivo de seu governo; o outro subordina tudo a sua vontade e ambição pessoais.” (LOCKE, 1994, p. 207)

³⁹ “[...] a experiência eterna nos mostra, que todo homem que tem poder é sempre tentado a abusar dele. [...]. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder. [...]” (MONTESQUIEU, 2006, p. 164-165)

⁴⁰ O arbitrário e abusivo também pode ser colocado ao Mercantilismo que um Adam Smith se opunha, em especial, se fosse tomada a realidade inglesa da metade do século XVIII, às vésperas da Revolução Industrial: “[...] a Grã-Bretanha impressionava o visitante estrangeiro principalmente como um país rico, e cuja riqueza se devia basicamente ao comércio e à iniciativa [...] como um Estado de liberdade e tolerância raras, relacionadas estreitamente também com o comércio e com a classe média. [...]. Para aqueles que desejavam colocar seus próprios países no caminho do progresso econômico, havia claramente uma lição atirar desse visível êxito de uma nação, baseado essencialmente na iniciativa privada.” (HOBBSAWM, 1983, p. 26)

base, as frações da nobreza, quanto da burguesia ascendente, em seus interesses econômicos, que outrora havia garantido, por isso precisava ser limitado.

Por isso que, também seguindo de perto a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, para entender o Estado de Direito como a forma política e jurídica da modernidade e do capitalismo, se faz necessário entender qual era a situação do Modo de Produção Capitalista em seu processo de forjamento histórico, forjamento, porque realizado a ferro e sangue, em especial, dos trabalhadores, camponeses e pobres que se juntavam às hordas contrárias ao antigo regime.

Entender a periodização da consolidação do capitalismo⁴¹ interessa porque o Direito e o Estado, como já mencionado, são as formas jurídica e política do capitalismo, daí que o Estado de Direito, seria a consolidação dessas formas, o que só é possível se esse Estado se basear num modo de produção já consolidado. Daí que, comparativamente, Anderson (2004) e Marx (2013) afirmam ser o Estado Absolutista, um Estado que ainda contém as bases do feudalismo em seu interior. Enquanto o capitalismo estava em processo de consolidação por meio da Acumulação Primitiva, da Revolução Comercial e das manufaturas nascentes (DOBB, 1983; LANDES, 2005; OLIVEIRA, 2002), não era possível que suas bases pautassem o Estado.

A consolidação do capitalismo enquanto modo de produção pode ser identificada quando suas formas passam a influenciar a sociedade de forma definitiva e hegemônica. “De importância muito maior será o estágio em que a forma nova tiver atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no conjunto da sociedade e exercer influência significativa na modelagem da tendência do desenvolvimento.” (DOBB, 1983, p. 16).

Se o período inicial, “[...] no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista.” (DOBB, 1983, p. 16) é identificado a partir da segunda metade do século XVI (acumulação primitiva, cercamentos etc.) e início do século XVII, seu ponto de amadurecimento ocorre na Primeira

⁴¹ No processo de desenvolvimento de um novo Modo de Produção há convívio com os antigos Modos de Produção, classes e estruturas, mesmo após a inteira consolidação essa situação permanece, embora em menor grau (MARX, 2013; ANDERSON, 1994; SCHUMPETER, 1997), por isso que, com o capitalismo já consolidado, como na Era dos Impérios (1875-1914) (HOBBSBAWM, 2006), ainda havia modalidades de servidão coexistindo com o trabalho assalariado (ANDERSON, 2004; OLIVEIRA, 2002).

Revolução Industrial do século XVIII e primeira metade do século XIX, na Segunda Revolução Industrial⁴², quando o capitalismo:

[...] com base na transformação técnica, atingiria seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em grande escala e coletiva da fábrica, efetuando assim um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalista e assalariados. (DOBB, 1983, p. 16)

O movimento socialista e anarquista, em suas diversas vertentes, e, sobretudo, a publicação do Manifesto do Partido Comunista, em 1848, que conclamava os trabalhadores de todo mundo a construírem a revolução proletária, contribuí para ter uma noção de período histórico da consolidação do capitalismo, afinal, não se pode derrubar um modo de produção que ainda não tenha se estabelecido como hegemônico⁴³, afinal, esteve em processo de gestação por dois séculos. A revolta dos trabalhadores contra o novo modo de produção, em especial, no mundo fabril é historicamente bem demarcada:

No final do século XVIII e no princípio do século XIX, eclodiram várias revoltas espontâneas, as revoltas ludistas, contra o sistema fabril: multidões de trabalhadores arremetiam-se contra as máquinas e as instalações das fábricas, destruindo o que julgavam ser a causa de seus sofrimentos. As últimas revoltas, sufocadas em 1813, resultaram no enforcamento de muitos trabalhadores e na deportação de muitos outros. [...]. Levantes, motins e rebeliões propagaram-se numa reação em cadeia nos anos 1811-1813, 1815-1817, 1819, 1826, 1829-1835, 1836-1842, 1843-1844 e 1846-1848. [...] (HUNT e SHERMAN, 1998, p. 73-75)

Para marcar a temporalidade histórica e partir mais para uma narrativa da sua constituição política, cita-se os três grandes marcos do Estado de Direito: as revoluções liberais inglesas⁴⁴ do

⁴² “Entre 1850 e 1873, a indústria continental atingiu a maturidade. Foi um período de crescimento sem precedentes [...]. Foram anos de amadurecimento tecnológico, essencialmente marcados pela elaboração, no continente, das inovações que constituíram o cerne da Revolução Industrial e que tinham sido desenvolvidas e disseminadas na Inglaterra uma ou mais gerações antes. No setor têxtil, o filatório automático e o tear mecânico substituíram a fiandeira automática e o tear manual. A indústria siderúrgica consumou a mudança do combustível vegetal para o mineral. A máquina a vapor selou seu triunfo sobre a roda de água. A indústria química pesada estabeleceu-se firmemente [...]” (LANDES, 2005, p. 205).

⁴³ A Revolução Industrial Retardatária ou Capitalismo Tardio, como é denominada na historiografia econômica crítica, se consolida nos EUA, França e Alemanha, somente no período entre 1840 a 1870 (OLIVEIRA, 2002) ou entre 1850 a 1873 (LANDES, 2005), quando essas economias atingem o estágio tecnológico e produtivo da Primeira Revolução e já vem acompanhada das transformações da Segunda Revolução Industrial (LANDES, 2005).

⁴⁴ Historicamente, o Estado de Direito é iniciado na atipicidade da Inglaterra, já quem ainda no século XVII as primeiras as normas criadas de contenção ao poder real se realizam, de fato. Não apenas enquanto um exemplo paradigmático, a Inglaterra é, sobretudo, a base das transformações que ocorreram nos séculos XVII e XVIII: os dois grandes teóricos das

século XVII e o estabelecimento de normas jurídicas de contenção do poder absolutista, os chamados “*Bill of*” que expressaram a contenção do poder absolutista⁴⁵; a independência e constituição dos EUA e a Revolução Francesa⁴⁶. A formação do Estado de Direito como processo histórico tem início na segunda metade do século XVII se consolidando no século XIX. Como aponta Canotilho (1993, p. Edição digital), essas experiências são marcas fundamentais no constitucionalismo, portanto na limitação do poder estatal, pois:

[...] o velho princípio inglês da *Rule of Law* colocava o seu acento tónico na proibição do arbítrio, no princípio da «pré-determinabilidade» do direito penal, no princípio da legalidade da administração, na igualdade perante o direito, na independência dos tribunais, na protecção das liberdades civis e políticas. Também nos Estados Unidos foram desenvolvidas ideias semelhantes. Aqui, porém, ao contrário do que sucedera na Inglaterra (onde os direitos e princípios atrás assinalados eram garantidos pelo direito comum — *Common Law* — e pelas leis do Parlamento), a ideia de Estado Constitucional desempenhou papel importante. Através de uma constituição formal e de um processo com garantias (*due process of Law*), os direitos de liberdade adquiriram sólidas garantias perante os ataques do poder público. Na França, de forma também diferente do *Rechtsstaat* e da *Rule of Law*, desenvolveu-se o conceito de *règne de la loi*, ligado à ideia da lei como expressão da *volonté générale*. A consciencialização da defesa contra os abusos da administração conduziu a uma progressiva acentuação do princípio de *la légalité*, que virá a ter um papel fundamental sobretudo na evolução do controlo jurídico da actividade administrativa.

teorias liberais de contenção do poder real, Estado regido pela Lei e tripartição dos poderes (Locke e Montesquieu, respectivamente), tem suas teorias extraídas diretamente do exemplo britânico. Além disso, as duas experiências históricas mais notáveis, a Independência dos EUA e a Revolução francesa também bebem da experiência britânica, aliás, a nação independente já nasce com uma Constituição, assim, regida pelo Direito, mesmo terem ocorrido quase um século após a primazia britânica. Montesquieu, com sua obra, *Do Espírito das Leis*, marca exatamente a influência da experiência britânica chegando à França, quer seja pelo conteúdo do livro ou expressamente, já que no livro décimo primeiro, o capítulo VI se intitula “Da Constituição da Inglaterra”; também Losano (2007, p. 75) ainda anota que é a Inglaterra influi no movimento constitucionalista do continente, em sua tradição da Magna Carta ao *Bill of Rights*, uma vez que “[...] em 1761 foi publicada em Genebra a tradução francesa de *The Laws of England*, de Blackstone, enquanto dez anos depois Delolme publica *La constitution d’Angleterre*.”. Losurdo (2005) também mostra a influência da experiência britânica na visão de vários filósofos franceses, como Marquês de Condorcet, Diderot, Tocqueville, dentre outros.

⁴⁵ A primeira tentativa de constituição escrita verificou-se ainda na Inglaterra com o *Agreement of the People* (1647-1649) e a ele está associado o movimento dos levellers [Petition of Right, (1628) bem como da lei de Habeas Corpus (1679), do Bill of Rights (1689) e do Act of Settlement]. O Instrument of Government (1653) de Cromwell é considerado como a primeira e verdadeira constituição escrita, aproximando-se das fórmulas constitucionais autoritárias da época contemporânea.” (CANOTILHO, 1993, p. edição digital)

⁴⁶ A transformação radical da regulação do poder político, dando-lhe a feição que tem hoje e ensejando a construção da ciência do direito público ocorrerá na Idade Contemporânea, sendo as Revoluções Americana e Francesa (e a constituição delas resultantes) seus marcos históricos mais notáveis. (SUNDFELD, 2007, p. 35)

Aqui o Estado de Direito é entendido pela sua compreensão mais comum, de limitação ao poder absolutista, portanto, um elemento liberal/burguês (CANOTILHO, 1993; LOSANO, 2007; AQUINO, 2003; CHEVALIER, 1966; HOBBSAWM, 2005; BONAVIDES, 2004).

Dessa forma, impõe-se à regulação legal ao Estado de Polícia, tão necessários à acumulação primitiva (criação e tomada de mercados, expropriação dos meios de produção dos trabalhadores), para enfrentar as milícias e classes armadas, forma estatal essencial à própria formação do Estado e auxílio à formação do capitalismo. O termo Estado de Polícia, como entendido hoje, provém exatamente da concepção pejorativa tratada pelos liberais constitucionalistas, em especial, os alemães de meados do século XIX, para se contrapor ao Estado de Direito, que

[...] movidos por um compromisso político libera-burguês, correspondente ao ideal constitucional do “Estado de direito”, entenderam contrapor a este, como fase antiética ou ao menos anterior ao desenvolvimento histórico das formas estatais, precisamente o “Estado de polícia”. [...]. Os historiadores liberais de há cem anos, preocupados em defender a dignidade individual contra a prepotência paternalista de um Estado excessivamente invasor, puderam fincar-se numa reconstrução polêmica e um tanto simplificada da forma de Estado que os precedera. (SCHIERA, 2004, p. 409-413)

Fora das ideias do irreal Direito Positivista e concepções tradicionais da Teoria Geral do Estado, o Estado de Direito pode ser visto como exatamente a imposição liberal/burguesa a um Estado nobre que era regido na lógica do Estado de Polícia mesmo:

[...] constituía o instrumento da luta política da burguesia contra o Estado absolutista centralizador, contra os resquícios do Estado feudal, contra as sobrevivências estamentais. [...] A doutrina constitucionalista do liberalismo inicial aproveitará o impulso filosófico **para situar o Estado de direito como um Estado oposto ao Estado de Polícia**, para o **caracterizar como um Estado à medida da liberdade do indivíduo, na qual a lei e a administração não constituem um instrumento autoritário de *Policey* mas o fundamento de uma ordem de liberdade**. (CANOTILHO, 1993, p. Edição digital, grifos meus)

No sentido exposto por Canotilho é que importa colocar o Estado de Direito como aquele que não só limita o Estado de Polícia, mas sobretudo que inscreve em seu Direito regulador da ação estatal as hipóteses fundadoras do sujeito de direito (igualdade, liberdade e propriedade privada) não mais apenas atrelado à circulação das mercadorias por meio do comércio, mas como princípio fundamental

no qual o Estado não pode imiscuir-se, especialmente, em relação à propriedade privada⁴⁷: as garantias básicas individuais (vida, segurança⁴⁸ e propriedade) estão, assim, protegidas da atuação policial do Estado.

No Modo de Produção Capitalista não é concebível que o próprio Estado seja um perigo ao gozo da propriedade privada, por isso que as expropriações deveriam ser cessadas, pois, durante o Absolutismo, ocorriam como forma de resposta às crises de receitas do Estado Absolutista para pagar as guerras ou fazer frente aos já presentes financiamentos (HIRSH, 2010; ANDERSON, 2004; TILLY, 1992). É exatamente para barrar a violência da constituição do próprio Estado que foi essencial impedir que o ciclo extração-coerção (TILLY, 1992) recaísse sobre os negócios do capitalismo, a extração de recursos deveria ocorrer segundo a lei votada em parlamentos, que teriam permeabilidade suficiente para que os interesses da burguesia estivesse firmemente representados. Além disso, a racionalidade do Estado precisa de outro foco, não mais a sua própria constituição e guarida política às classes em declínio, mas a garantia do próprio Modo de Produção Capitalista.

Por outro lado, o liberalismo econômico, junto ao político, abre uma frente de contestação em relação à necessidade de para quebras de monopólios e oligopólios estatais e interferências guiadas

⁴⁷ A defesa da propriedade privada é uma das bases do pensamento liberal: “O grande objetivo dos homens quando entram em sociedade é desfrutar de sua propriedade pacificamente e sem riscos [...]” e “**A razão por que os homens entram em sociedade é a preservação de sua propriedade**; e o fim a que se propõem quando escolhem e autorizam um legislativo **é que haja leis e regulamentos** estabelecidos, **que sirvam de proteção e defesa para as propriedades** de todos os membros da sociedade, para limitar o poder e moderar a dominação de cada parte e de cada membro da sociedade. (LOCKE, 1994, p. 162 e 218, grifos meus).

⁴⁸ A propriedade é apresentada de forma extremamente importante, porém, também há variações que coloca outros temas como fundamentais, segurança, paz e bem público ou comum: “[...] embora os homens ao entrarem na sociedade renunciem à igualdade [...] E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo.” (LOCKE, 1994, p. 159)

por um intervencionismo mercantilista⁴⁹, exigindo tanto a liberdade de um *laissez-faire*⁵⁰ essencial para a iniciativa privada, quanto a própria segurança jurídica, sem a qual, não é possível que o capitalista faça os cálculos econômicos de novos ou a continuação dos investimentos, e o consequente lucro. Os cálculos sobre investimento e lucro, como já apontava Keynes (1982; MINSKY, 2011), são de importância vital ao capitalismo, embora ele não utilize o conceito de segurança jurídica⁵¹, mas trabalhando sob uma ótica mais macroeconômica de previsibilidade, expectativas e incertezas⁵². Stamford define com precisão o conceito de segurança jurídica, o que torna tal proteção essencial:

Com o Estado de Direito há a certeza jurídica, pois todos conhecem seus direitos, porque positivados, postos pelo Estado. Assim, constrói-se a expectativa do comportamento alheio, ao possibilitar certo cálculo de probabilidade do agir social, o que significa poder-se prever as ações alheias. A tese, portando divulgada é: conhecer o conteúdo das normas jurídicas corresponde a ter uma certeza de como agir, atuar e se comportar. Passando agora para o vocábulo segurança, vê-se que este envolve uma ideia de garantia contra o acaso. Tendo por segurança social o conjunto das medidas coletivas e legais que tem por objetivo garantir os

⁴⁹ Smith vai delimitar quais são as funções do Estado ao especificar quais deveriam ser seus gastos, o chamado Estado mínimo liberal, em clara oposição ao Estado Absolutista regido pelo Mercantilismo: “O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes, só pode ser cumprido recorrendo à força militar. [...]. O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa, comporta igualmente gastos cujo montante varia muito, conforme os diferentes períodos da sociedade. [...]. O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha. Também o cumprimento deste dever exige despesas cujo montante varia muito conforme os diferentes períodos da sociedade.

⁵⁰ O liberalismo econômico de Smith, contrariava as bases do mercantilismo em duas de suas colocações, monopólios e corporativismo, justificando tais estruturas trazerem distorções na “lei natural dos mercados”, da concorrência, da mão invisível: “Um monopólio, outorgado a um indivíduo ou a uma companhia de comércio, tem o mesmo efeito que um segredo comercial ou industrial. Os monopolistas, por manterem o mercado sempre em falta, por nunca suprirem plenamente a demanda efetiva, vendem suas mercadorias muito acima do preço natural delas, auferindo ganhos — quer consistam em salários ou em lucros — muito acima de sua taxa natural. [...]. Os privilégios exclusivos detidos por corporações, estatutos de aprendizagem e todas as leis que limitam, em ocupações específicas, a concorrência a um número inferior ao dos que de outra forma concorreriam, têm a mesma tendência, embora em grau menor. Constituem uma espécie de monopólios ampliados, podendo frequentemente, durante gerações sucessivas, e em categorias inteiras de ocupações, manter o preço de mercado de mercadorias específicas acima de seu preço natural, e manter algo acima de sua taxa natural tanto os salários do trabalho como os lucros do capital empregados nessas mercadorias.” [...]. (SMITH, 1996, p. 115-117, Volume I)

⁵¹ Em relação à segurança jurídica em decisões jurídicas para o capitalismo, em geral, mas também nos tempos de investimento e especulação do regime de acumulação pós-fordista, veja-se o trabalho de dissertação: (GARDUCCI, 2014)

⁵² “As estimativas dos rendimentos futuros de bens em capital, devem, conforme a natureza do caso, basear-se grandemente em palpites, e o investimento será incrementado se, por qualquer razão, as expectativas de ganhos futuros dos bens de capital se tornam mais animadoras. Assim, um recobro da confiança quanto ao estado futuro dos negócios tem um efeito extremamente importante na promoção do investimento. Temos aqui uma primeira visão de uma das causas da instabilidade em um sistema de livre empresa [...]” (ROBINSON, 1990, p. 39-41)

indivíduos contra riscos pode-se concluir que a segurança jurídica provém do fenômeno da positivação do direito, com elaboração de normas jurídicas escritas, postas pelo poder competente. A segurança é, portanto, resultado das normas e instituições jurídicas. (STAMFORD, 1999)

Também, Rafael Valim⁵³ (2009, p. 123), estudando a segurança jurídica em sede do Direito Administrativo, expõe a importância que alterações na política de fomento, como ação estatal importam ao ciclo de investimentos:

[...] ainda que o Estado suprima ou altere legitimamente a sua política de fomento, o que naturalmente só pode ser levado a cabo mediante lei, assiste-lhe o dever de ressarcir os particulares que, fiados na orientação do Estado, foram levados a efetivar investimentos e despesas que, mercê da mudança, converteram-se em um prejuízo especial e anormal.

Pela escola do *Law & Economics*⁵⁴ ou Economia Institucional é possível explicar a insegurança jurídica como um custo de transação⁵⁵, o que é considerado na equação de investimento e, possível, lucro, ou o que popularmente ficou conhecido no Brasil, como um dos integrantes do custo Brasil. Apesar dos problemas e da ontologia que pauta tal perspectiva teórica, ela ajuda a iluminar a questão da segurança jurídica que o Estado de Direito traria na redução dos custos de investimento por sua previsibilidade, portanto, como incentivo aos empreendimentos capitalistas.

Apesar do liberalismo econômico que pregava a não intervenção estatal, sendo liberal no sentido de contrariar a ordem vigente até então, o mercantilismo, o seu grau de profundidade tem estreita relação com as condições da taxa de lucro geral da fase do Modo de Produção Capitalista, daí que em situações específicas ou momentos, a burguesia não se envergonha em defender condutas

⁵³ A segurança jurídica, nos termos da pesquisa do autor, se torna ainda mais importante para a garantia de uma efetividade do Estado Social, como este trabalho mira a impossibilidade da emancipação pelo Direito, seja ele liberal ou Social, nossas conclusões divergem, em termos.

⁵⁴ Neste trabalho, suas contribuições são vistas de forma crítica, não servir de explicação ao problema de pesquisa aqui estabelecido, apenas ser usada em contribuições que ajudam a explicitar uma ou outra questão, sobretudo, porque ela é uma das bases que legitimam as alterações propostas pelo regime neoliberal à regulação do Capital.

⁵⁵ Essa discussão é tão relevante e estrutural que nos dias atuais foi exatamente as alegações que a insegurança jurídica relações dos custos de transação de um poder judiciário não controlado, regionalizado sob influências de coronelismo, patrimonialismo e de poder difuso é que legitima a reforma do judiciário pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 na Constituição de 1988 que centralizou e verticalizou o Poder Judiciário brasileiro para aprimorar o seu controle, em especial pela criação do CNJ e da Súmula Vinculante (GARDUCCI, 2014)

paternalista do Estado em relação às questões econômicas, como foi o caso, durante o século XIX ainda, das novas colonizações europeias, ou na Grande Depressão de 1929, claro.

[...] a filosofia liberal clássica do laissez-faire condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos somente quando esta interferência prejudicava os interesses dos capitalistas. Por outro lado, acolhiam com satisfação e até mesmo reivindicavam, interferências paternalistas, nos assuntos econômicos que estabilizassem os negócios e ampliassem as possibilidades de lucro. (HUNT e SHERMAN, 1998, p. 68)

Quando o liberalismo político forjar nas estruturas do Estado de Direito, entre os séculos XVIII e XIX, os princípios do jusnaturalismo⁵⁶ não significava elevar as condições de vida e pensamento da maior parte da população ao Estado, fazendo-o, portanto, o Estado de Direito representante da vontade de todos, ideal dos teóricos liberais⁵⁷, como Locke e Montesquieu, embora os liberais tivessem a presunção, mediados pelo racionalismo e iluminismo, de serem os representantes de toda a humanidade, de suas condições naturais intrínsecas. Com tal empreitada, o Estado se autonomiza, primeiro da vontade pessoal do rei, ao mesmo tempo que não está sujeito às vontades da nobreza ou das representações clericais, e, também, se autonomiza da sociedade: essa é a ideia de apartar o Estado da sociedade civil.

[...] O estado é a forma que a comunidade política assume sob as condições sociais dominantes do capitalismo. Não apenas o elo econômico, mas também o elo político de uma sociedade marcada pela concorrência e os antagonismos de classe manifestam-se em uma instância separada e contraposta a ela. (HIRSH, 2010, p. 32)

⁵⁶ “[...]. O elemento do direito natural teorias jurídicas do Estado jaz muito mais profundamente do que pareceu aos críticos da doutrina do direito natural. Ele está enraizado no próprio conceito de poder público, ou seja, de um poder que não pertence a ninguém particularmente, que se encontra acima de todos e que se dirige a todos. Orientando-se conceito, a teoria jurídica perde inevitavelmente sua ligação com a realidade de fato.” (PACHUKANIS, 2017(a), p. 177)

⁵⁷ Os pensadores do liberalismo burguês não possuem uma base liberal ao que pode nos parecer, são tremendamente conservadores em diversos aspectos, como os exemplos aqui colocados, são liberais no sentido de reverter a antiga ordem (*ancien régime*). Alguns exemplos do conservadorismo: “[...] Porque as leis eram malfeitas, houve homens preguiçosos; porque esses homens eram preguiçosos, foram submetidos à escravidão. [...]” (MONTESQUIEU, 2006, p. 255); “[...] Um cidadão merece a morte quando violou a segurança a ponto de tirar a vida a alguém, ou tentado tirá-la. Essa pena de morte é o remédio para a sociedade enferma. [...]” (MONTESQUIEU, 2006, p. 200, grifos). Há ainda diversas passagens de determinismos geográficos, nas quais o autor tenta justificar situações sociais como derivadas do clima da região das populações, veja-se, as páginas de 235 à 307 (MONTESQUIEU, 2006). Por fim, sobre a base conservadora do liberalismo, veja-se também (LOSURDO, 2005)

Pachukanis também vai mostrar a marca dessa autonomia, abstração, do Estado, por meio do direito natural implícito nos direitos individuais:

Por isso, embora factualmente a atividade da organização do Estado transcorra na forma de ordens e disposições provenientes de pessoas isoladas, a teoria jurídica presume, em primeiro lugar, que quem ordena não são pessoas, mas o Estado, e em segundo lugar, que suas ordens são submetidas às normas gerais dos códigos, que expressam, mais uma vez, a vontade do Estado. [...] O elemento do direito natural nas teorias jurídicas do Estado [...] está enraizado no próprio conceito de poder público, ou seja, de um poder que não pertence a ninguém particularmente, que se encontra acima de todos e que se dirige a todos. Orientando-se por esse conceito, a teoria jurídica perde inevitavelmente sua ligação com a realidade. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 176-177)

Ao tornar a lei a representante da vontade geral e do bem comum⁵⁸, fazendo do Estado seu instrumento, se ignora toda e qualquer diferença social, de gênero, raça, religiosas, econômicas e, além disso, tira completamente a luta e disputa da constituição da sociedade e até mesmo do próprio Estado. Com tal façanha, retira-se da cena uma das características básicas do Modo de Produção Capitalista que é exatamente fazer uma diferenciação material entre quem possui os meios de produção e quem não possui.

O liberalismo procurou, num dilema que para ele é típico [...] entre o espírito e econômico, dissolver o inimigo, dissolvendo-o num concorrente, do lado dos negócios, e num opositor na discussão, do lado do espírito. No domínio econômico não há, aliás, quaisquer inimigos, mas apenas concorrentes, e num mundo completamente moralizado e eticizado talvez já só haja opositores na discussão. (SCHMITT, [1932] 2015, p. 54)

Esse irrealismo do jusnaturalismo que regula o Estado não é em vão, vem na esteira do que já foi conceituado aqui da separação mesma da coerção pública e privada, da mesma forma que não coloca sob escrutínio do Estado essas desigualdades entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, ou mesmo entre as diferentes formas de concorrência entre os próprios capitalistas (oligopólios, monopólio ou concorrência imperfeita).

⁵⁸ “Mas quando o erro ou a lisonja persuadiu alguns príncipes a utilizar este poder para fins privados que só interessavam a eles mesmos, e não **ao bem público**, o povo reclamou leis expressas para circunscrever a prerrogativa naqueles pontos onde a considerava desvantajosa; **proclamou então os limites da prerrogativa** nos casos em que considerou necessário, que ele e seus ancestrais haviam deixado, em toda a amplitude, a cargo da sabedoria daqueles príncipes, que dela não fizeram um uso correto, ou seja, **visando o bem público**.” (LOCKE, 1994, p. 182-183, grifos meus)

Dessa forma não é possível que uma classe tome para si o Estado, como era no caso do absolutismo e apenas pelo processo da criação da lei é que podem os agentes políticos incidirem sobre o Estado, o que, durante praticamente todo o período de formação e consolidação do Estado de Direito, ocorreu de modo restritivo primeiro sob o conceito de cidadania restritiva com características censitárias⁵⁹, etárias, de não servos ou escravos e de gênero, e segundo, por limitações ainda mais restritas à participação no parlamento⁶⁰ de tal sorte que apenas uma minoria restrita poderia tentar influir na racionalidade estatal. Nesse período, mais do que nos dias de hoje, certo repúdio a qualquer manifestação de democracia popular era normal, ainda mais diante de contextos sociais revolucionários, como foi boa parte do século XIX, pelo liberal-conservador Montesquieu, que coloca como vício a própria democracia direta⁶¹.

O indivíduo, o sujeito de direito e a coisificação das pessoas, base da sociabilidade capitalista, tem, no Estado de Direito, a consolidação de suas características, todas insculpidas como direitos e garantias (direitos naturais) positivadas em uma Constituição que rege o Estado, ou nas palavras de Foucault (2008, p. 11-14), a nova razão do Estado até século XIX. É essa autonomização, a impessoalidade do Estado, a lei como vinda da vontade geral, que contribui para solidificar a fetichização do processo de exploração capitalista.

A forma política contém mais do que a autonomização da força física coercitiva frente aos indivíduos, grupos, e classes sociais. O Estado não é apenas aparelho de força, pois nele expressa-se ao mesmo tempo a comunidade política da sociedade capitalista – aparentemente colocado acima da concorrência e das lutas sociais existentes –, embora de modo fetichizado e coisificado. (HIRSH, 2010, p. 32)

Avançando ainda mais, seguindo a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, é possível verificar um outro sentido do mascaramento que a separação da coerção física e simbólica da classe dominante para o Estado. Hirsch vai dizer que a violência vai operar, agora, de forma silenciosa, pois

⁵⁹ “Sempre há, em um Estado, indivíduos que se distinguem pelo nascimento, pelas riquezas [...] [sua] participação na legislação, portanto, deve ser proporcional às outras vantagens que possuem no Estado [...]” (MONTESQUIEU, 2006, p. 169)

⁶⁰ “[...] As leis que regem as instituições políticas, para Montesquieu, são relações entre as diversas classes em que se divide, as formas de organização econômica, as formas de distribuição do poder etc.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 115)

⁶¹ “Havia um grande vício na maioria das antigas repúblicas: o povo tinha o direito de tomar as resoluções ativas que requerem certa execução, coisa de que ele de modo algum é capaz. **Ele só deve tomar parte no governo para escolher seus representantes, e isso é tudo o que pode fazer.**” (MONTESQUIEU, 2006, p. 169, grifos meus).

vindoura de um Estado, aparentemente e formalmente, imparcial e neutro, que tem a legitimidade de uso da violência, o que seria uma conquista “civilizatória”.

Aqui fica claro por que Max Weber podia falar do “monopólio da força física legitimada” como a característica decisiva do Estado capitalista. Isso não quer dizer que não exista qualquer aplicação da violência física fora do Estado, e sim que o Estado normalmente se afirma como instância última de força, estando em condições, para um exemplo, de punir legitimamente crimes. Com isso, a violência não desaparece da sociedade. Ela continua a operar sobretudo “silenciosamente”, na medida em que obriga os indivíduos a venderem a sua força de trabalho. Mas a força central do aparelho de força estatal consiste na garantia da propriedade privada sobre os meios de produção como precondição da exploração mercantil da força de trabalho. Vê-se que o “monopólio estatal da força”, ao qual é atribuída hoje a condição de uma conquista civilizatória, não representa nada mais que uma forma histórica específica de relações sociais de exploração e de opressão. Mas, com a sua implantação, modificou-se consideravelmente o modo como a violência é aplicada e como as lutas são travadas. Ela se tornou, até certo ponto, racional e calculável e, em certo sentido, também civilizada. (HIRSH, 2010, p. 29)

O papel da violência⁶² na constituição tanto do capitalismo, por meio da acumulação primitiva, quanto da própria constituição do Estado é fator fundamental, por isso precisa ficar mascarada, e tal mecanismo precisa ser repisado, para não se cair no entendimento do Estado de Direito como *momentum* civilizatório⁶³, como regulador da própria violência estatal, pura e simplesmente, por isso se torna tão importante acompanhar seu surgimento pela luz que traz ao problema teorias como a de Charles Tilly, e a marca sobre isso que Pachukanis e Hirsch trazem:

O capitalismo e o Estado moderno surgiram no curso de um complexo processo histórico, e seu desenvolvimento foi condicionado reciprocamente. Tal processo apoiou-se em precondições políticas econômicas e culturais que não estavam dadas em todo o mundo. Foram as particulares condições econômico-políticas existentes na Europa ocidental, especialmente a estrutura do feudalismo europeu e sua crise, que o tornaram possível. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que o desenvolvimento do Estado moderno, assim como o do capitalismo, não é consequência de uma lógica histórica ou de uma regularidade, tal como de uma tendência social geral de racionalização, como supôs Max Weber, ou de uma sempre contínua diferenciação social, como presumem as teorias dos sistemas e da modernização. [...] Ele [Estado] surgiu com ela [economia capitais], na medida em que o desenvolvimento das correspondentes relações econômicas e políticas deu-se em uma correlação muito complexa. As estruturas sociais características das relações capitalistas de produção - da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho livre até a sua forma política específica - surgiram por meio da ação social, em que a violência desempenhou um papel central. Isso

⁶² No capítulo sobre a crítica à ideia clássica de Estado de Exceção, bem como sobre a Acumulação Permanente de Capital, a violência intrínseca ao Estado de Direito e o Modo de Produção Capitalista será melhor tratada, importando aqui apenas marca-la como característica fundamental.

⁶³ Foucault (1987) já ensina que o processo de “humanização” do processo punitivo não é civilizatório e apresenta características de gestão na criação e manutenção do ser delinquente.

vale tanto para a chamada acumulação primitiva como para o aparecimento de um aparelho estatal autonomia e centralizado. (HIRSH, 2010, p. 61-62)

Pachukanis vai ainda mais longe ao especificar a duplicação ideológica, portanto forma de fetichização da dominação e exploração, a que serve a consolidação do Estado de Direito em relação ao trabalhador assalariado, a base do Modo de Produção Capitalista, e destaca aí a essência dessa dominação ser materializada de forma impessoal e o poder da classe dominante ter um caráter de poder público:

A submissão e a dependência do trabalhador assalariado em relação ao capitalista existem também de modo imediato [...]. Mas a submissão desse trabalhador ao Estado capitalista não é a mesma dependência em relação ao capitalista individual, ela é ideologicamente duplicada. Em primeiro lugar, porque existe um aparato especial separado dos representantes da classe dominante, e esse aparato ergue-se acima de cada capitalista individual e figura como uma força impessoal. Em segundo lugar, porque essa força impessoal não media cada relação separada de exploração, pois o trabalhador assalariado não é coagido política e juridicamente a trabalhar para um determinado empresário, mas aliena a ele sua força de trabalho formalmente, com base em um contrato livre. Na mesma medida em que a relação de exploração é realizada formalmente como ação de dois possuidores de mercadorias “independentes” e “iguais”, dos quais um, o proletário, vende a força de trabalho e o outro, o capitalista, compra, o poder político de classe pode assumir a forma de poder público. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 172)

Com todas essas considerações, é possível verificar o Estado de Direito como uma miragem que permite ao capitalismo se consolidar mascarando os processos de dominação que lhe são intrínsecos desde sua origem e se materializam justamente no ápice de desenvolvimento de suas formas jurídicas e política que é o Estado de Direito capitalista:

O Estado de direito é uma miragem, mas uma miragem extremamente conveniente para a burguesia, porque ela substitui a desvanecida ideologia religiosa, ela oculta às massas o fato da dominação da burguesia. A ideologia do Estado de direito é mais conveniente que a religiosa também porque, sem refletir completamente a realidade objetiva, ela mesmo assim apoia-se nela. O pode como “vontade geral”, como “poder de direito”, realiza-se na sociedade burguesa na medida em que esta última representa um mercado. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 178)

Assim, faz todo o sentido as colocações, ou melhor, a crítica a uma das condições históricas sobre as quais a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito. Questionava-se, no início da década 1970 se a ascensão do Partido Social-Democrata alemão ao poder traria transformações emancipadoras, como era a crença do próprio partido, ao imaginar que conseguiria influir e transformar o

capitalismo revertendo sua dominação e exploração, como havia acreditado na República de Weimar. Com a análise do Estado de Direito aqui empreendida é possível verificar que de fato trata-se de uma ilusão jurídica, miragem, que ao mostrar-se aberto e acessível a conteúdos que venham pela luta social e política, possa alterar a exploração do Modo de Produção Capitalista sem destruí-lo em suas bases, sendo que na verdade a constituição e condição de existência do Estado de Direito é exatamente a manutenção da ordem estabelecida pelo próprio capitalismo.

CAPÍTULO II - O ESTADO DE EXCEÇÃO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

2 APRESENTAÇÃO DE UM CONCEITO PROVISÓRIO DE ESTADO DE EXCEÇÃO

A concepção de Exceção, primordialmente, tem uma longa trajetória, vem desde a origem do sistema político romano até os dias atuais, abarcando no seu desenvolvimento diversas personalidades teóricas e políticas, iniciando com a grande ditadura romana; é por esse motivo que Agamben busca nessa experiência a base dos seus textos sobre Estado de Exceção, retirando daí, inclusive, conceitos chave para o entendimento da Exceção, como é o caso da figura central em sua obra mais acabada sobre o tema, o *homo sacer* (AGAMBEN, 2007). Isso já mostra a complexidade e idade do tema.

Antes de abordar na parte histórica da evolução do Estado de Exceção dentro do Estado de Direito, contudo, para guiar a leitura, passo a narrar uma conceituação mais clássica do Estado de Exceção, provisoriamente, para, em parte específica do capítulo, fazer uma crítica a ela.

A nomenclatura comum que abarca a Exceção muda conforme o objeto pelo qual se torna necessária a suspensão do Estado de Direito tais como Estado de Guerra, Estado de Sítio etc.

Com a expressão “Estado de sítio” se quer geralmente indicar um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos. As circunstâncias perturbadoras que costumam dar lugar a tal situação são, em geral, de ordem política, mas podem também ser acontecimentos naturais como terremotos, epidemias, etc. (BALDI, 2004, p. 413)

O Estado de Exceção⁶⁴, conforme mostra Agamben (2004), é a suspensão temporária do Estado de Direito, originado para executar uma tarefa emergencial contra insurreição, guerra civil ou

⁶⁴ As teses do neoliberalismo como uma Nova Razão do mundo estão intimamente ligadas às ideias de Estado de Exceção defendidas, já como um clássico no tema, por Agamben, isso porque, o autor faz em sua obra uma relação entre o biopoder e o Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004; AGAMBEN, 2007).

resistência. O Estado de Exceção torna legal o que não tem forma legal, ele é o oposto do Estado de Direito. Assim, o Estado de Exceção só existe num contexto em que haja Estado de Direito, independente se de facto ou formal, ambos convivendo simultaneamente e necessariamente.

Além disso, sua origem vem da democracia, não do absolutismo (VALIM, 2017): é um mecanismo do Estado de Direito porque é o Direito quem o regula, quem estabelece suas regras de sua autorização. Porém, essa é a metade de sua forma, sendo a outra a política, que vai tanto construir, legitimar e justificar o chamamento do Estado de Exceção quanto colocá-lo em prática, pelos meios que achar necessário (AGAMBEN, 2004; VALIM, 2017).

O que importa aqui é mostrar que o Estado de exceção é permanente, “[...] ele não só sempre se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional, mas também deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica. [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 18). Sendo uma forma jurídica legítima no Regime Democrático, é uma medida totalitária, já que o

[...] totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Seu estado permanente tem duas características básicas: a primeira é uma prática autoritária que persegue inimigos, o que por si só já retira a política como esfera de mediação de conflitos - perspectiva levantada por Mouffe (2015), para quem a política só tem lugar quando se faz a mediação de conflitos entre adversários, já que quando o adversário é transformado em inimigo, o objetivo torna-se outro, o seu extermínio, sua prisão etc., situação que inviabiliza os meios democráticos e, até mesmo, do Estado de Direito. A segunda característica vem das definições da Política de Schmitt ([1932] 2015), sendo sua constituição a distinção entre amigo e inimigo.

Atualmente pode-se pensar na Guerra ao Terror inaugurada por George W. Bush Jr, como resposta aos atentados aos EUA de setembro de 2001, sendo o Patriot Act⁶⁵ uma medida típica da

⁶⁵ (CONGRESS OF USA , 2001)

decretação do Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004; SERRANO, 2016; VALIM, 2017). Por meio desse ato, diante da ameaça iminente de novos ataques, o Governo Americano suspendeu direitos fundamentais consagrados em diversos regulamentos legais e inclusive na Constituição, como as 1ª, 4ª, 5ª e 6ª emendas que tratam de direitos civis, tais como o da privacidade e o julgamento dentro do devido processo legal. Ademais, as medidas de exceção ao direito estipuladas pelo Act tinham sua validade limitada a 31/12/2005, estabelecendo um horizonte em que se daria as excepcionalidades. Porém, essa medida foi prorrogada por mais de dez anos, sofrendo alterações.

A forma americana se deu em contexto de guerra e serviu para a ampliar a vigilância e punição dentro do próprio território nacional. Por estar em tempo de guerra, já se está subentendido quem é o inimigo; porém, os cidadãos americanos foram também considerados inimigos potenciais, daí a vigilância se justificar excepcionalmente “fora da lei”. É após a vigilância que se considera o cidadão inocente, valendo destacar a existência de seletividade na escolha de quais serão os cidadãos suspeitos, via de regra conforme sua origem étnica.

Sendo uma suspensão dos direitos civis, a medida de exceção não pode ser considerada uma medida de estado de sítio ou de guerra civil, pois embora esteja em contexto de guerra, o objetivo do Ato Patriótico, a princípio, não foi estabelecer o cidadão americano como o inimigo, que em guerra, se abate. Por mais que tal Act, no bojo da xenofobia de Bush da sua guerra de civilizações, mediado pelo maniqueísmo da luta do bem contra o mal (mocinhos Vs. bandidos) tenha trazido perseguição e preconceito contra árabes em geral e seguidores da fé muçulmana, isso não foi o suficiente para levar ao abate, o que não quer dizer que tenha sido algo louvável.

Ainda no caso americano, Serrano (2016) chama a atenção que Guantánamo é um exemplo, pois aplica uma hiperonímia, cuja tortura é minuciosamente regrada – bem explicitada no documentário Doutrina de Choque (2009), o que lhe dá uma forma legítima, independente do conteúdo contrário aos Direitos Humanos e à Democracia, exatamente por seu perfil técnico e regulado.

Assim, em vez de ter governos de exceção, como os fascistas ou ditatoriais, que aplicavam o Estado de Exceção, começa a haver medidas de exceção no interior da democracia, praticadas pelos órgãos e formas democráticas, mas com conteúdo não democrático. No direito, isso pode ser chamado como fraude, uma prática ilegal com uma aparência de legalidade (SERRANO, 2016), característica também levantada por Dardot e Laval (2016, p. 20):

O questionamento da democracia toma caminhos diversos, que nem sempre têm a ver com a “terapia de choque”, mas, sim, e sobretudo, com o que Wendy Brown chamou, com justiça, de processo de desdemocratização, que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente.

Na América Latina, há uma dualidade, o Estado Democrático de Direito governando os territórios ocupados pelo povo incluído e um Estado de Exceção governando o território ocupado pela população, sendo a polícia a força de ocupação que o vigia e puni. (SERRANO, 2016).

Assim, o sistema de justiça funciona como agente de exceção, não apenas nos territórios da população pobre, por meio Estado de Exceção Permanente, mas agenciando medidas de exceção para a população incluída, quando há, por exemplo, governos progressistas, de centro-esquerda, como foi o caso de diversos governos derrubados por golpes ou operados ou cancelados pelo judiciário na América Latina, inclusive no Brasil.

Boaventura de Souza Santos ajuda a entender como o Estado de Exceção Permanente é gerido nos territórios da pobreza. Para ele o que ocorre é uma espécie de fascismo social, que, diferente dos fascismos da primeira metade do século passado, não é ditatorial, pois “[...] Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove-a até não ser necessário nem conveniente sacrificá-la para promover o capitalismo. [...]” (SANTOS, 1998). Portanto, não se trata de um fascismo político, mas social.

A lógica do fascismo social consiste em retirar os outrora incluídos do contrato social; por exemplo excluindo-lhes os direitos ou, ainda, fazendo trabalhadoras e trabalhadores regredirem a uma condição de trabalho precarizado; outra forma de fascismo é impedir que grupos sociais acessem a condição de cidadania (SANTOS, 1998). Boaventura diz que há três formas de sociabilidade fascista: a do apartheid social, o fascismo paraestatal e o fascismo da insegurança:

O apartheid social simplesmente segrega os excluídos em zonas ou regiões onde impera um Estado de natureza hobbesiano, não civilizado, selvagem; na região onde os incluídos estão, erguem-se fortificações para a proteção contra os selvagens. Fazendo uma alusão à sociedade dos condomínios que Christian Dunker (2015) fala, nessas regiões ou zonas, o Estado é democrático e protetor, a despeito de suas possíveis falhas; já na região de apartheid ele é predador, agindo fora do Estado de Direito (SANTOS, 1998).

Aqui vale apontar que Agamben (2004, p. 12-13) faz uma definição do Estado de exceção bem peculiar em relação à tese de fascismos sociais de Boaventura:

[...] encontra-se, certamente, sua estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência. [...] O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que **permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareça não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado o sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.**

A segunda forma de sociabilidade fascista – o fascismo paraestatal –, conforme Boaventura, ocorre quando atores sociais poderosos usurpam características peculiares ao Estado Democrático de Direito através de coerção e regulação social, o que o autor exemplifica com a precarização das leis do trabalho no sentido de serem equiparadas às leis civis. Já o fascismo da insegurança é quando se manipula a insegurança de grupos sociais e pessoas (SANTOS, 1998). Novamente o exemplo é a precariedade do trabalho, mas também pode-se citar o assédio moral dentro das organizações. A criação de um estado de emergência e de um sentido de insegurança generalizado é essencial para a legitimação da aplicação do Estado ou Medidas de Exceção, pois só assim se justificaria, politicamente, a ideia da suspensão de direitos.

Por esse caráter duplo tratado por Pedro Serrano e Boaventura de Souza Santos, típicos mesmo de uma fraude (forma jurídica e conteúdo antidemocrático), percebe-se o caráter antidemocrático do Regime Neoliberal e sua expressão do Estado de Exceção Permanente e do fascismo social. Para Boaventura (SANTOS, 2003), o neoliberalismo é o responsável por extirpar o espectro que assombrava o capitalismo no último quarto de século, a socialdemocracia. O elemento antidemocrático é fundamental para o Regime Neoliberal, e se baseia na gestão privada da democracia que, com sua racionalidade gerencial, apresenta seu conteúdo antidemocrático⁶⁶. Nesse sentido afirmam Dardot e Laval:

⁶⁶ “Longe de ser neutra, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social; reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de ‘subcidadãos’ e não cidadãos.” (DARDOT e LAVAL, 2016).

“Se [...] sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um antidemocratismo.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 384).

3 O ESTADO DE EXCEÇÃO NA REALIDADE DO ESTADO DE DIREITO

Retomando a fase histórica que importa aqui, passa-se rapidamente a uma reconstrução histórica do uso da figura do Estado de Exceção dentro do Estado de Direito até seu ponto chave, a República de Weimar. Importa dizer que em dois momentos a discussão sobre o tema foi grande. Agamben (2004) cita o desmoronamento da democracia europeia, 1934 a 1948 como o primeiro, tendo como teórico principal Carl Schmitt e depois, já no século XXI, após o ataque de 11 de setembro aos EUA, com as leis antiterror que abarcavam uma suspensão de direitos inclusive a cidadãos americanos.

Na França, é com a Revolução Francesa que se instala o Estado de Direito, sendo que em cada uma das suas fases há uma Constituição diferente. Agamben (2004) diz que o Estado de Exceção foi primeiramente estabelecido pela Assembleia Constituinte (1789-1791) por um decreto de 8 de julho, antes, portanto, da Constituição que é de 3 a 14 de setembro de 1791⁶⁷. Ele também destaca que a ideia ainda estava ligada à situação de guerra. Já na Constituição de 1799, em seu artigo 92 há a previsão de, em caso de rebelião ou ameaça à segurança do Estado, haja a suspensão da própria constituição. Desta forma o motivo da suspensão do Direito se autonomiza de situações de guerra, tomando a forma que possui hoje nas constituições

Artículo 92. En caso de una rebelión a mano armada, o desordenes que amenacen la seguridad del Estado, la ley puede suspender, en los lugares, y por el tiempo que determine, el imperio de la Constitución. Dicha suspensión puede ser provisionalmente declarada, en los mismos casos, por una decisión del gobierno, mientras el Cuerpo legislativo esté de vacaciones, con la condición de que dicho cuerpo sea convocado en el tiempo más breve posible por un artículo de esa misma decisión. (REPÚBLICA FRANCESA, 1799)

Na revolucionária do século XVIII, que viveu o “Período do Terror” de Robespierre, a eliminação dos inimigos por Guilhotina, os “Tribunais de salvação pública”, guerras com países que buscavam restaurar a ordem absolutistas, alta inflação (HOBSBAWM, 2005), forma um contexto que apresenta todos os requisitos de insegurança e crise atemorizadoras da ordem e que requer a suspensão do controle do Estado pela lei, ou o Estado de Direito, para que medidas de força e violência sejam empregadas.

⁶⁷ É também de Agamben (2004) a colocação que no próprio artigo 1º da Constituição norte-americana há a suspensão do *Habeas Corpus* em caso de rebelião ou guerra.

Além disso, ainda mais por tratar-se de período revolucionário, a cada fase da Revolução havia uma disputa interna com uso de força, onde os adversários eram caçados e mortos, tendo a Constituição um papel de pacificação e simbolizavam os interesses das frações que assumissem o poder, temporariamente: a lei maior provinha de um estado de praticamente guerra civil.

A essa fase da Revolução que estabelece essa Constituição de 1799, que inaugura o Estado de Exceção em âmbito constitucional, sobrevém o general Napoleão Bonaparte como Cônsul, um pouto antes da fase do Império Napoleônico, marca do estabelecimento da ordem pela força. No Brasil, a Constituição do Império, também traz a previsão do Estado de Exceção

XXXIV. Os Poderes Constitucionaes não podem suspender a Constituição, no que diz respeito aos direitos individuaes, salvo nos casos, e circunstancias especificadas no paragrapho seguinte.

XXXV. Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembléa, e correndo a Patria perigo imminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisoria, e indispensavel, suspendendo-a immediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remetter á Assembléa, logo que reunida fôr, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaesquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a ellas, serão responsaveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito. (Vide Lei nº 16, de 1834) (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1824)

Após o período da Restauração 1814-1830, em 1848, inicia-se a Primavera dos Povos, momento em que se inicia uma série de revoltas com cunho popular.

Todas essas revoluções têm algo mais em comum, o que explica largamente o seu fracasso. Elas foram, de fato revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Por isso elas assustaram os moderados liberais a quem elas próprias deram poder e proeminência. [...] Dos principais grupos envolvidos na revolução, a burguesia, como já vimos, descobriu que preferia à ordem à oportunidade e pôr em prática seu programa completo quando confrontada com a ameaça à propriedade. Quando se viram diante da revolução “vermelha”, os moderados liberais e os conservadores uniram-se. (HOBSBAWM, 2005, p. 35-41).

Como o Antigo Regime já tinha sido solapado, não havia mais uma luta contra a velha ordem, mas uma luta pela revolução social contra a ordem estabelecida, estando ao seu lado, todos os conservadores e moderados. Aí se inicia um processo no qual a burguesia começa a se afastar dos camponeses, trabalhadores fabris e pobres para deixar de lado o liberalismo político.

Como que se fizesse reviver sua base conservadora reacionária⁶⁸, agora que já havia extirpado o absolutismo e garantido o Estado de Direito para seus negócios, em especial, a preservação da propriedade e da livre troca de mercadorias. “A partir do momento em que a burguesia tornou-se a classe dominante, o passado revolucionário do direito natural começou a suscitar nela receio, e as teorias dominantes apressaram-se a arquivá-lo.” (PACHUKANIS, 2017, p. 176).

Além das tentativas de revoluções proletárias e populares, cuja marca mais impressionante é a Comuna de Paris, nesse período se dá o processo de formação das grandes nações, com exceção da Inglaterra, forjada à ferro e sangue, como diria Bismark. Assim, travaram-se quatro guerras no período de 12 anos envolvendo França, Itália, Áustria, Prússia, Savoia, Dinamarca. Só na guerra Franco-Prussiana foram vitimadas cerca 160 mil pessoas; nas Américas, a guerra civil americana e a guerra do Paraguai vitimaram por volta de 1 milhão de pessoas (HOBBSAWM, 2005), uma carnificina.

Essas são as bases históricas que ajudam a entender como o dispositivo do Estado de Exceção estava se configurando como instrumento formal do Estado de Direito para conter ou reverter as forças que colocavam em perigo à ordem, ou melhor, para usar um termo da época, a Ordem e o Progresso.

Daí que Agamben também marca a sua presença nesse período tão conturbado da história do Capitalismo. “A guerra franco-prussiana e a insurreição da Comuna coincidiram com uma generalização sem precedentes do estado de exceção, que foi proclamado em quarenta departamentos e, em alguns deles, vigorou até 1876.” (AGAMBEN, 2004, p. 25).⁶⁹

3.1 ESTADO DE EXCEÇÃO NA REPÚBLICA DE WEIMAR

Quando se analisa Estado de Exceção, tratar da República de Weimar não é acidental. A realidade do pós-guerra que a nova República precisa lidar é repleta de condições, como veremos, são

⁶⁸ Essa crítica fora apresentada na crítica da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, desenvolvida no capítulo anterior, sobretudo ao localizar a motivação material por trás da ideologia liberal e suas formas sociais. Para uma crítica mais voltada às aparentes contradições do credo liberal, veja-se: (LOSURDO, 2005).

⁶⁹ Na descrição histórica de Agamben há um pulo inexplicável sobre o período que corresponde, seguindo o percurso histórico marcado por Hobsbawm, a Era dos Impérios, 1875 a 1914. Sua última menção é de 1877, indo, posteriormente, para a Primeira Guerra Mundial. Esse lapso temporal é tratado mais para frente no capítulo, em contexto crítico, já que é uma fase fundamental para o estabelecimento do Capitalismo: o Imperialismo é fundamental para a mundialização do capitalismo. Por outro lado, é nesse período em que o sufrágio universal começa a ser estabelecido e teorias contrárias à democracia de massa se estabelecem juntamente com a imprensa de massa, o consumo de massa etc.. Por fim, entre 1874 e 1877 ocorre a primeira depressão do capitalismo, sendo um duro golpe ao liberalismo econômico.

fundamentais para a instalação de dispositivos de exceção na própria Constituição. Por outro lado, o debate sobre o EE que se inicia exatamente na análise das possibilidades de EE dentro da Constituição entre Schmitt e Benjamin já é clássico. Agamben (2004) dedica uma parte inteira de seu livro apenas a esse debate, que ele denomina de “Luta de gigantes a cerca de um vazio”; já na obra “*Homo Sacer*” (AGAMBEN, 2007), ele traz o debate em diversas partes do texto. Há ainda mais dois motivos fundamentais: o regime nazista nasce não apenas dos problemas que levaram ao colapso da República de Weimar, mas com suas estruturas jurídicas e políticas, em especial, a condição da exceção; e, por fim, a socialdemocracia teve pela primeira a oportunidade de ser governo e aplicar seu programa de reforma do capitalismo quando assume a República de Weimar como a grande força política, porém, em seu governo de coalizão com moderados, acaba executando uma política de exceção, na prática, sem, contudo, reformar o capitalismo, sendo abatida pelas próprias estruturas do Estado de Direito e da Democracia, que havia ajudado a fundar.

3.1.1 As condições históricas do Estado de Exceção na República e Constituição de Weimar

Ao analisar a história das concepções de Schmitt, por suas obras principais, até o estabelecimento do nazismo, pode-se ter uma avaliação que ele apenas está aprimorando os conceitos por uma espécie de amadurecimento teórico, em especial, quando essa análise é realizada quase cem anos depois. Da mesma forma, a leitura de Agamben, por mais que recheada de exemplos históricos, não permite estabelecer as bases sociais do Estado de Exceção que, analisado por Benjamin e Schmitt, se transformam no exemplo paradigmático da questão; o próprio Agamben vai conceituar o Estado de Exceção Permanente tendo como base o período do nazismo. Uma breve análise política e econômica do período após a Primeira Guerra e a constituição da República ajuda a entender as bases do Estado de Exceção fático, que se torna obra teórica por Schmitt e Agamben, em especial, o caráter de disputa entre nacionalistas, conservadores, comunistas e socialdemocratas, portanto, visões e interesses de mundo opostos que buscavam reconstruir a Alemanha. Assim, busca-se iluminar pontos importantes e prévios da constituição do Estado de Exceção clássico.

Antes do acordo de paz que assumia a derrota alemã, há uma negociação importante. Os chefes militares e do Império Guilhermino começam a fazer negociação com aqueles que assumiram a liderança do movimento pela paz na Alemanha Partido Social-Democrata, já que a população estava

passando por dificuldades e começara a perceber a derrota evidente. O objetivo era formar um governo democrático, pois é exigência do Presidente americano Wilson para a negociação do armistício.

Com essa jogada, a responsabilidade pela derrota militar e pelo humilhante e oneroso acordo de paz é toda dos civis, do governo civil que estava sendo implementado, e não dos militares, representantes do Império; a partir desse momento inicia-se uma construção de um dos mitos que contribuíram para todo o clima político da República e que vai ser uma das bases da ascensão do nazismo: o mito da punhalada nas costas⁷⁰ (LOUREIRO, 2005; EVANS, 2016a).

Com o governo provisório, as negociações continuam e o líder desse governo, Ebert, e que será o líder durante todo o período de Weimar deseja, se põe a agir no sentido de

impedir a todo custo que a Alemanha siga o modelo russo. Para eles, a atmosfera insurrecional que se espalha pelo país exige a abdicação do Kaiser, a fim de evitar que as massas passem para o campo dos revolucionários. É o que diz Ebert no dia 6 de novembro, numa reunião de majoritários e sindicalistas com o general Groener. [...] No dia 7, nova reunião de Ebert e do deputado social-democrata majoritário David com o príncipe Max de Bade. Quando este pede garantias de que a social-democracia não criará dificuldades enquanto ele tenta convencer o Kaiser a abdicar, Ebert teria dito a famosa frase, reportada pelo próprio príncipe nas suas memórias: "Se o Kaiser não abdicar, a revolução social é inevitável. Eu não quero essa revolução: odeio-a como odeio o pecado". (LOUREIRO, 2005, p. edição Kindle)

A disputa que traz esse estado de emergência, uma véspera revolucionária, se dá por grupos de matizes ideológicas distintas que buscam pressionar a direção do fim da guerra, se ocorria um tratado com concessões, uma retirada honrosa etc.. Assim, as forças envolvidas se dividiam em nacionalistas, ex-combatentes da guerra, comunistas, sociais democratas etc. Em especial, a disputa ocorre entre membros do Partido Social-Democrata e da organização espartakista, capitaneados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que organizam movimentos grevistas, ambos presos em uma das batalhas com mais de 50 mil grevistas em Berlin (LOUREIRO, 2005).

⁷⁰ Com esse mito, acusavam-se socialistas e judeus, grupos há muito identificados como culpados dos problemas alemães desde o tempo de Bismarck, esses grupos recebiam nomes pejorativos como criminosos ou traidores de novembro. Não à toa, o Partido Social-Democrata havia sido considerado ilegal e em 1914 “[...] poucos porta-vozes ou editores de jornal social-democratas, não haviam passado várias temporadas na cadeia depois de condenados por crime de lesa-majestade ou insulto a oficiais do Estado; criticar o monarca ou a polícia, ou mesmo servidores civis que dirigiam o país ainda podia ser tachado de ofensa à lei. Combater social-democratas tornou-se a atividade de toda uma geração de juízes promotores públicos do Estado, chefes de polícia e oficiais do governo antes de 1914” (EVANS, 2016a, p. 53)

Rosa Luxemburgo faz um detalhado relato sobre o que foram esses dias nas prévias do estabelecimento da República de Weimar:

A ordem reina em Berlim!, proclama triunfalmente a imprensa burguesa entre nós, bem como os ministros Ebert e Noske e os oficiais das tropas vitoriosas, para quem a gentinha pequeno burguesa de Berlim agita os lenços e emite os seus hurras. A glória e a honra das armas alemãs estão a salvo perante a história mundial. Os que combateram miseravelmente na Flandres e a Argonne podem agora restabelecer o seu nome mediante a brilhante vitória atingida sobre trezentos espartaquistas que lhes resistiram no prédio do Vorwaerts. [...] **Os delegados dos sitiados no Vorwaerts, enviados como parlamentares para tratarem da sua rendição, foram destroçados a pancadas de garrote pela soldadesca governamental, e isto aconteceu até tal ponto que não foi possível reconhecer os seus cadáveres. Quanto aos prisioneiros, foram pendurados dos muros e assassinados de tal maneira que muitos deles tinham o cérebro fora do seu crânio.** Quem acha ainda, depois destes indignos fatos, nas vergonhosas derrotas impingidas pelos franceses, os ingleses e os americanos aos alemães? **Spartakus é o inimigo e Berlim o campo de batalha em que somente sabem vencer os nossos oficiais.** Noske, "o operário" é o general que sabe organizar a vitória ali onde Lundendorff fracassa. (LUXEMBURGO, 1919, p. versão digital)

Essa será a lógica implementada durante toda a República, um esforço conservador de manutenção da ordem, contra qualquer possibilidade de haver uma nova revolução de 1917 na Alemanha, sempre combatido com força e violência. Porém, embora haja o compromisso com as forças do Império, a situação política e social não é de tranquilidade, e tranquilidade era o que pedia às massas, literalmente, Ebert, o novo chanceler.

Para isso, as forças da Partido Social-Democrata buscam retirar os povos das ruas e leva-los às urnas, pois agora havia o sufrágio, que possibilitava o voto das mulheres. Porém, o tratado de Versalhes, assinado em julho de 1919 gera comoção nacional, as manifestações eram frequentes e as greves paralisavam o país; o país estava dividido, muitos não aceitavam a derrota, tampouco as condições do tratado.

Sem conseguir a ordem pelos apelos democrático, é que ocorre uma negociação entre o Exército e o chanceler Ebert (EVANS, 2016a) para conter a desordem, e em especial, o movimento dos Conselhos, uma organização semelhante aos conselhos bolchevista soviéticos que comandavam a ação dos trabalhadores, na primeira fase da Revolução Alemã.

Ebert, por sua vez, acreditava ser absolutamente necessário o apoio do alto-comando, sobretudo para resolver os problemas militares decorrentes do armistício e da desmobilização. Essa polêmica aliança foi possível, sobretudo, porque havia entre os dois homens uma completa harmonia em relação a questões políticas fundamentais: o desejo de restabelecer o mais

rápido possível o império da lei, e a rejeição total do bolchevismo e do sistema conselhistas. (LOUREIRO, 2005, p. edição Kindle)

Como o exército apresentava problema e começava a se desmobilizar já por conta do Tratado, por meio dessa negociação de Ebert, foi criada uma primeira milícia para a garantia da ordem, chamada de o corpo de caçadores e foi sancionada pelo governo (LOUREIRO, 2005, p. edição Kindle).

A Alemanha estava em pé de guerra civil, que o tempo todo ameaçava explodir. Esse clima de guerra é bem ilustrado por Evans (2016a), mostrando que termos como inimigo a ser esmagado, luta, terror e violência faziam parte do jargão político cotidiano, nas ruas e nos parlamentos; essa terminologia de guerra permaneceu mesmo após o fim da guerra e permeou toda a República. Praticamente, cada organização política possuía seu bando armado ou milícia, o conflito ideológico e político não se resolvia apenas na política parlamentar, mas no assassinato, na ameaça.

A República de Weimar, politicamente, pode ser marcada como um período de tremenda instabilidade política, vivendo clima de guerra civil, onde a força bruta era utilizada e legitimada por todas as forças em disputa e mesmo pelo próprio Estado e essa lógica só vai se acirrar e mesmo com o fim da República, não cessará. Até mesmo a assembleia constituinte teve que ser deslocada da capital, pois a disputa violenta entre as forças impedia de ocorrer em Berlim, a pacata cidade de Weimar foi a sede da Constituição da República (EVANS, 2016a; LOUREIRO, 2005).

Economicamente a situação não era menos calamitosa. A Alemanha estava destroçada, além dos prejuízos materiais da destruição da própria guerra, o Tratado de Versalhes lhe proporcionou a obrigação de pagar, em termos de reparação de guerra aos vencedores mais do que se produzia em um ano e ainda em pagamento de multas e ainda deveria fornecer produtos, como cereais e até repor os navios destruídos, algo impossível objetivamente, mantendo-se a ordem econômica.

A Comissão de Reparações calculou em 6.600 milhões de libras esterlinas o montante dos prejuízos de guerra que a Alemanha devia pagar aos países vencedores na guerra mundial. O governo francês contava com essas reparações para reconstruir regiões assoladas e equilibrar seu orçamento. A 27 de abril de 1921 a Comissão fixou finalmente as reparações a serem pagas pela Alemanha em 132.000.000.000 marcos-ouro, uma soma maior do que o país poderia pagar (era equivalente a mais de três vezes a renda nacional anual). [...] Deveria, ainda, entregar cerca de 2,2 milhões de toneladas de grãos, 5 mil locomotivas, 130 mil artefatos agrícolas, 135 mil cabeças de gado e 50 mil cavalos. Teria ainda de repor os navios comerciais afundados. Era uma política de saque do país. (COGGIOLLA, 2010, p. edição digital)

Um dos impactos, pela emissão da moeda, pela brutal desvalorização cambial, foi a hiperinflação alemã, fenômeno ainda não visto pelos economistas de então. Os números são assombrosos e ajudam a remeter às imagens veiculadas nos livros escolares de carrinhos de bebê ou de construção sendo utilizados para levar o dinheiro da compra no mercado. Muitos economistas chamaram da morte da moeda, a base da economia e a base das trocas capitalistas.

Era a “morte da moeda”: o marco-ouro valia 46 marcos-papel em janeiro de 1922, 84.000 em julho de 1923, 24 milhões em setembro, 6 bilhões em outubro, até atingir... um trilhão!, em dezembro de 1923. A continuidade da desvalorização era matematicamente impossível. Em 1923 a inflação alemã explodiu de modo inédito para os padrões históricos e mundiais, até que, em 27 de novembro de 1923, os preços internos eram 1.422.900.000.000 vezes superiores aos do período anterior à guerra. (COGGIOLLA, 2010, p. edição digital)

Para se ter uma ideia da alteração dos preços, no ano de 1923 a inflação no atacado chegou a índice indizível:

Tabela 1: Hiperinflação na Alemanha de Weimar

Mês de referência	Índice de preços Atacado
Julho 1914	1,0
Janeiro 1919	2,6
Julho 1919	3,4
Janeiro 1920	12,6
Janeiro 1921	14,4
Julho 1921	14,3
Janeiro 1922	36,7
Julho 1922	100,6
Janeiro 1923	2,785.0
Julho 1923	194,000.0
Novembro 1923	726,000,000,000.0

Fonte: (COGGIOLLA, 2010)

O impacto na vida da população foi tremendo, já que isso afetava o cotidiano, as noções de conta básicas para comprar insumos de subsistência. Esses problemas econômicos estavam associados aos problemas das reparações, iniciada realmente em 1921, que solapou uma economia em reconstrução de guerra e isso estava bem marcado na população, juntando-se ao rancor de uma derrota humilhante, de uma nação que se pretendia Império ou *Reich*. “Mesmo o reacionário mais

empedernido poderia eventualmente ter aprendido a tolerar a república se ela tivesse proporcionado um nível razoável de estabilidade econômica e uma renda decente e sólida para seus cidadãos.” (EVANS, 2016a, p. 150).

O olhar para a República era de desgosto duplo, primeiro, porque os resultados materiais eram dos piores, segundo porque os mesmos que apoiaram os créditos para a guerra foram os que negociaram a rendição humilhante em Versalhes, eram os que estavam no poder, o Partido Social-Democrata e os Comunistas, quando apoiavam o governo. Essa situação gerava profunda desconfiança na população e instabilidade política.

3.1.2 O Estado de Exceção na Constituição de Weimar

Embora a Constituição de Weimar de 1919, junto coma mexicana de 1917, seja historicamente conhecida como a Constituição que inaugura a positivação dos direitos sociais⁷¹, um aspecto fundamental e que vai possibilitar a ascensão legítima do nazismo é a presença de um instrumento jurídico de Estado de Exceção, em seu artigo 48.

Artigo 48

Se um estado (8) não cumpre as obrigações impostas pela Constituição do Reich ou pelas leis do Reich, o Presidente do Reich **pode usar a força armada para obrigá-lo a fazer isso.**

Caso a **segurança pública esteja seriamente ameaçada ou perturbada, o Presidente do Reich poderá tomar as medidas necessárias para restabelecer a lei e a ordem, se necessário usando a força armada. Na prossecução deste objectivo, pode suspender parcialmente ou totalmente os direitos civis descritos nos artigos 114, 115, 117, 118, 123, 124 e 154.**⁷²

O Presidente do Reich deve informar imediatamente o Reichstag sobre todas as medidas tomadas com base nos parágrafos 1 e 2 deste artigo. **As medidas devem ser suspensas imediatamente se o Reichstag assim o exigir.**

⁷¹ Além da crítica realizada no primeiro capítulo, vinda da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito e dos debates em torno da Polêmica de Bernstein sobre a socialdemocracia, Evans (2016a) ajuda a entender que a própria instabilidade da República de Weimar foi um dos maiores obstáculos para concretizar os direitos sociais insculpidos na Constituição.

⁷² Os artigos que são suspensos pela aplicação do artigo 48 são exatamente os artigos das garantias fundamentais. Texto traduzido do inglês: “Article 48 If a state (8) does not fulfil the obligations laid upon it by the Reich constitution or the Reich laws, the Reich President may use armed force to cause it to oblige. In case public safety is seriously threatened or disturbed, the Reich President may take the measures necessary to reestablish law and order, if necessary using armed force. In the pursuit of this aim he may suspend the civil rights described in articles 114, 115, 117, 118, 123, 124 and 154, partially or entirely. The Reich President has to inform Reichstag immediately about all measures undertaken which are based on paragraphs 1 and 2 of this article. The measures have to be suspended immediately if Reichstag demands so. If danger is imminent, the state government may, for their specific territory, implement steps as described in paragraph 2. These steps have to be suspended if so demanded by the Reich President or the Reichstag. Further details are provided by Reich law”

Se o perigo é iminente, o governo do estado pode, para seu território específico, implementar as etapas descritas no parágrafo 2. Essas medidas devem ser suspensas, se assim for exigido pelo Presidente do Reich ou pelo Reichstag. Mais detalhes são fornecidos pela lei do Reich.

A positivação deste instrumento de Estado de Exceção não provem de uma regulação abstrata, mas das condições políticas e econômicas narradas acima. Segurança pública ameaçada ou perturbada e restabelecimento da ordem com uso de força armada é o remédio encontrado pelos idealizadores da Constituição para conter exatamente todo o clima de guerra civil e instabilidade política, mas que também seria utilizado para questões econômicas, quando o Tratado passa a ser executado.

Max Weber foi um dos participantes do projeto de reconstrução da Alemanha⁷³ do após primeira guerra mundial e da redação da Constituição de Weimar, o único membro acadêmico, em especial o artigo 48 (BERCOVICCI, 2003; BAHÖ, 1996 ; GODOY, 2007; LOUREIRO, 2005).

Numa rápida leitura de sua obra na proximidade histórica de Weimar, em especial os textos menos teóricos, é possível extrair quase que a definição do Estado de Exceção segundo sua concepção. Diante da convulsão social, Weber, ao desconfiar de todas as classes, inclusive da passividade das massas, e contra os radicalismos, recorre à lei marcial como medida preventiva de uma nova Revolução Russa. Não surpreende que um dos nomes citados em seu texto foi assassinado quando se constitui a República.

Na Alemanha, também, os difíceis primeiros anos do pós-guerra serão um teste severo para a disciplina das massas. Não pode haver dúvidas de que os sindicatos, em particular, enfrentarão dificuldades sem precedentes. [...] Um “sindicalismo de imaturidade” surgirá logo que essa juventude se defrontar com a normalidade dos tempos de paz. É certo que encontraremos abundante “radicalismo” puramente emocional dessa espécie. Nos centros populosos serão bem possíveis tentativas de putsch (“golpe de Estado”) sindicalista. Haverá um vigoroso e rápido desenvolvimento da opinião política, em vista da grave situação econômica, do estado de espírito político representado pelo grupo Liebknecht. Devemos indagar se as massas persistirão no previsto negativismo estéril para com o Estado. [...]. Além disso, dependerá da possibilidade de tais explosões provocarem novamente o conhecido temor das classes abastadas, isto é, da possibilidade de a ação igualmente emocional de fúria cega das massas ter como consequência a covardia igualmente emocional e cega da burguesia, como o esperam os interessados da burocracia sem controle. Contra o putsch, a sabotagem, e semelhantes erupções politicamente estéreis, que ocorrem em todos os países — ainda que com menos frequência aqui do que em outras partes —, todos os governos, mesmo os mais democráticos

⁷³ “Parece-me que nossa tarefa primordial em casa consiste em tornar possível para os soldados que regressam à reconstrução da Alemanha que eles salvaram — com o voto em suas mãos e através de seus representantes eleitos. Assim precisamos eliminar os obstáculos levantados pelas condições atuais, a fim de que os soldados possam dar início à reconstrução logo após o término da guerra, em vez de ter de se envolver em controvérsias estéreis.” (WEBER, 1997, p. 23)

e os mais socialistas, teriam que proclamar a lei marcial para não se exporem às consequências atualmente reinantes na Rússia. (WEBER, 1997, p. 116-117)

Ao mesmo tempo em que chama o uso da lei marcial como solução para os radicalismos à espreita, também traz a noção própria da transitoriedade do Estado de Exceção, ao colocar o retorno ao Estado de Direito após resolvida a convulsão, com o uso da força.

[...] as orgulhosas tradições de povos que são praticamente maduros e imunes à covardia sempre se revelaram em tais situações, nas quais esses povos souberam conservar o sangue-frio e a calma, esmagaram a força com a força, **e depois tentaram solucionar serenamente as tensões que tinham levado à erupção, imediatamente restituíram as garantias das liberdades civis e, de forma geral**, não permitiram a interferência de tais acontecimentos em sua tomada de decisões políticas. (WEBER, 1997, p. 116-117, grifos meus)

O Estado de Exceção proposto pela Constituição foi aplicado 136 vezes, depôs governos eleitos democraticamente, sempre quando ameaçavam a ordem. A estrutura da Exceção foi aplicada também pela República de Weimar ao estipular, como o nacional-socialismo faria mais tarde, editando decreto definindo pena de morte pautado no princípio *ex-tunc*, retroagindo no tempo aos atos praticados e condenados durante uma guerra civil em Rühr, o que legitimava execuções já ocorridas, porém, tal situação não fora aplicada quando as mortes ocorriam do lado dos considerados opositores da República (EVANS, 2016a).

Outra característica da exceção na República de Weimar era o poder concedido ao Executivo, nítido soberano para definir a suspensão do direito ou a dissolução do parlamento⁷⁴, o que atendia a lógica de Weber e os desejos antidemocráticos dos conservadores, como Schmitt, nas figuras do Soberano, Guardião da Constituição ou do líder da nação, ideia que vai sendo alterada à medida que a Exceção vai se tornando regra no regime político alemão, até sua maior demonstração no nazismo (SCHMITT, [1922] 1971; SCHMITT, [1931] 2007; SCHMITT, [1934] 2011).

Mesmo com a aplicação dos recursos de Exceção, o Partido Social-Democrata não conseguiu fazer frente aos problemas, recebendo a culpa de traidores de novembro, responsáveis pelo peso do pagamento do Tratado de Versalhes, mas sobretudo pelos problemas enfrentados pela Grande

⁷⁴ O artigo 25 da Constituição de Weimar concedia o poder de dissolução do parlamento ao executivo: “Article 25. The Reich president has the right to dissolve the Reichstag, but only once for the same reason. New elections, at the latest, are held 60 days after the dissolution.”

Depressão dos fins de 1929; pela truculência em que tratou seus opositores comunistas, não conseguiu tampouco refazer uma coalizão à esquerda e angariar ainda mais apoio popular, especialmente dos desempregados em massa devido à crise econômica, que não é desprezível, o que demonstra, novamente, a importância de incluir, nas análises do Estado de Exceção, a lógica e situação do Modo de Produção Capitalista.

Em outubro de 1929, o crack da bolsa de Nova York teve um efeito fulminante sobre a economia alemã, totalmente dependente pendente dos empréstimos externos e voltada para a exportação. Os capitais norte-americanos deixaram o país, os empréstimos foram renovados a curto prazo, os mercados externos fecharam-se -se às exportações alemãs. A isso se juntou a dificuldade em importar matérias-primas, o que acarretou demissões em massa e o fechamento de indústrias. Essa nova catástrofe econômica e social culminará no início de 1932 em seis milhões de desempregados, pregados, ou seja, 44% da força de trabalho. (LOUREIRO, 2005, p. edição digital)

Com os problemas objetivos do desemprego como ingrediente da já caótica situação de toda a República de Weimar, houve a ampliação da ação das milícias armadas, em especial da SS nazista, que funcionava quase como força policial auxiliar. Nas eleições de 1930, O resultado do Partido Social-Democrata não acompanhou o crescimento do Partido Nacional-Socialista.

Com as mudanças no governo, vindas das eleições de 1930, Hitler é nomeado o chanceler em 1933 formando coalizão com os nacionalistas. O incêndio do parlamento só colocou mais calor à disputa política e foi a base para nova suspensão do Estado de Direito e pretexto para a perseguição da oposição de esquerda pelos nazistas, com prisões de seus líderes. A chamada prisão cautelar, cuidava de controlar os inimigos, comunistas e judeus, e ir minando as lideranças de esquerda, o que ampliava a margem de atuação no parlamento. Ainda em 1933, com o parlamento cercado de SS e SA, intimidando os parlamentares de oposição, foi votada a Lei Plenipotenciária, que dava Plenos Poderes a Hitler. Ela foi aprovada pelos partidos conservadores e a partir daí, Hitler começa uma série de medidas para eliminar os partidos, suspender a constituição e o próprio parlamento. É o fim da República de Weimar, frágil, com diversos aspectos de Estado de Exceção e com práticas excepcionais também, que, junto com os problemas da hiperinflação, depressão e instabilidade política para se evitar uma nova revolução de 1917 deu as bases do crescimento nazista.

Curiosamente⁷⁵, Agamben reduz a importância de uma lei de plenos poderes, como a proposta votada por Hitler e aprovada pelo parlamento, o fato jurídico fundamental da instalação do nazismo e do Estado de Exceção mais exemplar da história:

A expressão "plenos poderes" (pleins pouvoirs) , com que, as vezes, se caracteriza o estado de exceção, refere-se à ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, a atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força-de-lei. [...] O pressuposto aqui é que o estado de exceção implica um retorno a um estado original "pleromático" em que ainda não se deu a distinção entre os diversos poderes (legislativo, executivo etc.). [...] Em todo caso, a expressão "plenos poderes" define uma das possíveis modalidades de ação do poder executivo durante o estado de exceção, mas não coincide com ele. (AGAMBEN, 2004, p. 17)

3.1.3 Adendo: uma vista panorâmica da evolução do Estado de Exceção em Schmitt

Toda a história desse período e sua institucionalidade jurídica da Constituição de Weimar é analisada de perto por Schmitt, que vai se consagrar como o grande jurista alemão, depois de Kelsen (MASCARO, 2016(b)). Suas conceituações sobre conceitos-chave do Estado de Exceção (soberano, amigo-inimigo, legalidade e legitimidade, liderança e plenos poderes ao Führer) são a consumação teórica da própria história alemã do período entre guerras, o que revela também sua mudança de posição, o que é nítido no percurso de sua obra (SCHMITT, [1922] 1971; SCHMITT, [1922] 1985; SCHMITT, [1931] 2007; SCHMITT, [1932] 2015; SCHMITT, [1934] 2011).

Schmitt, assim como Heidegger, buscou se distanciar do papel de teórico do nacional-socialismo, em especial, quando foi inquirido por membros do Tribunal de Nuremberg. Porém, sua produção está fortemente ligada, tanto antes quanto durante o nazismo, assim como a própria a legitimação de um Estado Ditatorial ou ao próprio Estado de Exceção, que serviu de base para o nazismo. (TERTULIAN, 2011; BERCOVICCI, 2003; ALVES e OLIVEIRA, 2012; MACEDO JR, 2011).

Segundo (ALVES e OLIVEIRA, 2012) importantes juristas contemporâneos de Schmitt, como Franz Neumann e Karl Loewenstein, acusam-no de ser um dos teóricos do nazismo. Baseado nisso é que o promotor de acusação de Nuremberg, Robert W. Kempner, responsável por interrogar

⁷⁵ Com o decorrer do capítulo, se tornará ainda mais problemática essa relativização, pois para Agamben, o nazismo será a base da sua formulação do Estado de Exceção Permanente.

Schmitt, o inquire sobre sua colaboração no regime nazista. Os interrogatórios não tiveram sucesso e Schmitt não foi acusado no processo.

Em suas obras após 1933, quando Hitler assume o poder, há claras alusões elogiosas a Hitler e ao nacional socialismo. Macedo Jr. (2011), coloca que havia certa inocência nas crenças e apoio de Schmitt a Hitler, isso porque ele viu em Hitler aquela figura que, diante da desordem, faria reinar a paz e ordem e restabelecer a Constituição, objetivo que sempre esteve presente em seus escritos.

Na verdade, seguindo o realismo de Schmitt, que aliás era um dos seus trunfos para combater o positivismo a que sua obra se opusera, é possível, em sua relação com o Führer, resumir boa parte de sua obra a partir de 1933. Nessa crença inocente apontada por Macedo Jr, pode-se verificar que Hitler seria o Soberano, aquele mesmo consagrado em Teologia Política, Soberano porque decreta o Estado de Exceção.

O forte Império Alemão, fundado por Bismarck, desmoronou durante a guerra mundial, pois no instante decisivo não teve a força para “fazer uso dos seus artigos para os casos de guerra”. Paralisada pelo modo de pensar de um “Estado de Direito” de natureza liberal, uma burocracia civil sem instinto político não teve coragem de tratar amotinados e inimigos do Estado segundo o seu merecido direito. Quem ler hoje no vol. 310 dos impressos do Reichstag o relatório sobre a Assembleia Plenária Pública de 9 de outubro de 1917, ficará estarecido e compreenderá a advertência do Führer. O comunicado do então governo do Reich, de que os cabeças dos marinheiros amotinados tinham negociado com deputados do Reichstag do partido Socialista Independente foi respondido pelo Reichstag com grande indignação nos seguintes termos: não se poderia podar o direito constitucionalmente assegurado de um partido a fazer propaganda no exército, além disso, faltariam provas concludentes quanto ao crime de alta traição. Toda a indignação ética diante da ignomínia de um tal colapso acumulou-se em Adolf Hitler e tornou-se nele a força propulsora de uma ação política. Todas as experiências e advertências da história do desastre alemão estão vivas nele. A maioria das pessoas teme a dureza dessas advertências e prefere se refugiar em uma superficialidade que evita o confronto e busca a conciliação [ausweichende und ausgleichende Oberflächlichkeit]. Mas o Führer leva as advertências da história alemã a sério. Isso lhe dá o direito e a força para fundar um novo Estado e uma nova ordem. (SCHMITT, [1934] 2011, p. edição digital)

Também é possível vê-lo identificado com como o chefe do Executivo que poderia fazer frente ao tribunal constitucional, tornando-se o juiz supremo de discussões e contendas políticas, além do chefe do Executivo, responsável por trazer a estabilidade política diante de um parlamento débil e um caos político de fins da República de Weimar como pressagiado em “O Guardião da Constituição” ([1931] 2007) e, por fim, ainda permite ver Hitler sendo o Político em essência ao fazer política lidando com as figuras de Inimigo e Amigo, como em “O conceito do Político” ([1932] 2015) ou

como àquele que decreta o governo autoritário para colocar a ordem à República de Weimar, contra seus extremismos comunistas e do nacional-socialismo.

Ler a obra de Schmitt nesses tempos é como ler um livro da história da Alemanha desde Weimar até o fim do nazismo e esse seria, curiosamente, o seu grande final, pois, o teórico do Estado de Exceção e da Política definida no embate de amigos contra inimigo se vê exatamente nessa situação, quando fora preso diversas vezes tanto por soviéticos quanto por americanos no contexto da Berlim ocupada e do Tribunal de Nuremberg.

A despeito da influência e tradição de sua obra na barbárie dos nazistas⁷⁶ e da própria base teórica dos regimes ditatoriais, sua importância, aqui neste trabalho, está mesmo ao trazer a discussão sobre o Estado de Exceção para um tema clássico, algo diferente do que se era feito até então, entretanto, sua obra não será aqui avaliada em profundidade, apenas extraídos os seus conceitos principais que ajudam a entender o Estado de Exceção na atualidade, sobretudo, como base de apoio para o entendimento da construção do conceito de Estado de Exceção Permanente de Agamben, que o des-trincha habilmente, tema da próxima seção.

⁷⁶ Bercovicci mostra que há uma posição controversa em relação à participação do alemão na fundamentação do regime nazista, havendo três vertentes distintas, mas aqui entende-se que tanto o fim de Weimar como o nazismo tem origens sociais complexas e que o papel de Schmitt não é o essencial, mas importa, com claras alusões elogiosas a Hitler e buscando elevar o papel de sua liderança como legitimador do próprio regime

4 APRESENTAÇÃO CRÍTICA DO CONCEITO BIOPOLÍTICO DE ESTADO DE EXCEÇÃO EM AGAMBEN

O trabalho mais conciso de Agamben, o Estado de Exceção, é essencial porque mostra a trajetória histórica do instrumento de Estado de Exceção e da teoria em torno do tema, contribuindo para basear a melhor compreensão, uma vez que é conciso e menos complexo. Nesse texto, em especial, após fazer esse trajeto histórico e teórico ele lança perguntas que pareceriam indicar a sua solução para problemas conceituais relevantes, que agora podem ser analisadas mais de perto, de forma crítica.

A simples oposição topográfica (dentro/fora) implícita nessas teorias parece insuficiente para dar conta do fenômeno que deveria explicar. Se o que é próprio do estado de exceção e a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal? Como pode uma anomia ser inscrita na ordem jurídica? E se, ao contrário, o estado de exceção é apenas uma situação de fato e, enquanto tal, estranha ou contrária à lei; como é possível o ordenamento jurídico ter uma lacuna justamente quanto a uma situação crucial? E qual é sentido dessa lacuna? (AGAMBEN, 2004, p. 39)

É relevante o apontamento que Agamben faz sobre um dos maiores problemas da definição mesma do Estado de Exceção. Embora a questão seja formalista, ele questiona como que uma decisão política de se estabelecer a suspensão do Estado de Direito se coaduna com um significado jurídico, já que é uma forma jurídica-constitucional: “De fato, tanto no direito de resistência quanto no estado exceção, o que realmente está em jogo é o problema do significado jurídico de uma esfera de ação em si extrajurídica.” (AGAMBEN, 2004, p. 24).

Ainda num sentido formal, Agamben, utilizando uma revisão bibliográfica sobre o tema, insiste em uma das formas de Estado de Exceção na generalização do fato do Executivo expedir decretos com força-de-lei, que ocorre no período entre guerras, o que se configuraria em uma “[...] abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário - mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo.” (AGAMBEN, 2004, p. 19).

Importante fazer uma distinção aqui, pois o problema de Agamben não é tanto a democracia, mas o Estado de Direito. Ainda assim ele não deixa de mostrar uma das marcas da gestão dos governos atuais como vinda de uma proximidade do Estado de Exceção do período entre guerras e mesmo das guerras.

Como afirmado acima, apenas a abolição provisória da separação dos poderes é que se configuraria como Estado de Exceção, situação nunca vivida, é verdade, na história, mesmo os casos do nazi-fascismo, assim como a ditadura brasileira, os poderes continuaram sendo exercidos, mas de forma limitada.

O que parece importar para a suspensão do Estado de Direito, são mesmo as garantias e direitos fundamentais, do liberalismo político. Assim, aquilo que fora considerado por uma literatura do começo do século XX como suspensão democrática, como apontado pelo autor, se tornou algo comum para a gestão governamental, que é o Executivo governando com decretos com força de lei.

Em todo caso, foi nesse período que a legislação excepcional por meio de decreto governamental (que nos e hoje perfeitamente familiar) tornou-se uma prática corrente nas democracias europeias. [...]. Como era previsível, a ampliação dos poderes do executivo na esfera do legislativo prosseguiu depois do fim das hostilidades e é significativo que a emergência militar então desse lugar a emergência econômica por meio de uma assimilação implícita entre guerra e economia. [...] E importante não esquecer que - segundo o paralelismo já apontado entre emergência militar e emergência econômica que caracteriza a política do século XX - O *New Deal* foi realizado do ponto de vista constitucional pela delegação (contida numa série de *Statutes* que culminam no *National Recovery Act* de 16 de junho de 1933) ao presidente de um poder ilimitado de regulamentação e de controle sobre todos os aspectos da vida econômica do país. (AGAMBEN, 2004, p. 26 e 37)

A tripartição dos poderes de Montesquieu é um dos ingredientes do Estado de Direito, mas não exclusivo, sobretudo se retomada as concepções iniciais dos teóricos do liberalismo político que, como foi demonstrado no capítulo anterior, importava mesmo era o controle do poder absoluto e arbitrário, para preservação da propriedade privada. Ademais, numa ditadura clássica, não os demais poderes não podem regular o Executivo, porém, o ponto fundamental é o solapamento das garantias fundamentais, liberdade de imprensa, de opinião, de culto religioso, da integridade e dignidade física e moral, mas sempre deixando intacto o direito de propriedade⁷⁷.

⁷⁷ A ditaduras que se colocavam como socialistas, estas sim expropriavam a propriedade privada para estatizar, antes de chegar à comunização dela, numa fase que nenhuma chegou; os regimes fascistas sem aparência socialista, entretanto, expropriavam a propriedade de seus inimigos, sem contudo tocar na dos seus amigos, distinção bem mesmo ao tom da concepção da política de Schmitt (SCHMITT, [1932] 2015) e seguindo a definição provisória aqui colocada. Contudo, sem perder o referencial teórico crítico aqui usado, da Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, tal expropriação não funcionava para desestabilizar o sistema, pelo contrário, para corrigir seus problemas de crise ou de crescimento insuficiente, redistribuindo, forçosamente, os recursos materiais. Mais adiante será melhor elaborada a forma como se define quem está sob a guarda, mesmo que mínima, de um Estado de Direito e quem deve receber a força do Direito Penal do Inimigo, a violência de um Estado de Exceção Permanente.

O Executivo editando decretos, não necessariamente está fora da acepção mais elementar do Estado de Direito, a ideia do sujeito de direito e a separação da coerção privada da pública. A Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, desenvolvida no capítulo anterior, afirma que o Estado de Direito não serve para conter a violência e o poder estatais em si, senão para garantir a manutenção da ordem capitalista⁷⁸, constituindo-se sua forma jurídica e política.

E nesse ponto, tal transformação alegada por Agamben não impressiona, apenas demonstra uma marca do fim do *laissez-faire* do século XIX. Desde meados da crise de 1929 tornou-se medida padrão para o manejo da recém-criada macroeconomia, a centralização no Executivo de questões econômicas. É o que aponta um dos fundadores da macroeconomia em 1926.

“Muitos dos maiores males econômicos de nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. [...] Entretanto, a cura reside fora das atividades dos indivíduos; pode até ser do interesse destes o agravamento da doença. Creio que a cura desses males **deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer**. Essas medidas envolveriam a sociedade no discernimento e controle, através de algum órgão adequado de ação, de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, embora mantendo desimpedidas a iniciativa e a empresa particulares. Ainda que estas medidas se mostrem insuficientes, elas nos fornecerão um melhor conhecimento do que temos, para dar o próximo passo.” (KEYNES, [1926] 1983, p. edição digital, grifos meus)

A despeito de se poder fazer uma crítica com viés liberal sobre esse insulamento tecnocrático⁷⁹ para tratar de medidas tão relevantes para a sociedade, o principal dessa medida foi antes motivada por salvar o capitalismo de seus próprios ideólogos, os liberais econômicos pregadores do *laissez-faire* do que do sufrágio universal que poderia resvalar em algum tipo de controle dos representantes do povo eleitos para o legislativo. Esse processo, como bem destaca Agamben, veio como que de empréstimo da emergência das guerras, sendo agora uma situação de emergência econômica.

[...] totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão,

⁷⁸ Mais adiante, essa ideia será mais detalhada na crítica mesma da teoria de Agamben.

⁷⁹ A respeito de uma ótima crítica sobre o insulamento burocrático como instrumento de poder dos economistas e sobre a tensão entre burocracia, política e democracia, veja-se as pesquisas de Maria Rita Loureiro (LOUREIRO, 2006) (LOUREIRO, 2003) (LOUREIRO, 2003) (LOUREIRO, 2010) (LOUREIRO, 1997) (LOUREIRO, 1997) (LOUREIRO, SANTOS e GOMIDE, 2011)

pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Esse apontamento é importante, pois não é a preocupação do autor o uso dessa concessão de poderes legislativos para o Executivo por meio “poderes excepcionais de legislação por decreto”, uma prévia das formas de exceção, para os objetivos do Estado de Direito e, assim, para o Modo de Produção Capitalista, afinal, na sua perspectiva biopolítica, não é nas questões estatais ou jurídicas que reside o problema da exceção permanente. Assim é que, em outro trabalho, o autor vai desenvolver bem mais a ideia do Estado de Exceção e bem afeita à noção de biopolítica, só que ainda mais aprofundada.

Porém, a partir deste momento, sem motivo aparente, Agamben, após colocar o debate entre Schmitt e Benjamin sobre o Estado de Exceção original da Constituição de Weimar, passa a buscar na história romana e em teóricos que tratam deste período, a resposta das suas perguntas; é como se ele colocasse em suspensão o termo como desenvolvido até então, uma digressão machadiana, para depois retornar, mas já com outras questões postas, insuficientes.

Até a parte que ele invoca os desenvolvimentos de Schmitt, o tema permanece como apresentado aqui no início do capítulo, depois disso o rumo vai para outro lugar, que não parece responder aos questionamentos por ele mesmo levantados, tampouco fecha ou altera os conceitos acima colocados. Sua conclusão é mais no sentido de uma reflexão, uma proposta crítica, do que um final.

Se é verdade que a articulação entre vida e direito, anomia e *nomos* produzida pelo estado de exceção é eficaz, mas fictícia, não se pode, porém, extrair disso a consequência de que, além ou aquém dos dispositivos jurídico, se abra em algum lugar um acesso imediato àquilo de que se representam a fratura, e ao mesmo tempo, a impossível recomposição. Não existem, primeiro, a vida como dado biológico natural e anomia como estado de natureza e, depois, sua implicação no direito por meio do estado de exceção. Ao contrário, a própria possibilidade de distinguir entre vida e direito, anomia e *nomos*, coincide com sua articulação na máquina da biopolítica. [...] Vida e direito, anomia e *nomos*, *auctoritas* e *potestas* resultam da fratura de alguma coisa a que não temos outro acesso que não por meio da ficção de sua articulação e do paciente trabalho que, desmascarando tal ficção, separa o que tinha pretendido unir. (AGAMBEN, 2004, p. 133)

As respostas às questões que colocou são dadas em outro trabalho, mais complexo e volumoso e que introduz, aí sim, figuras e conceitos importantes para a definição do Estado de Exceção dentro

da perspectiva da biopolítica. A impressão que fica é que o trabalho conciso prepara o território, em especial, dialogando bastante com o Direito, como exemplos históricos do passado, com revisões de literatura sobre o tema, para depois tratar do exemplo paradigmático ocorrido no nazismo e então sim, ter um fechamento sobre o tema. Sobre esse desenvolvimento realizado nesta obra é que será realizado aqui uma apresentação crítica.

A Exceção de Agamben é o paradigma do campo de concentração: “Os campos nascem, portanto, não do direito ordinário (e menos ainda, como se poderia inclusive crer, de uma transformação e um desenvolvimento do direito carcerário), mas do estado de exceção e da lei marcial.” (AGAMBEN, 2007, p. 175). É fundamental entender o significado do campo, pois é o paradigma da Exceção Permanente, suas condições elementares serão as condições da Exceção sob a biopolítica.

O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra. Nele o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento com base numa situação factícia de perigo, ora adquire uma disposição espacial permanente, como tal, permanece, porém, estavelmente fora do ordenamento normal. [...] Quem estava no campo movia-se em uma zona de indistinção entre externo e interno, exceção e regra, lícito e ilícito, na qual os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica não faziam mais sentido. (AGAMBEN, 2007, p. 175-177).

Outro conceito fundamental para a ideia de Estado de Exceção na biopolítica é a figura do *homo sacer*. Essa figura simboliza o que ele chama de vida indigna de ser vivida, do ser “matável”, da vida nua, cuja morte é tão desvalorizada que não pode se tornar um sacrifício. Além disso, quem mata essa vida não comete uma ilegalidade, um crime, não é um homicídio, um assassinato.

[...]. Uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*). [...] a representação do inimigo ôntico se distingue a partir de um paradigma elementar extraído da cultura romana: *homo sacer*. Excluído da jurisdição humana sem passar para a divina, banido de sua vida qualificada e exposto à mais grave violência: a impunidade de sua morte e o veto de ser sacrificado. (2007, p. 16, grifos originais)

Seguindo na lógica do campo de concentração nazista como paradigma do Estado de Exceção, Agamben extraí dessa experiência outra figura essencial. O Führer é quem define a figura do *homo sacer*, ele é o Soberano – o que em Schmitt ([1922] 1971) definia a exceção⁸⁰ - que não pode ser

⁸⁰ Em outra obra, já sob Hitler, Schmitt ([1934] 2011, p. edição digital) vai especificar a soberania a par e passo do que Agamben define: “o extermínio e a prisão dos opositores de Hitler estava dentro da jurisdição legítima do Führer”

identificado com a norma e nem com a exceção, simplificando, ele decide quem tem vida plena e quem tem vida indigna de se viver, ele é a lei viva.

[...] O soberano não se limita mais a decidir sobre a exceção, como estava no espírito da constituição de Weimar, com base no reconhecimento de uma dada situação factícia (o perigo para a segurança pública) [...] ele agora produz a situação de fato como consequência da decisão sobre a exceção. O Führer é verdadeiramente [...] soberano, uma lei vivente [...] Por isto, mesmo permanecendo formalmente em vigor, a distinção dos poderes que caracteriza o Estado democrático e liberal perde aqui o seu sentido. Daí a dificuldade de julgar, segundo os normais critérios jurídicos, aqueles funcionários que, como Eichmann, não havia feito mais do que executar como lei a palavra do Führer. (AGAMBEN, 2007, p. 177-180)

Em todos os dois textos que Agamben trata especificamente sobre o Estado de Exceção Permanente busca sempre diferenciar esse do Estado de Exceção regido por lei, tão bem definido pelas obras de Schmitt. Um dos aspectos fundamentais desta distinção é a autonomização das situações de emergência geradas pela guerra ou conturbação social, que foi a regra que motivara a legislação, bem como sua aplicação.

Porém, o campo de batalha ou uma situação de conflito marcial, possuem as características que Agamben atribui ao campo de concentração, já que não há uma lei que rege a ação, na guerra. Por outro lado, os combatentes também se equiparam ao *homo sacer*, pois sua morte não é considerada assassinato e suas vidas são tão desvalorizadas que não passam de números, contingentes. Ainda há aquele que define o campo de batalha e o *homo sacer*, o que poderia ser o comandante da guerra ou o senhor da guerra.

É possível dizer que as condições e características do campo de batalha se assemelham às definições que Agamben traz como novidade de um Estado de Exceção Permanente. A grande marca distintiva é que no campo de concentração, não há combatentes, mas prisioneiros, despojados de qualquer meio de resistência, vigiados constantemente, o que é uma diferença fundamental, já que sua vida é ainda menos valiosa, ou, no dizer de Agamben, nua; os soldados possuem uniformes e armas, diferença física, sobretudo simbólica. Ainda assim, é possível manter uma proximidade com os mecanismos e condições da guerra, nascedouro com o qual nunca se livrará, mesmo um Estado de Exceção Permanente, na perspectiva biopolítica.

Depois de um tortuoso e longo percurso, essas figuras são como que forjadas em sua obra e constituem o núcleo do Estado de Exceção e agora já é tempo de passar a uma reflexão crítica desses conceitos para tentar entender sua aplicabilidade à realidade.

No trabalho mais curto de Agamben, a perseguição da exceção tem o intuito de eliminar o inimigo, que seria aquele que “pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Porém, é difícil entender o que seria não integrável ao sistema político. Mesmo no trabalho mais denso, com sua ideia de *Homo Sacer*, não é possível entender quais são as características que podem definir politicamente alguém nessa figura em que a vida pode ser “matada” sem que se cometa homicídio.

É necessário a criação de uma classificação, isto não está posto de antemão, não é algo lógico, daí a importância da construção da figura do *homo sacer* o que Agamben não explora, mas que fica evidente quando ele trata como paradigma do *homo sacer* enquanto a figura da vida nua como o seu maior exemplo, as populações nos campos de concentração, não apenas os judeus, mas em seu trabalho eles são os protagonistas da vida indigna de ser vivida, logo matáveis. Assim, todo o processo de propaganda, de ideologia do nacional-socialismo servem como paradigma⁸¹ do que seria a construção das características que seriam perseguidas, a construção do ser “matável”, o que, repito, não é explorado pelo autor.

Porém, tal apontamento ajuda a não cair em problemas de ética e dizer que a indicação deste inimigo seria um ato de crueldade, maldade⁸² ou quejandos. É entender tanto o processo de criação de Estado de Exceção permanente quanto dos sujeitos desse Estado de Exceção, legitimados por uma construção social. Agamben diz que importa, para fugir dessas inocentes acusações:

[...] indagar atentamente quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiriam que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas

⁸¹ Em outros trabalhos sobre o Terceiro Reich é possível verificar uma série de discursos que criam e legitimam o inimigo transformado em *homo sacer*. Evans (2016c) cita uma carta escrita pelo médico responsável do Campo de Buchenwald em 1941. Nessa carta há menção do que justificaria a morte dos prisioneiros não judeus; os diagnósticos eram psicopatas sem laços familiares, compulsivo, mentalidade anti-alemã, pessoa que sente ódio fanático pelos alemães, comunista empedernido.

⁸² Gagnebin (GAGNEBIN, 2008), ao apresentar a obra de Agamben, *O que Resta de Auschwitz*, mostra que dentro das comunidades judaica alemãs e francesas sua obra é controvertida e não teve uma boa aceitação e que pode incomodar um leitor, diz ela, mais “engajado”, mostrando como uma obra polêmica. Nela são aprofundadas as questões do *homo sacer* utilizando uma revisão crítica dos testemunhos de sobreviventes dos campos de concentração, ampliando as comprovações do conceito desenvolvido em outras obras.

prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito [...] (AGAMBEN, 2007, p. 178)

No sentido deste inimigo, quando definido como *homo sacer*, ele deixa de ser pessoa humana, na tradição dos Direitos Humanos, ele deixa de ser cidadão, na tradição do Estado de Direito, ele deixa de ser civilizado e passa a ser bárbaro, daí poder ser aplicado aquilo que os liberais, econômicos ou político,s bem definiram a quem deveria ser aplicado o processo civilizatório e que é a base inerente de todo inimigo de guerra, que está por trás da legitimação da morte por motivo de guerra do inimigo.

Porém, não é a ideia de Agamben, pois apresenta numa perspectiva biopolítica a extensão do *homo sacer* a todo cidadão, por meio da figura do bando, que é a configuração da soberania, ele diria “somos todos virtualmente *homines sacri*”, assim, não é necessário construir a figura do inimigo⁸³, cada corpo leva em si esta condição de matabilidade.

E esta estrutura de bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. Mais intima que toda interioridade e mais externo que toda a estraneidade e, na cidade, o banimento da vida sacra. Ela é o nomos soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna passível e governa toda localização e toda territorialização. E se, na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica), se, no nosso tempo, em um sentido particular mas realíssimo, todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como *homines sacri*, isto somente é possível porque a relação de bando constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano. (AGAMBEN, 2007, p. 117)

Evidentemente que isso não é um erro do autor, decorre, isto sim, de sua filiação teórica. Seguindo e aprofundando a perspectiva biopolítica foucaultiana, das obras da “História da Sexualidade I: Da vontade de saber” (FOUCAULT, 1999), ele prossegue a mudança da perspectiva da política, ao retirar do Direito, do Estado e de suas instituições, o foco da análise, mostrando que a Soberania reside, justamente, no governo dos homens, na definição de vida e morte. Nessa passagem, Agamben expõe isso e inclusive fazendo diálogo crítico com a perspectiva marxista.

Uma das orientações mais constantes do trabalho de Foucault é o decidido abandono da abordagem tradicional do problema do poder, baseada em modelos jurídico-institucionais (a definição da soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas

⁸³ Agamben afirma que a categoria de *homo sacer* é superior à referência de Schmitt ([1932] 2015) que baseia a política, a distinção entre amigo e inimigo.

de vida. [...] O problema da soberania reduzia-se então a identificar quem, no interior do ordenamento, fosse investido de certos poderes, sem que a próprio limiar do ordenamento fosse jamais posto em questão. Hoje, em um momento em que as grandes estruturas estatais entraram em processo de dissolução, e a emergência, como Benjamin havia pressagiado, tornou-se a regra, o tempo é maduro para propor, desde o princípio em uma nova perspectiva, o problema com os limites e da estrutura originária da estatalidade. Posta que a insuficiência da crítica anárquica e marxista do Estado era precisamente a de não ter nem mesmo entrevisto esta estrutura e de assim ter deixado apressadamente de lado o *arcanum imperii* [...] (AGAMBEN, 2007, p. 12-19).

Por esta perspectiva é impossível identificar teoricamente quem é o Soberano e o *homo sacer*. Na análise de Agamben, o momento histórico do nazismo é o paradigma de todo o Estado de Exceção Permanente, teorizado por ele, mas fica difícil entender por que motivos, os judeus foram aqueles que estiveram nos campos e não foram outras classificações, outros contingentes que pudessem ser selecionados.

A melhor resposta, parece ser simples, porque o Führer tem o poder de assim definir, o que para a perspectiva teórica aqui adotada, é insuficiente. Porém, essa diferença teórica não faz com que as importantes figuras colocada por Agamben, tanto do campo de concentração, do soberano que define quem vive e quem morre e do *homo sacer* da vida indigna de se viver cuja morte não é um assassinato, ajudam muito a compreender exatamente espaços de exceção onde os direitos e garantias do Estado de Direito simplesmente não valem, não são aplicáveis.

Apenas a título de exemplo, o assassinato promovido pelo Estado, na figura da Polícia Militar, dos jovens, negros e pobres das periferias das grandes cidades brasileiras não é considerado assassinato. Para estes casos se legitimarem, foi criada uma figura, o auto de resistência⁸⁴. Assim é possível identificar, com Boaventura e Pedro Serrano –o fascismo social e os territórios ocupados e vigiados por uma força de ocupação –, que as periferias das grandes cidades são como um campo de concentração e sua população corresponde ao *homo sacer* e o soberano, segundo Rafael Valim seria o

⁸⁴ O artigo 292 do Código de Processo Penal recebe uma exegese que garante direito aos policiais que matem suspeitos quando ameaçados. Nas ações penais, o Ministério Público faz uso dessa interpretação para alegar que por motivo de legítima defesa e enfretamento da resistência à prisão, a violência letal foi necessária. O artigo 292 tem a seguinte redação: “Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.” (BRASIL, 1941). Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro faz ótima análise sobre os homicídios cometidos pela polícia com justificativa de Auto de Resistência: (MISSE, 2011).

Neoliberalismo, que define sobre a vida e a morte nesse campo. Por hora, essa definição pode ser provisoriamente mantida.

Para Agamben, o capitalismo, o processo de acumulação do capital⁸⁵, não são parte dos mecanismos de Estado de Exceção, tampouco a disputa política que as condições sociais de produção engendram na luta de classes e não deveria fazer parte de suas concepções, porque segue um outro trilho teórico, porém, para se concluir a ideia de Estado de Exceção como algo dentro da normalidade, portanto, permanente, e que não nasce apenas no período nazista, em especial, durante a Segunda Guerra Mundial, é importante se concluir outras questões.

O que define o grau de ferocidade do Estado de Exceção, é possível dizer que nos países centrais há o mesmo tipo de Estado de Exceção do que nos países periféricos? É comparável um Estado de Exceção na Suécia com o Brasil? São critérios étnicos e religiosos que definem quem é o *homo sacer*? Apenas quem tem a vida considerada como indigna de viver ou quem pode ser morto sem quem o matou ser considerado um assassino, ter ação criminalizada, é que é objeto do Estado de Exceção? O Estado de Exceção opera apenas na dicotomia vida e morte?

⁸⁵ Seguindo em uma perspectiva pautada pela biopolítica, Dardot e Laval terão uma visão diferente do que a abordada utilizada aqui, para eles a crise tem relação com regras jurídicas, não necessariamente ligadas com as regras da acumulação, tal interpretação não é utilizada aqui, como a construção explicativa por si demonstra, entretanto, é salutar marcar a diferença e demonstrar formas diferentes de ver o mesmo fenômeno: “[...] se pensarmos como os ordoliberais – e, depois deles, como os economistas ‘regulacionistas’ – que a figura atual do capitalismo, longe de poder se deduzir diretamente da lógica do capital, não passa de ‘uma figura econômico-institucional’ historicamente singular, devemos convir, então, que a forma do capitalismo e os mecanismos da crise são efeito contingente de certas regras jurídicas, não consequência necessária das leis da acumulação. Por conseguinte, são suscetíveis de ser superadas à custa de transformações jurídico-institucionais. [...] o que justifica o intervencionismo jurídico reivindicado pelo neoliberalismo é que, quando se lida com um capitalismo singular, é possível intervir nesse conjunto de maneira a inventar outro capitalismo, diferente do primeiro, o qual constituirá uma configuração singular determina por um conjunto de regras jurídico-políticas.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26)

5 ESTADO DE EXCEÇÃO COMO ACUMULAÇÃO PERMANENTE DE CAPITAL

Partindo das conceituações clássicas de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo (MARX, 2013; LÊNIN, 2011; LUXEMBURGO, 1970) sobre a Acumulação de Capital, do trabalho de David Harvey (HARVEY, 2006) (HARVEY, 2005) sobre haver uma Acumulação Permanente de Capital e de esforços recentes de juristas (FONTES, 2010; GONÇALVEZ, 2017; PAZELLO, 2016) na formação de uma agenda de pesquisa para entender como a forma direito se conforma com esse processo de Acumulação Permanente é que essa secção é construída no intuito de colocar o processo de Acumulação do Capital fundamental para entender o Estado de Exceção Permanente. Nenhum dos autores, contudo, teorizaram sobre o Estado de Exceção e sua relação com a Acumulação, tampouco fazem um diálogo mais próximo com os teóricos clássicos do Estado de Exceção. Um dos motivos é que para eles, a violência é inerente ao processo de Acumulação, parte constitutiva do capitalismo, não se configurando como uma exceção.

O capitalismo sempre precisa permanentemente crescer para realizar seu processo intrínseco de valorização do capital, assim as relações sociais de produção são alteradas por esse princípio e seguem em um crescente, em contrapartida, pelas características de geração de desigualdade entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, o crescimento do consumo (demanda) não acompanha o crescimento da produção (oferta).

Do mesmo modo que a acumulação do capital, com sua capacidade de expansão repentina, não pode aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não-capitalistas e sua passagem para a economia de mercado. **O capital só conhece como solução para esse problema, o uso da violência que constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias.** [...] O método violento é, nesse caso, o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural que entrava sua acumulação. [...] para privar-lhes de seus meios de produção e transformar suas forças de trabalho em compradores de suas mercadorias, propõe-se conscientemente aniquilá-los como estruturas sociais autônomas. (LUXEMBURGO, 1970, p. 319-320, grifos meus)

Assim, o processo de Acumulação do Capital ocorrer permanentemente, até os dias atuais, com o uso da violência, pois é deste processo o mecanismo de destruição-criativa, sem o qual, o Modo de Produção Capitalista entra em colapso. Classicamente, essa é a análise das teorias da

superprodução ou do subconsumo, a depender do foco de análise; além dessa configuração, Lenin destaca que a sobra de capital precisava de espaços novos para serem exportados e garantir a espiral de crescimento necessária da própria acumulação. Sobre esse processo histórico nasceram as Teorias do Imperialismo, como a de Rosa Luxemburgo, Lenin, Sweezy, dentre outros (LUXEMBURGO, 1970; LÊNIN, 2011; SWEEZY, 1976).

A resposta encontrada na prática, pelo Modo de Produção Capitalista foi a ampliação de novos espaços para explorar à força, por meio do chamado Processo de Acumulação. No século XIX⁸⁶ e começo do século XX, essa expansão ocorreu para regiões em que ainda não estava sob o predomínio da lógica capitalista e, portanto, essa expansão para “fora” foi reconhecida como um princípio de que a necessidade de crescimento do capitalismo sempre ocorreria para regiões não capitalistas. Historicamente isso ocorreu na Era dos Impérios, quando os países centrais da Europa passaram a um novo processo de colonização da África e Ásia.

Com a mundialização do capitalismo ainda há pequenos espaços ou regiões que não se transformaram totalmente pela lógica do capital, porém, a maior parte do globo está sob sua influência, não sendo mais possível reduzir a lógica da acumulação para fora, para regiões capitalistas. É certo que a destruição do progresso técnico e mesmo a distribuição do capital é tremendamente desigual, sempre configurando regiões centrais e periféricas, o que é explicado pelas diversas teorias da Dependência (MARINI, 1974; FRANK, 1969; CARDOSO e FALETTO, 2004; BRESSER-PEREIRA, 2005), bem como sua variação que configurou o desenvolvimentismo clássico da CEPAL.

Essa relação de desigualdade de desenvolvimento capitalista ocorre em termos de diferenças entre Estados-nação, no sistema-mundo, bem como localmente, dentro de uma nação, e mesmo,

⁸⁶ No período chamado por Hobsbawm de a Era do Imperialismo, houve tremendos avanços da produção da guerra, que vai culminar nas duas grandes guerras do Século XX, mas com uma tecnologia ainda maior. A economia da guerra ou do militarismo também fazem parte da lógica da acumulação (LOSURDO, 2005). “O que fez com que este período da história fosse relativamente tão sangrento? Em primeiro lugar, o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não-europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dele surgidos. Assim foi a Guerra Civil Americana [...]. Em segundo lugar [...] especialmente na Europa -, isso se deveu à reversão da guerra como instrumento normal de política de governos que não mais acreditavam que as guerras deviam ser evitadas por medo de subseqüentes revoluções, e que estavam também corretamente convencidos de que os mecanismos de poder eram capazes de mantê-las nos limites desejados. [...] Em terceiro lugar, essas guerras podiam agora ser promovidas com a nova tecnologia do capitalismo [...] estradas de ferro [...] telegrafo [...] navios de guerra blindados [...] metralhadora [...] explosivos [...] com consequências significativas para o desenvolvimento das economias industriais.” (HOBBSBAWM, 2005, p. 119-120)

dentro de uma cidade. O importante é reter essa relação entre uma nação ou local que possua mais poder e, portanto, mais capital sobrando para exportar, com superprodução para escoar, ou, em termos mais gerais, com necessidade de fazer frente às dificuldades locais ou regionais para valorizar o seu capital.

Um exemplo simples é pensar na comunicação por aparelhos celulares. Antes da criação das tecnologias novas de comunicação, o mercado de aparelhos telefônicos tinha uma dinâmica, tremendamente fechada e dentro de certas fronteiras, com a criação da comunicação por aparelhos celulares, é como se fosse criada uma zona capitalista, a produtora e consumidora de comunicação por aparelho celular e outra que não tinha tal comunicação. Os países portadores de tal tecnologia criaram a necessidade desse produto nos demais países, podendo vender toda a tecnologia para implementação das novas redes de comunicação, a venda dos aparelhos, a instalação de empresas que cuidem dessas redes, cobrando pelo serviço de uso etc.. Após o esgotamento dessa tecnologia, a nova tecnologia de smartphones aparece trazendo um novo ciclo entre economia “capitalista” e “não capitalista” ou da diferenciação de desenvolvimento da tecnologia e do capital.

Schumpeter tem passagem clássica sobre esse processo:

É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele “educados”; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir (SCHUMPETER, 1997, p. 65)

Internamente, no Brasil, há regiões ainda não utilizadas para o plantio ou o pasto de gado, ao se ocupar toda a terra produtiva de uma região, a produção agropecuária avança para outras terras com produtividade menor, mas ainda assim utilizáveis. Havendo barreiras legais para a ocupação dessas terras, busca-se alterações legais, como redução ou destruição mesmo de limites ambientais para o uso das terras “novas” ou ainda destruição da proteção de reservas ambientais ou indígenas para a exploração do subsolo ou mesmo solo dessas regiões.

Por outro lado, quando ocorre a crise do modo de regulação fordista e, como consequência, a crise da dívida instala-se na América Latina, pela necessidade da acumulação do capital europeu e norte americano, inicia-se um processo de criação de mercado para esses capitais. O Consenso de Washington é paradigmático neste sentido, já que a abertura contra o protecionismo e a privatização

das empresas estatais, inclusive do setor financeiro, vai permitir, novas oportunidade para o capital estrangeiro. Uma das formas de legitimar tal ação foi por meio de Think Thanks, a grande imprensa da época forjando um novo consenso (FONSECA, 2005), e a implementação da ideologia proposta pelo Consenso, financiada pelos organismos internacionais, com a fórmula salvadora do crescimento financiado com capital externo (SERACINSKIS JUNIOR, 2015)

Utilizando outro exemplo histórico, vê-se o processo de acumulação quando a desindustrialização ou mesmo a precarização do trabalho, por meio de mudanças na regulação jurídica dele, destrói uma condição de salários mais elevados, para uma mão de obra desempregada que aceite novos trabalhos precarizados, pressionando os assalariados que sobraram com emprego a aceitarem redução dos salários ou ainda, não lutarem por salários menores ou por condições de trabalhos menos opressoras, se subjugando a novos regimes de controle de trabalho que impliquem no chamado assédio moral⁸⁷, comum do modelo de regulação pós-fordista.

O mecanismo jurídico e explícito do Estado de Exceção, como demonstrado, existe desde a Revolução Francesa e chega até os dias atuais, seja em sua previsão constitucional, presente na maior parte dos países, seja por meio de legislações que, diante de algum perigo, decreta a suspensão das garantias de Direito, como foram os *Acts* criados em decorrência do 11 de setembro de 2001. Independentemente deste mecanismo, o processo de Estado de Exceção é parte constitutiva da Acumulação de Capital Permanente, o que ocorre nem sempre necessita de qualquer instrumento ou justificação jurídica.

Por conseguinte, a acumulação capitalista tem, como todo processo histórico concreto, dois aspectos distintos. De um lado, tem lugar nos lugares de produção de mais-valia – na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências. Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe. (LUXEMBURGO, 1970, p. 398)

⁸⁷ Espaços de trabalho propulsores de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base em exigências que cada vez mais extrapolam as capacidades física e mental humanas, não conseguem se manter senão por meio de diferentes e sofisticados mecanismos de controle e coerção. O assédio moral é parte dessa engrenagem. (ANTUNES, 2018)

Em consonância com a Teoria Derivacionista do Estado e do Direito, essa parte econômica a que Rosa Luxemburgo faz referência, é o cerne desta teoria e, como já fora demonstrado, não se trata, em hipótese alguma de um processo pacífico e civilizatório, na realidade, sob a miragem do Estado de Direito é que ele é simplesmente legitimado: seres humanos transformados em mercadorias não pode ser algo emancipatório⁸⁸. Porém, o aspecto mais importante do Estado de Exceção é pertencente ao segundo aspecto tratado por Rosa Luxemburgo:

O outro aspecto da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não-capitalista. Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência a trapaça, a opressão, a rapina. Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômica nessa confusão de atos políticos de violência, nesse confronto de forças. A teoria burguesa liberal não abrange mais do que um aspecto: o domínio da “concorrência pacífica”, das maravilhas técnicas e do puro tráfico de mercadorias. Fica afastado o outro domínio econômico do capital: o campo das violências, consideradas como manifestações mais ou menos casuais da “política exterior.” (LUXEMBURGO, 1970, p. 398)

A Acumulação Primitiva do Capital (MARX, 2013) foi baseada em processos de expropriação violenta, de submissão de povos a trabalho escravo, de assassinato em massa e constituiu um campo de atuação num vazio de lei – a ocidental –, onde viviam bárbaros que necessitava ser civilizados, nos moldes da civilização europeia. Mas essa Acumulação também ocorrera, como que uma preparação do terreno para que o capitalismo se instalasse, na própria Europa.

Em ambos os casos, seus processos de legitimação foram apoiados por diversos liberais, sempre na perspectiva de civilizar os bárbaros, processo esse bem peculiar e já imensamente teorizado, como por exemplo (SAID, 1990; SAID, 2011). John Stuart Mill, ao tratar sobre liberdade, demonstra sua total aceitação e legitimidade em tratar os chamados bárbaros de forma despótica.

Para justificar a coação ou a penalidade, faz-se mister que a conduta de que se quer desviá-lo, tenha em mira causar dano a outrem. A única parte da conduta por que alguém responde perante a sociedade, é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano. [...] Talvez seja quase desnecessário dizer que essa

⁸⁸ “A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou “normalizou” em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas (“normalizados”) e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrário, das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países.” (FONTES, 2010, p. 64)

doutrina pretende aplicar-se somente aos seres humanos de faculdades maduras. Pelo mesmo motivo, podemos deixar fora de consideração aqueles estados sociais atrasados nos quais o próprio grupo pode ser tido como ainda na minoridade. São tão grandes as dificuldades que cedo surgem na via do progresso espontâneo, que raramente se tem a possibilidade de escolher os meios para superá-las. **E um governante animado do espírito de aperfeiçoamento é justificado de usar quaisquer expedientes para atingir um fim talvez de outra maneira inatingível. O despotismo é um modo legítimo de governo quando se lida com bárbaros, uma vez que se vise o aperfeiçoamento destes, e os meios se justifiquem pela sua eficiência atual na obtenção desse resultado.** (MILL, 2006, p. edição digital, grifos meus)

Esse processo se pauta na construção do outro⁸⁹, que será dominado, com o objetivo de tornar sua submissão ou destruição algo natural.

Trata-se aqui de um processo simbólico, em que o grupo social e o espaço a serem expropriados são retórica e discursivamente estabelecidos como um Outro prejudicado, inferiorizado e atrasado. Nesse processo, o discurso jurídico não é o único, mas um fator fundamental na concepção desse Outro. [...] Othering é um instrumento utilizado para se construir imagens de “culturas diferentes” como representações invertidas de si. Isto é: cria-se a representação de um diferente pelo recurso a figuras estereotipadas com o fim de se estabelecer valores positivos para a própria identidade cultural. [...] De um lado, tem-se a identidade europeia, o Eu, que é apresentado como racional, moderno e individual; do outro lado, tem o Outro, a cultura do resto do mundo, que é construída como ancestral, tradicional, atrasada, pré-moderna ou comunitária. (GONÇALVEZ, 2017, p. 1055-1056)

Durante o período da Era dos Impérios, 1875-1914, (HOBBSBAWM, 2006) esse mecanismo é novamente utilizado em larga escala, o que demonstra que não foi algo exclusivo apenas na constituição inicial do Capitalismo. Ele funciona sempre, a partir do processo de destruição-criativa, para criar novas oportunidades⁹⁰ de realização para os capitais em seu processo de valorização e fazer frente às crises inerentes mesmo ao Modo de Produção Capitalista. Qualquer obstáculo à frente do processo é enfrentado num ciclo de justificação-legitimação que baseia o uso da força física ou da dominação simbólica.

⁸⁹ Essa produção do Outro ou o *othering* é o mesmo processo de construção do inimigo ou do *homo sacer*, como colocado anteriormente.

⁹⁰ As lutas dos oprimidos também é tornada mercadoria pelo capitalismo, como exemplifica Camila Moreno: “El rasgo distintivo de la narrativa unificadora de la economía verde es la instauración del concepto de capital natural, que constituye una demanda central del capital financiero y, en gran medida, la condición para la reproducción de este. [...] con el capital financiero en crisis, la creación e introducción de nuevos activos en el mercado financiero, a través de la expansión de la financiación, es la principal estrategia de apalancamiento de la economía verde” (BRAND e WISSEN, 2013, p. edição digital). Neste sentido, os países centrais possuem protagonismo nesse tipo de Estado de Exceção que torna a luta em mercadoria, já que as incentiva por seus programas aparentemente civilizatório, como fazem as fundações de bilionários ou de empresas bilionárias, com as suas conhecidas isenções fiscais.

O processo de acumulação originário ou permanente ocorre independente de autorização legal, sobretudo quando era aplicado fora das fronteiras nacionais. Quando ocorre internamente, sendo necessário, impulsiona a política para que alterações institucionais sejam providenciadas. De tal sorte que a legislação ou o Estado de Direito não é suficiente para limitar esse processo.

Com exceção da legitimação da ação, a ética não faz parte deste processo. Os *Bandits* americanos, as atuações dos Rockefellers constituíram a prática do processo de acumulação norte-americano e só cessaram por uma disputa com outros grandes capitalistas na repartição dos recursos ou mesmo proteção dos seus próprios recursos; na verdade, houve regulação, não impedimento do modo de ação voraz (HUNT e SHERMAN, 1998; HOBBSAWM, 2006).

Da mesma forma a Guerra da Secessão e a própria Marcha para o Oeste gozavam da tolerância ética e jurídica e quando a desordem causada por ela mesma chegava ao limite que importava dificuldades ao processo de acumulação, regulação legal era criada⁹¹.

Os casos narrados do período entre guerras que ocorreram na Alemanha são o grande exemplo, o paradigma, desse processo. Internamente criava-se leis, regulamentos, forçava-se os tribunais a julgarem e condenarem mais rapidamente, criava-se tribunal popular, campos de concentração, penas de trabalho forçado⁹².

Externamente, caso o outro país decidisse se aliar, recebia apoio ou era incorporado ao Império do Terceiro Reich, como foi o caso da Espanha e da Áustria, respectivamente. Havendo resistência, a guerra era realizada e, até 1941, o país devastado, suas riquezas tomadas, sua economia transformada em fornecedora da economia de guerra alemã, obrigando parte da população a trabalhos forçados ou a virarem *homo sacer* dos campos de concentração.

⁹¹ “No dia 15 de abril de 1861, contradizendo o que diz o art. 1, Lincoln decretou o recrutamento de um exército de 75 mil homens e convocou o Congresso em sessão especial para o dia 4 de julho. Durante as dez semanas que transcorreram entre 15 de abril e 4 de julho, Lincoln agiu, de fato, como um ditador absoluto [...]. No dia 27 de abril, por uma decisão tecnicamente mais significativa ainda, autorizou o chefe do estado-maior do exército a suspender o writ de habeas corpus, sempre que considerasse necessário, ao longo da via de comunicação entre Washington e Filadélfia, onde haviam ocorrido desordens. A tomada de medidas provisórias unicamente pelo presidente continuou, aliás, mesmo depois da convocação do Congresso (assim, em 14 de fevereiro de 1862, Lincoln impôs uma censura sobre o correio e autorizou a prisão e detenção em cárceres militares das pessoas suspeitas de "disloyal and treasonable practices")” (AGAMBEN, 2004, p. 35)

⁹² Já na própria República de Weimar foram criados, por lei, tribunais políticos que faziam avaliações de crimes numa perspectiva política, como por exemplo, nos casos de traição, portanto, configurando plena concretização de Estado de Exceção (SCHMITT, [1931] 2007; EVANS, 2016a).

Fora do paradigma alemão, os exemplos não faltam: as leis de cercamentos, as leis de pobres, a lei dos vagabundos, as leis relativas à colheita de lenha, dos primórdios do capitalismo, e até mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas. Para se obter um recurso natural, seja ele petróleo ou diamantes, uma guerra pode ser criada ou empresas multinacionais podem adentrar o país e forjar o direito legítimo de explorar tais recursos por meio de negociação, ameaça ou corrupção, ou ainda, por meio da defesa da democracia e guerra civilizatória, negociando ou não a participação nacional por meio de royalties.

Segundo Harvey (HARVEY, 2006), com a ocupação dos EUA no Iraque, seus objetivos eram, conforme plano da Autoridade Provisória da Coalizão no Iraque, privatização, remessa de lucros estrangeiros sem limitações, abertura dos bancos, equiparação de benefícios das empresas estrangeiras em relação às nacionais, eliminação das barreiras aos empreendimentos internacionais, a implementação de impostos regressivos, proibição de greves, tornar os sindicatos ilegais em setores chaves.

Para os latinos americanos isso foi comum no processo de desenvolvimento do nacional-desenvolvimentismo. Não só o padrão de consumo dos países centrais era forjado no país, como sua indústria era implementada. Quando os modelos começavam a brechar a acumulação, era realizada uma reforma, mesmo que à força e pelas armas⁹³.

O golpe do Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, ambos fomentados e conduzidos internamente por suas elites dirigentes com o apoio dos Estados Unidos, forneceram um tipo de solução, mas o experimento chileno com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da revigorada acumulação de capital eram altamente desiguais. O país e suas elites dirigentes, justamente com os investidores estrangeiros, deram-se bastante bem,

⁹³ O famoso debate entre Maria Conceição Tavares em relação à tese de Furtado de que o modelo de Substituição de Importação havia chegado ao limite é um exemplo das alterações que foram promovidas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, pelo apoio das armas, em contradição com as propostas dos economistas desenvolvimentistas. A análise de vários economistas desenvolvimentistas é que havia chegado a um limite desse processo, sendo necessário avançar em modelos que exigiam maior investimentos não mais na substituição pura e simples de importação, mas na fabricação de máquinas produtoras de máquinas, indústria de base, na distribuição de renda etc., na América Latina como um todo. Diante de tais preocupações com problemas estruturais, como se dizia à época, é que os modelos ditatoriais são apoiados pelos EUA, especialmente frente aos perigos que o episódio da Baía dos Porcos havia chamado atenção, contudo, o modelo adaptado de desenvolvimento foi uma ampliação da abertura aos capitais internacionais, ainda maior do que já havia feito sob Juscelino: “O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema) e no qual os problemas de estrutura atrás apontados terão de ser considerados. O fato de o processo de substituição de importações já não poder conduzir muito longe o processo de desenvolvimento da maioria dos países da América Latina é premissa mais ou menos aceita entre os economistas da área.” (TAVARES, 2010 (1964-b), p. 117)

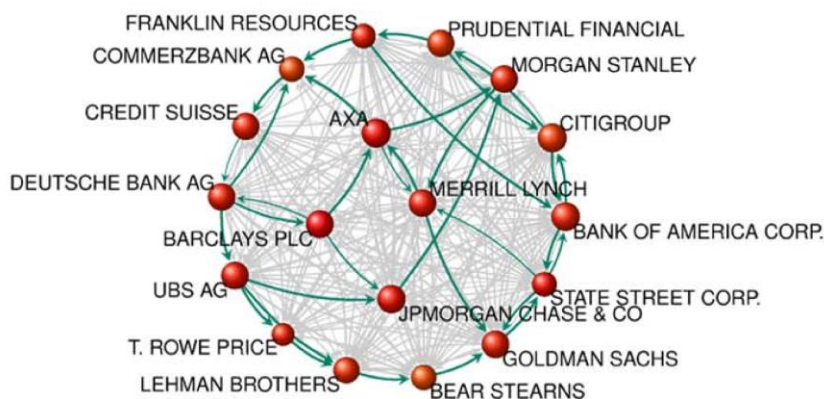
enquanto o povo em geral passou bastante mal. Esse foi um efeito das políticas neoliberais, suficientemente persistente ao longo do tempo para ser considerado como estrutural para o conjunto do projeto. (HARVEY, 2006, p. 9)

Atualmente, gigantes empresas brasileiras também passaram a exercer esse papel que era exclusivo das multinacionais estrangeiras, atuando na África ou mesmo na América Latina. O que importa não é a forma, mas o resultado: manter o processo de acumulação permanente, garantir os lucros e dividendos.

Ladislau Dowbor (DOWBOR, 2017), em um dos seus últimos trabalhos, demonstra, com base em ampla pesquisa, o processo de concentração do capital a que configura a atual Acumulação de Capital. Há pouquíssimas empresas controlando uma multiplicidade de outras por todo o mundo, representando uma concentração do capital, em especial, o financeiro. Ele chama essa concentração de rede mundial de controle corporativo. Uma das pesquisas apresentadas, mostrou os seguintes dados

[...] seleciona as 43 mil corporações mais importantes no banco de dados Orbis 2007, composto por 30 milhões de empresas, e passaram a estudar como elas se relacionam: o peso econômico de cada entidade, a sua rede de conexões, os fluxos financeiros e que empresas têm participações que permitem controle direto.

Essa interligação empresarial ajuda no mapeamento dos centros decisórios do mundo. Pelos estudos apresentados, 737 empresas controlam 80% do valor de todas as transnacionais do mundo. Tamanho poderio concentrado, juntamente com as grandes potências mundiais, implica em uma governança mundial, comandando o mundo todo. O autor ainda destaca uma das empresas gigantescas, a StoneRock que possui faturamento de 14 trilhões de dólares, comparável ao PIB dos EUA, que é a maior no controle de commodities. A figura (VITALI, B.GLATTFELDER e BATTISTON, 2011) abaixo ilustra bem essa rede:



Assim, para finalizar a demonstração do como a acumulação capitalista formata o Estado de Exceção, David Harvey ajuda na demonstração do processo de destruição-criativa da Acumulação Permanente do Capital com exemplos desse processo, que parece até mesmo uma descrição histórica do período pós-fordista:

Designo, assim, a continuação e proliferação daquelas práticas de acumulação que Marx chamou de acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’, na fase de ascensão do capitalismo. Elas incluem a comoditização e a privatização da terra, e a expulsão forçada de populações camponesas (como no México e na Índia, em tempos recentes); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (incluindo recursos naturais); a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua especialmente na indústria sexual); a usura, a dívida nacional e a mais devastadora de todas, o uso do sistema de crédito como instrumento radical para a acumulação primitiva. O Estado, com o seu monopólio da violência e da definição sobre o que é legal, desempenha um papel crucial tanto em apoiar, como em promover esses processos, recorrendo frequentemente à violência. A esta lista de mecanismos podemos acrescentar uma coleção de técnicas adicionais, como a extração de rendas por patentes e direitos de propriedade intelectual e a diminuição ou supressão de várias formas de direitos de propriedade comum (como previdência social pública, férias pagas, acesso à educação e saúde), conquistadas através de uma ou mais gerações de democráticas lutas de classes. A proposta de privatizar todos os direitos à aposentadoria (de que foi pioneiro o Chile da fase ditatorial) é um dos mais apreciados objetivos dos neoliberais nos Estados Unidos. (HARVEY, 2006, p. 18)

O grau de violência Estado de Exceção, se dentro ou fora do direito, se menos profundo ou mais sanguinário, vai depender (i) das condições e do nível da acumulação⁹⁴ de cada região, nacionalidade, localidade, (ii) da relação de forças da luta de classes (POULANTZAS, [1978] 1985) e o quanto as classes dominadas conseguiram fazer frente no bloco do poder e na própria hegemonia da sociedade civil, isso demonstra estruturalmente parte da resposta do “como” o Estado de Exceção opera.

Claro que não há pessoalidade no capitalismo, tampouco é possível fazer análises éticas ou morais, assim, é possível verificar que as pressões do chamado “mercado”, a figura teocêntrica do capitalismo, ao definir os preços das mercadorias acaba por definir a acumulação em cada região e, assim, o tipo de Estado de Exceção correspondente. Considerando o grau de concentração do capital mundial e sua imbricação com, por exemplo, as doutrinas militares comandadas pelos EUA (WOOD, 2005).

Explicando por uma perspectiva histórica mais atual, nos países centrais o Estado de Exceção começa a se mostrar no desmonte do Estado de Bem Estar Social⁹⁵, na transformação da própria economia, ao impor grande desindustrialização e exportando e influenciando a exploração capitalista industrial da fase da primeira revolução industrial, portanto totalmente desregulada quanto preservação de ambiente, relações trabalhistas e "Controle da concorrência", para países periféricos, sendo a centelha do Estado de Exceção sanguinário.

⁹⁴ “O processo de acumulação do capital só pode manter-se por meio de crises econômicas e políticas intermitentes. A sua dinâmica faz com que o modo de trabalho e de consumo, a tecnologia, as estruturas sociais e as relações de classes, em cuja, a forma histórica concreta disso se chama “capitalismo”, sejam continuamente transformadas. Como o Estado não é outra coisa senão a condensação institucional de relações sociais de força, isso deve levar sempre a novas crises institucionais e a processos de reorganização no sistema político. As mudanças no sistema político são sempre impulsionadas por lutas sociais e políticas. Elas não são nem planejáveis, nem pressupõem uma aprovação geral.” (HIRSH, 2010, p. 47)

⁹⁵ Como colocado já, a social democracia não emancipa a humanidade da opressão capitalista e, com seus benefícios diretos, acaba por conter a centelha revolucionária. De todo modo, ela representa algum tipo de regulação ao capital nos países que a aplicam, sabendo que o que ela protege nesses países vai ser retirado dos periféricos. A perspectiva neoliberal de redução do estado de bem estar social reside na redução dos gastos fiscais, no complexo de ajuste fiscal, para uma tentativa de redução do impacto estatal nos custos das empresas, aliviando, assim, as pressões contra o lucro, também fazem reduzir o salário indireto, reduzindo, os salários gerais, trazendo uma nova redução nos custos ou ainda, não os fazendo crescer no rito do fordismo. Também se deve considerar o impacto na ampliação do exército industrial de reserva que o contingente de novos desempregados exercerá como pressão para a baixa ou rigidez dos salários. É fundamental também considerar as novas formas de organização do trabalho que trazem maior coerção, que não é vista desta forma sob os discursos das sempre novas teorias de gestão (ANTUNES, 2006; ANTUNES, 2018).

O neo-extrativismo vivido na América Latina é um grande exemplo. Isso foi possível ao quebrar toda a estrutura do nacional-desenvolvimentismo que havia conseguido trazer algum grau de industrialização nesses países: não apenas as pressões pela desregulamentação da economia, a redução dos investimentos e indução estatais na industrialização e a implementação da política de crescimento com poupança externa que os obriga a viver em constante processo de *confidence building* (BRESSER-PEREIRA, 2001) e moedas relativamente valorizadas (BRESSER-PEREIRA, 2012; SERACINSKIS JUNIOR, 2015), contribuíram para essa mudança de ênfase no desenvolvimento do capitalismo. Com isso tal processo, os países que se enquadraram nessa redivisão social do trabalho forçada, os países periféricos novamente enfrentam aquelas típicas consequências da velha lógica da relação entre centro e periferia e a desvalorização dos termos de troca em desfavor dos extrativistas em tempos de crise.

Em termos não diretamente econômicos, as políticas xenófobas/nacionalistas são a representante mais evidente e publicizada do Estado de Exceção nos países centrais e a crise de imigração é seu produto mais acabado. Para se ter ideia, em 2017 na União Europeia a população de imigrantes era de 21,6 milhões de pessoas, 4,2% da população total (EUROSTAT, 2018).

5.1 O TRATAMENTO DO INIMIGO PELO DIREITO

Cabe ao Estado mediar as formas de Estado de Exceção e Estado de Direito, conforme as necessidades do modo de produção e de seu processo de acumulação, o que pode ocorrer pela preponderância do poder Executivo, ganhando mais poder sobre os demais poderes e se distanciando mais das lutas sociais dos oprimidos, numa ditadura, bonapartismo ou mesmo nazi-fascismo, ou em outras formas como o processo de ir retirando os direitos sociais vindos das lutas sociais e pressão política dos oprimidos da própria constituição por meio de Reformas e Emendas à constituição ou mesmo alterações legislativas simples ou ainda pelo recrudescimento do poder judiciário, o que nos países da América Latina ocorreu sob a concentração e verticalização do judiciário nas reformas colocadas em prática cujos princípios estavam contidos na proposta de reforma do Banco Mundial (documento técnico 319) o que permite a chamada “judicialização da política”.

Diante das condições mesmas da acumulação no período, o balanço da luta de classes e seus impactos no interior do Estado (bloco no poder) (POULANTZAS, [1978] 1985), é que se dá esse processo da quebra dos mecanismos liberais que serviram para a consolidação do próprio capitalismo

(Estado de Direito e separação dos poderes) desde que sempre se mantenha o vital para que o capitalismo permaneça, o sujeito de direito e a estatização da apropriação extraeconômica.

Ocorre que esse tipo de modulação é àquela já típica dos debates sobre ditadura e democracia, porém, o Estado de Exceção Permanente, como aqui entendido, ocorre independente do regime ser democrático ou ditatorial, ele faz parte do modo de produção capitalista porque é essencial para a manutenção da acumulação capitalista permanente.

Daí que o controle dos pobres e miseráveis, fruto da desigualdade do próprio capitalismo pode ocorrer dentro da forma social do direito ou fora dela, com características de legalidade ou ilegalidade, ilegítima ou legítima, não sendo essas características extraíveis da própria forma social do direito que lhes dão causa, mas seu caráter essencial para a manutenção do sistema de opressão.

O feminicídio pode ser tipificado como crime ou pode ocorrer dentro da perspectiva da sociologia das ausências (SANTOS, 2002), uma violência que não é socialmente percebida, que é ignorada, fetichizada. O trabalho de camelô convive pacificamente com o trabalho formal nas ruas da cidade e embora haja algum interesse em termos de arrecadação tributária do Estado, não há uma relação necessária de contenção ou punição desse tipo de trabalho, aliás, não é o direito ou o Estado quem o criam, podendo, quando muito e se houver condições para tanto, regularem-no; sua causa está mesmo nas relações sociais de produção e suas consequências em termos de tecnologia e regulação da taxa de lucro.

O Estado de Exceção Permanente como mecanismo do sistema de opressão pode ser melhor comprovado no processo histórico da escravidão no Brasil. Os escravos estavam fora do Estado de Direito enquanto cidadãos, pois a Constituição de 1824 considerava cidadãos apenas os homens livres, porém a escravidão era regulada pelo próprio ordenamento jurídico em diversas formas de sua atividade, porém, antes da introdução do Estado de Direito no país, ela existia. O escravo enquanto pessoa estava fora do Estado de Direito, mas a exploração escravocrata estava inserida no Estado de Direito: o direito podia tentar regular o nível de sua violência, como ao tentar estabelecer o tamanho da punição do escravo, apenas para que o proprietário não o castigasse a ponto de inviabilizá-lo como meio de produção, porém, não impedia a violência de existir, pois não é seu objetivo, enquanto Estado, mas manter a ordem capitalista. Aqui não se está a considerar a escravidão enquanto Estado de Exceção jurídico em contraposição a alguma definição de direitos e garantias fundamentais ou mesmo

comparando aos ditames de uma Declaração dos Direitos dos Homens da Revolução Francesa ou a Declaração de Direitos Humanos de 1948 da ONU, que são representações da forma jurídica do capitalismo, que são histórica e politicamente plásticas.

Pela dialética do desenvolvimento capitalista, pela relação centro-periferia ou imperialista, não importa, sabemos que há regiões ou países em que não é permitido, legalmente e pelas próprias condições de reprodução e acumulação do capital o trabalho escravo ou análogo ao escravo, porém, como sempre ocorreu, em regiões que se encontram com outro desenvolvimento das relações sociais de produção, não só é permitido, como necessário. A existência do trabalho escravo na colônia ou império brasileiro, vis-à-vis, a presença de condições análogas à escravidão, atualmente, em países do sudeste asiático ou nas tecelagens com trabalho boliviano na cidade de São Paulo, só para não estender os exemplos, pode ocorrer ilegal ou legalmente. Da mesma forma, a extração de recursos naturais para geração de matéria-prima para a indústria mais avançada, como a produção de chips ou celulares, pode ocorrer com degradação do meio ambiente próximas ou piores do que as do tempo da primeira Revolução Industrial, levando populações da região a serem expulsas de suas comunidades.

A Teoria Derivacionista do Estado e do Direito mais atual pouco se aprofunda nos desenvolvimentos que Pachukanis faz no capítulo de Direito e delito⁹⁶, nesse trecho ele traz uma análise importante para demonstrar o papel do punitivismo como regulador da opressão capitalista ao conseguir manter a ordem das classes subalternas. Nesta parte também, e aqui não explorada ou destacada, há as relações que ele faz da pena como um equivalente, para demonstrar as relações do Direito Penal como derivada da forma mercadoria.

Qualquer sistema historicamente determinado de política punitiva traz em si a marca dos interesses classistas da classe que o implementou. O senhor feudal punia os camponeses insubmissos [...] a burguesia capitalista, mal tendo nascido, declarou criminosa a intenção dos operários de se unirem em sindicatos.
(PACHUKANIS, 2017, p. 206-207)

O que justificaria ou explicaria a ampliação brutal do punitivismo da República de Weimar e do período do nazismo? De certo não foram critérios morais, mas e como visto, a instabilidade política

⁹⁶ Nesta parte também, e aqui não explorada ou destacada, há as relações que ele faz da pena como um equivalente, para demonstrar as relações do Direito Penal como derivada da forma mercadoria.

e econômica. Entretanto, o que trazia isso senão as condições materiais da acumulação de capital da Alemanha?

O poderio da classe trabalhadora, representada pelo seu poder político partidário, vindo, sobretudo das demonstrações das grandes greves, só foi possível porque a Alemanha se transformou numa potência industrial da Europa, assim, os trabalhadores representavam maior poder na luta de classes. Não é possível deixar de lado que a ameaça da Revolução Soviética era o futuro temido pelas forças do capital. Pachukanis diz que quanto mais tensa for a luta de classes, menos garantias haverá na justiça, assim, portanto, maior a extensão e profundidade do Estado de Exceção jurídico. Antes mesmo de ocorrer os Tribunais Populares narrados acima, ele já dava indícios de sua possibilidade como resposta às crises de dominação.

[...] é preciso colocar em primeiro lugar a transformação da burguesia em uma classe reacionária, o medo diante do crescimento do movimento operário e, finalmente, a política colonial, que sempre foi uma escola de crueldade. [...] o tribunal penal é não somente a encarnação da forma abstrata do direito, mas também um instrumento da luta de classes direta. **E quanto mais agudo e tenso for o modo pelo qual se dá essa luta, mais difícil ficará executar a dominação de classe na forma do direito. Nesse caso, o lugar do tribunal “imparcial, com suas garantias, é ocupado pela organização da imediata justiça sumária de classe,** que em seus atos, guia-se apenas por considerações de utilidade política. [...] o direito penal moderno de modo algum se baseia, antes de tudo, no prejuízo da vítima, mas na transgressão da norma estabelecida pelo Estado. (PACHUKANIS, 2017(a), p. 208-211)

É parte constitutiva do processo de acumulação primitiva do capital o uso do Direito Penal e conforme vão sendo alteradas as funções da acumulação, as necessidades, se altera a configuração jurídica, o que confirma, uma vez mais, ser o Direito a forma jurídica da mercadoria. Pachukanis identifica então o papel fundamental do Direito no processo de acumulação, em especial o Direito Penal, a manutenção da ordem, aqui, é de manter as classes subalternas submissas, o que, como narrado, foi realizado muito bem pela República de Weimar e continuado pelo nazismo ao conterem o espectro vermelho que ali rondava e não permitir uma outra Revolução Soviética.

[...] a justiça penal torna-se, [...] um meio de justiça sumária impiedosa e cruel de “pessoas más”, ou seja, em primeiro lugar, de camponeses fugidos da insuportável exploração dos Senhores de terra e do Estado Senhorial, da população empobrecida, dos vagabundos, mendigos etc. O aparato policial e investigativo começa a desempenhar um papel fundamental. A punição torna-se um meio ou de aniquilação física ou de intimidação. Essa é a época das torturas, das punições corporais e dos métodos cruéis de pena de morte. Assim, foi gradualmente preparado esse complexo amálgama que constituiu o moderno direito penal. Nele, distinguimos facilmente os estratos históricos dos quais ele se formou. [...] a sociedade burguesa,

por meio de seu sistema de direito penal, sustenta sua dominação de classe e mantém submissas as classes exploradas. (PACHUKANIS, 2017, p. 207)

Segundo Pachukanis, as medidas de exceção, como na Alemanha, um Tribunal Popular e o estabelecimento da pena de morte *ex-tunc*, ou a criação de lei buscando criminalizar movimentos sociais, no Brasil, são a consolidação do terror de classe organizado, marcando definitivamente o lugar do Direito no capitalismo: “[...] terror de classe organizado, que difere apenas em grau das assim chamadas medidas de exceção, empregadas em momentos de guerra civil.” (PACHUKANIS, 2017, p. 207).

Ainda segundo Pachukanis tanto maiores as medidas de exceção ou mesmo o punitivismo quanto maior forem as dificuldades para a dominação, não podendo ser entendido que as soluções a esse problema, da ampliação do positivismo, ocorram por exigências e luta por mais direitos ou ainda por direitos mínimos, senão a interferência nas causas do problema.

O Estado como fator de força, tanto na política interna, como na externa: eis aí a correção que a burguesia foi forçada a fazer em sua teoria e prática do “Estado de direito”. Quanto mais instável se tornou a dominação da burguesia, mais comprometedora se tornou essa correção, mais depressa o “Estado de direito” transformou-se numa sombra imaterial, até que finalmente o excepcional aguçamento da luta de classes obrigou a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e revelar a essência do poder como violência organizada de uma classe sobre a outra. (PACHUKANIS, 2017, p. 182)

Para Schmitt ([1932] 2015), o Estado de Exceção trazia a suspensão do Direito para reinstaurar a ordem do Político, eliminando o inimigo da ordem, para então poder haver uma normalidade sobre a qual se reassentaria o Estado de Direito. Assim uma das formas de lidar com o inimigo é dada por uma fórmula clássica de Jakobs (2006) que coloca que há o direito penal do cidadão, calcado nas garantias liberais, e o direito penal do inimigo, que por não ser pessoa, não precisa das garantias da pessoa humana, e precisa ser eliminado para restabelecer a ordem do contrato social; para Jakobs esses direitos, teoricamente, são duas pontas de uma mesma unidade e que, na prática, se mesclam.

[...] sólo es persona quien ofrece una garantía cognitiva suficiente de un comportamiento personal, y ello como consecuencia de la idea de que toda normatividad necesita de una cimentación cognitiva para poder ser real. [...]. En contra de esta posición se encuentra, sin embargo, en la actualidad la suposición corriente de que en todo el mundo existe un orden mínimo jurídicamente vinculante en el sentido de que no deben tolerarse las vulneraciones de derechos humanos elementales, con independencia de dónde ocurran, y que, por el contrario, ha reaccionarse frente a tales vulneraciones mediante una intervención y una pena.

[...] no me dirijo contra los derechos humanos con vigencia universal, pero es que su establecimiento es algo distinto que su aseguramiento. Si sirve al establecimiento de una Constitución mundial “comunitario-legal” habrá que castigar a los que vulneran los derechos humanos; pero eso no es una pena contra personas culpables, sino contra enemigos peligrosos, y por ello debería llamarse a la cosa por su nombre: Derecho penal del enemigo. [...]. Quien por principio se conduce de modo desviado no ofrece garantía de un comportamiento personal; por ello, no puedo ser tratado como ciudadano, sino debe ser combatido como enemigo. Esta guerra tiene lugar con un legítimo derecho de los ciudadanos, en su derecho a la seguridad; pero a diferencia de la pena, no es Derecho también respecto del que es penado. Por el contrario, el enemigo es excluido (JAKOBS, 2006, p. 42-45).

Jakobs, por evidente, segue à risca o desenvolvimento de Schmitt, em sua teoria da Política definida na distinção entre amigo e inimigo, mas em especial após a ascensão do III Reich, ao definir que um direito penal brando e garantista, baseado em ideais liberais era uma catástrofe, uma espécie de salvo conduto à criminalidade:

Eis um método, muitas vezes experimentado, da destruição não apenas do Estado mas também do Direito. A tentativa de transformar o Direito Penal na grande carta branca, na “Magna Carta do criminoso”, (F. von Liszt) foi muito característica para a cegueira jurídica do pensamento legalista liberal (SCHMITT, [1934] 2011, p. edição digital).

No Brasil, o atual Código Penal foi criado por decreto na ditadura do Estado Novo e, embora tenha sido modificado por uma plêiade de reformas legislativas, não teve o seu núcleo alterado. A sua base foi o Código Penal italiano fascista, de Mussolini, o chamado *Código Rocco*, o que contribui com a ideia do Direito Penal do Inimigo:

Na Itália, os elementos políticos foram devidamente incorporados para junto do código penal, daí tornando-se imprestável a distinção baseada no modelo legal de criminoso político para dar conta do fenômeno de persecução penal aos dissidentes “o mais fascista dos códigos” [...] como o descrevia o Ministro da Justiça do governo de MUSSOLINI, Alfredo ROCCO. Isso não é pouca coisa, apesar do pouco interesse de nossa processualística penal na história da codificação brasileira. [...]. Optou-se [...] por reformas parciais. O resultado é a sobrevivência do código estadonovista, já não mais o mesmo, evidentemente. Mas um código carregado de alterações, que se por um lado, retiraram algumas normas absolutamente infensas ao regime democrático, por outro, deixaram intacto o coração do sistema. (GLOECKNER, 2018, p. 35-36 e 64)

A configuração do Direito, conforme os processos e exigências da acumulação e no enfrentamento das condições históricas da luta de classes vai estabelecendo, junto com outros aparelhos de dominação, os delitos puníveis identificáveis conforme os inimigos que trazem barreiras à acumulação

ou que ameacem a ordem tão necessária para a segurança da manutenção da propriedade privada quanto dos próprios negócios.

Assim é que, mais recentemente, crimes como terrorismo, organização criminosa, ou criminalização dos imigrantes⁹⁷ – a criminalização da imigração – vão sendo incluídos, caso não estejam no ordenamento jurídico, reformados ou ainda ganhando preponderância dentre outros institutos penais. Na Colômbia foi possível moldar a figura do terrorista e traficante, no México (ITURRALDE, 2010; LECUONA, 2004), algo semelhante se deu, no Brasil, às vésperas dos megaeventos, foram aprovadas leis especiais para abarcar essas figuras, sempre, evidentemente, com ampliação dos critérios punitivos.

Na Alemanha da República de Weimar, diante da hiperinflação as condenações por furto subiam tremendamente. Em 1913 eram 115 mil e em 1923 somavam 365 mil (EVANS, 2016a); a condenação por receptação, no mesmo período, subiu em sete vezes, por fim, a pobreza era encarcerada, sempre no objetivo de manutenção da ordem. É importante entender que a crise econômica causada pela hiperinflação precisava ser regulada pelos dispositivos às mãos do Estado e para tanto, o inimigo, as pessoas mais pobres, atingidas pelo estado econômico calamitoso de então, ao atentarem contra a propriedade, deveriam ser retirados da sociedade para o restabelecimento de sua ordem; é como se a prisão em massa aliviasse o problema da hiperinflação.

Ainda na Alemanha, já sob regime nazista, os Tribunais Populares fazem ascender o punitivismo. Os inimigos são os comunistas, os pobres e, claro, sempre os judeus. O papel da propaganda⁹⁸ de Goebels para a definição destes inimigos já é bastante conhecido. A partir daí as estruturas penais são modificadas para apressar ou instituir pena de morte, por exemplo. Em 24 de novembro de 1933 é criada a Lei contra Criminosos Habituais Perigosos, por essa lei qualquer condenado por três ou mais crimes, poderia permanecer preso mesmo após a pena ter sido cumprida. Em 1942 mais de 14

⁹⁷ A esse respeito veja-se o trabalho de (MORAES, 2016) e (MBEMBE, 2016), este último mais radical que o trabalho biopolítico de Estado de Exceção de Agamben

⁹⁸ O papel dos aparelhos privados de hegemonia é fundamental para a definição dos inimigos, fazendo que a sociedade civil seja partícipe desse processo, não cabendo apenas ao Estado Belluzzo e Galípolo fazem uma analogia “A política e a mídia tornaram-se o palco de demagogos que capitalizam essas fontes de preocupação e raiva, manejando com desembaraço a técnica das oposições binárias, método que se esparram nas modernas ações e interações entre os participantes das redes sociais. [...] São raros os meios de comunicação que conseguiram resistir à mesmice das soluções únicas e incontestáveis [...]” (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017, p. 201)

mil pessoas tinham recebido essa sentença. Em 1938, 95% dos presos cumpriam penas de trabalho forçado; prostituições e outras “degenerações sociais” também viraram crimes; sob Hitler assaltos em vias expressas era punida com pena capital. (EVANS, 2016b).

Em entrevista recente, o Comandante da ROTA, grupo de elite da polícia militar paulista, mostrou exatamente a definição do cidadão e do inimigo, mesmo que enquanto suspeito, ao diferenciar o tipo de abordagem policial feita conforme a condição social da região onde ela ocorre. O entrevistado parece mostrar como algo natural as bases que passa aos seus comandados, como parte da cultura institucional dessa polícia.

É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado. [...] Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando. (ADORNO, 2017)

São as definições, colocadas socialmente e de forma a naturalizar sua identificação como o outro, como características físicas, estéticas etc., é que definem um tratamento preconceituoso do inimigo, necessária para legitimar seu tratamento como *homo sacer*, o que permite também definir o protegido e inviolável, o cidadão.

[...] Tipos físicos, modos de vestir e/ou penteados associados a crenças religiosas tornaram-se critérios óbvios para identificação, o primeiro passo na avaliação dos diferentes povos. Num mundo perigoso e em constante mudança, os estereótipos visuais serviam para identificar ameaças e para ajudar os indivíduos a se sentirem seguros. A projeção de características psicológicas permanentes em diferentes povos e seus descendentes fazia parte do processo de criação de alianças e de definição de inimigos. Assim, as Cruzadas estabeleceram as condições para renovação dos preconceitos étnicos em contexto de guerra. [...] (BETHENCOURT, 2018, p. 35)

Enfim, todas essas medidas eram voltadas a categorias de pessoas que não receberiam qualquer tratamento do Estado de Direito, mas do Direito Penal do Inimigo. Resumidamente, o Estado Policial regido por esse Direito foi sendo implementado na Alemanha como resposta também à desordem política e econômica (a grande depressão de 1929 havia chegado na Europa pela época que o Führer assumia).

[...] apenas aqueles que integrassem por completo na “comunidade racial” poderiam receber os direitos plenos de um membro; qualquer que fosse meramente “indiferente” a respeito estava agindo “com um mentalidade criminosa ou antissocial” e era, pois, um “inimigo criminoso do Estado”, a ser “combatido e abatido” pela polícia. (EVANS, 2016b, p. 105)

É assim que, nos EUA, 40 mil pessoas estão condenadas a prisão perpétua sem qualquer possibilidade de progressão de regime, já que o Direito Penal americano difere do nosso, desse total 6,5% tem menos de 18 anos; já os condenados à prisão perpétua, com possibilidade de progressão de regime somam 162 mil pessoas, porém, com as grandes dificuldades de se conceder liberdade condicional, tal situação de possibilidade de progressão de regime não pode ser vista positivamente (VIANO, 2018). A prisão perpétua, na prática, configura-se na perda da vida em sociedade, em liberdade, significa uma pena de morte que será vivida até que o corpo humano não suporte mais.

Por fim, ainda conforme Viano (2018) a relação é que 1 em cada 9 (11%) das pessoas encarceradas foram condenadas a prisão perpétua, o que aumentou cinco vezes desde 1984. Quando o critério de análise é racial, a situação se agrava, 1 em cada 5 presos negros cumprem prisão perpétua, ou seja, 20% de sua população. Considerando que os EUA têm cerca de 15% de negros em sua população total.

Uma questão fundamental do Estado Exceção é que quando a democracia formal se torna hegemônica e as lutas dos grupos subalternos são incorporadas ao Direito para conter seu fulgor de revolução ou quebra da ordem, como que numa forma de coalizão forçada, tais direitos recebem uma camisa de força, eles só são legítimos desde que ocorram no limite da lei, caso ultrapassem essa limitação fundamental, saem do império da lei e são legitimamente tratadas como exceção, portanto, fora da lei, e a lei estabelece esse limite pelas condições materiais já aqui expostas.

No Brasil, o direito à greve, por exemplo, só pode ser exercido primeiro, se o Tribunal definir que a greve é legal, e só pode ter suas ações dentro daquilo que a Lei e ou o Tribunal definirem como possíveis.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Ainda que haja punições pecuniárias aos sindicatos organizadores da greve, já se supõe que não há greve sem liderança institucionalizada que possa ser identificada para posterior punição; caso os grevistas resolvam ir às ruas da redondeza de sua fábrica ou comecem a danificar os equipamentos da empresa, não apenas serão multados, como a polícia terá autorização legal para uso de força.

Para que a ação policial controle a desordem aplicada àqueles que descumpriram a lei só é necessário de um estopim que será avaliado pela própria autoridade policial, o restante de sua ação pode ocorrer fora da lei, já que, os sujeitos são configurados como inimigos.

O direito à manifestação é outro exemplo.

Art. 5º [...] XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, **independentemente de autorização**, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, **sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente**;

Para que a manifestação ocorra, ela precisa se enquadrar aos ditames expressos no direito, que no caso da Constituição se expressa pelo aviso à autoridade competente, porém, ultimamente criou-se mais limitações a ela e inventou-se regras extra constitucionais que determinam que as autoridades permitam o ato e definam seu trajeto. Atualmente há um Recurso Extraordinário (RE 806339) sendo discutido no STF (BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2014) para definir a abrangência e a forma do inciso.

No caso concreto, as manifestações políticas passam por tais limitações extra constitucionais e burocráticas e quando são permitidas são acompanhadas pela polícia, pela tropa de choque e forças especiais que definem quando a manifestação deixou de obedecer aos limites legais, agindo, sem que haja autorização judicial, para retomar a ordem.

Em especial, a partir das manifestações de junho de 2013, essa atuação vem deixando inúmeras vítimas. Jornalistas tem seus equipamentos apreendidos, em especial os da mídia independente, jovens manifestantes, quando a polícia os considera em atitudes suspeita, são levados à delegacia e passam horas por lá até que termo circunstanciado seja assinado; inúmeras pessoas são atingidas com gás de pimenta, lacrimogênio, bombas de efeito moral, balas de borracha, apanham de cassetete etc..

Da mesma forma como o direito de greve, o direito à manifestação política em praça pública é exercido debaixo dos ditames da lei, havendo qualquer medida que, para a autoridade policial, saia

da ordem e, não necessariamente da ordem jurídica, imediatamente usam a força para não para simplesmente voltar à normalidade, mas para acabar com o ato político, não sendo responsabilizados por abusos, o que faz as definições do *homo sacer* e do campo definidas por Agamben serem concretizadas, embora, aqui, pelas condições sociais do país, isso não significa necessariamente, que as vidas dos manifestantes são matáveis, nesse caso, seus corpos poderiam ser machucados, danificados.

Como essa pesquisa vem tentando demonstrar, o Estado de Exceção existe dialeticamente como Estado de Direito e o caso das manifestações, mas não só, é um exemplo. Embora haja princípios para regular a ação polícia, não existe uma lei específica no sentido das garantias fundamentais. Porém, há procedimentos burocráticos internos, que não são de conhecimento público, estão escondidos, isso porque, em São Paulo, foram considerados sigilosos e secretos, não podendo ser revelados por um prazo de 15 anos (SÃO PAULO, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DAS COMISSÕES DE PROMOÇÕES, 2013):

Artigo 1º - Classificar neste ato, no grau de sigilo secreto, os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de São Paulo, estabelecendo prazo de 15 (quinze) anos de restrição de acesso, contados da data de sua produção.

Artigo 2º - Os POP, ora classificados, estão inseridos no Guia de Procedimentos Operacionais Padrão (GPOp) e estruturados nos seguintes processos:

Processo 1.01.00 - Abordagem de Pessoa(s) a Pé
 Processo 1.02.00 - Abordagem policial com viatura "4 rodas"
 Processo 1.05.00 - Vistoria em Veículo
 Processo 1.06.00 - Drogas Ilícitas
 Processo 1.07.00 - Busca e Apreensão Domiciliar
 Processo 1.10.00 - Policiamento com Motocicleta
 Processo 2.01.00 - Veículo Localizado
 Processo 2.02.00 - Desinteligência
 Processo 2.03.00 - Perturbação do Sossego Público
 Processo 2.04.00 - Alarme Disparado
 Processo 2.06.00 - Ocorrência Dano/Depredação
 Processo 2.07.00 - Roubo em Estabelecimento Comercial ou Residência
 Processo 3.02.00 - Ocorrência Envolvendo Autoridade(s)
 Processo 3.03.00 - Transporte, Escolta e Guarda de Preso
 Processo 3.04.00 - Atendimento de Ocorrência em Horário de Folga
 Processo 3.05.00 - Morte de PM
 Processo 3.06.00 - Ocorrência com Bombas
 Processo 4.01.00 - Acompanhamento e Cerco de Auto
 Processo 4.02.00 - Bloqueio em Via Pública
 Processo 4.03.00 - Reintegração de Posse
 Processo 5.01.00 - Manutenção de 1º Escalão em Revólver Calibre 38
 Processo 5.02.00 - Manutenção de 1º Escalão na Pistola PT
 Processo 5.03.00 - Uso de Algemas
 Processo 5.04.00 - Montagem do Equipamento de Proteção Individual
 Processo 5.05.00 - Deslocamento de Vtr em Patrulhamento
 Processo 5.06.00 - Atendimento Telefônico Emergencial - 190

Processo 5.07.00 - Estacionamento da Viatura em Ponto de Estacionamento (PE)
 Processo 5.08.00 - Passagem de Serviço Motorizado
 Processo 5.09.00 - Uso do Espargidor de Gás Pimenta
 Processo 5.10.00 - Uso do Bastão-Tonfa
 Processo 5.11.00 - Uso da Arma de Choque Elétrico
 Processo 7.01.00 - Atendimento Telefônico no 190 e Despacho de Ocorrência
 Processo 8.01.00 - Policiamento Ostensivo no Radiopatrulhamento Aéreo
 Processo 9.01.00 - Escolta (ROCAM)
 Processo 9.03.00 - Busca de Pessoas Perdidas em Mata e/ ou Local de Difícil Acesso
 Processo 9.04.00 - Abordagem de Pessoa(s) a Pé com Emprego do Cão
 Processo 9.05.00 - Abordagem Policial a Veículo com Emprego do Cão

Claro que ao se falar do direito à manifestação e sua repressão realizada pela polícia militar, não há como escapar da comparação das ações policiais contra e a favor manifestações, conforme determinado espectro político.

Se por um lado, a legislação pode ser ignorada quando ela garante direitos⁹⁹, por outro lado, legislação é criada exatamente para retirar direitos ou para impedir que hajam direitos. Voltando a análise para a Escravidão. No Brasil, a lei de terras Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 e a sua regulamentação pela lei nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 faz com que as terras devolutas só pudessem ser adquiridas por compra e que as terras, antes desta data, que fossem adquiridas sem a modalidade de compra pudessem ser incorporadas aos seus proprietários ou posseiros antigos (DAROSS, 2017). É importante frisar que a Lei 581, lei Eusébio de Queirós, que estabelecia medidas contra o tráfico negreiro é de 4 de setembro de 1850.

De fato, a lei de terras tanto impediu aos escravos e os libertos que se apossassem das terras, pois sem recursos materiais e dinheiro, como aos imigrantes, ao mesmo tempo que tornou propriedade as terras dos brancos que por alguma forma se apossavam de terras devolutas antes da legislação. Como argumenta a Darossi (2017), a Lei de terras foi instrumento para negociação do poder imperial diante das oligarquias rurais locais pois as exigências burocráticas criaram instituições estatais

⁹⁹ É importante trazer a contribuição crítica do marxismo na análise do Direito, em especial, à análise de Bernard Edelman (2016). Para ele, quando parte da esquerda e do movimento operário comemora a legalização do trabalho em direitos do trabalho, existe uma derrota, em especial quando se legaliza a greve, pois o direito, que é burguês, domestica exatamente a centelha revolucionária que provém do conflito entre uma classe trabalhadora organizada e os donos dos meios de produção e a greve seria seu *momentum*. Evidente que toda a discussão do direito como consolidador dos valores individuais, a vida, a propriedade e a liberdade, possuem uma lógica, uma linguagem que torna a lei a proprietária de toda uma tradição burguesa e que coloca, na figura do cidadão, igual perante a lei, uma igualização da sociedade que retira, formalmente, toda desigualdade social, econômica e política e transforma todos em cidadãos despojados de classe, ou seja, sem qualquer importância para o seu lugar na sociedade e, em especial, na luta de classes.

importantes cujos cargos eram ocupados pela elite local, assim como estava a seu cargo as decisões sobre questões de suma importância.

Tanto para inibir a conduta tipificada como vadiagem dos libertos, como para iniciar um processo de aculturação ao mercado de trabalho e trabalho remunerado em si, foram sendo ampliados leis e procedimentos burocráticos contra a vadiagem, como ocorrera na Europa industrializada. Já no século XX, a lei de vagabundagem de 1941 buscava forçar a o arregimentar pessoas ainda não integradas ao mercado de trabalho, paralelamente com a CLT.

Assim, é que possível verificar que o Direito teve esse papel de preservar os valores burgueses e regular à sociedade conforme sua hegemonia, ele constituiu a propriedade privada e a própria exploração do trabalho assalariado, ou regular uma ordem para que os negócios não fossem atrapalhados.

Por mais que essa origem tenha sido modificada pelos diversos novos direitos, ou direitos de nova geração, oriundos das lutas dos oprimidos, ainda assim esses direitos entram numa lógica e estrutura que não foi modificada. Não que os direitos e sua luta devam ser abandonadas, mas é essencial reconhecer a sua base para não se enganar.

Partindo destas constatações, não é possível tratar dos direitos sociais e civis como se tratam os direitos individuais e sempre que houver uma disputa entre direitos, como é o caso do direito à greve, a tendência é que os direitos liberais se sobreponham e estejam, hierarquicamente acima. De outra sorte, é que a exceção legal é sempre um mecanismo que pode ser utilizado quando há alguma disputa dessas ou quando os sujeitos que estejam em disputa ou buscando gozar desses direitos subalternos entrem em alguma disputa com a ordem primária de todo o Estado, que é a ordem da propriedade. Greves, manifestações, função social da propriedade serão tratadas como inimigas ou ofensas à ordem, por mais que estejam expressas em constituições e tratados internacionais.

[...] Não se poderia dizer melhor; a greve havia se tornado uma ação tolerada desde que respeitasse a lei; mas, se por acaso saísse da moldura legal, ela se tornaria uma “insurreição” e poderia ser reprimida pela força; os grevistas se tornariam “foras da lei”, bárbaros, inimigos; dizendo de outro modo, a classe operária, tão logo agisse como classe, seria proscrita. [...] (EDELMAN, 2016, p. 9)

Quando não é possível delimitar a entrada no Estado de Direito, na Democracia, pelas formas de cidadania restrita, àquela que existe desde a Atenas antiga, censitária, de gênero e etária etc., a cidadania é ampliada, desde que esses mecanismos de exclusão por meio da exceção possam ser acionados de forma legítima, não importando se mecanismos acionados sejam os do aparelho repressor ou ideológico do Estado, tornando, na prática, os seus sujeitos subcidadãos ou não cidadãos.

Seguindo como base as ideias de Vigiar e Punir de Foucault (1987), um Estado de Exceção ao exercer suas funções, também, estaria dentro de sua normalidade e portanto, uma política de encarceramento em massa não configuraria, por exemplo, necessariamente, uma anormalidade.

Pensar em um Estado que, embora esteja dentro de um regime democrático e de uma ordem de Direito, tem em determinadas ações o descumprimento desses princípios insculpidos na Constituição Federal, que também seria uma instituição, a principal, que rege o Estado. Por mais que se possa argumentar que a exegese da norma constitucional abre um grande leque de interpretações, que são dadas em última instância, pelo poder judiciário, quando provocado a se pronunciar sobre ela, especialmente as cortes superiores, para essa pesquisa os aparelhos repressores e ideológicos do Estado, são dados a cumprir uma função precípua, não obstante possam variar de graus de violência simbólica e física¹⁰⁰ conforme a sociedade que o engendram, a de manter a ordem estabelecida, a criminalizar e punir os “desordeiros”, bem como a administrar e criminalizar os excluídos do sistema.

Se observarmos a questão a partir desse ponto de vista, o tribunal penal é apenas um apêndice do aparato policial e investigativo. De fato, se os tribunais de Paris ficassem fechados por uns meses, só sofreriam com isso os criminosos presos. Mas se suas famosas brigadas policiais parassem de trabalhar por um dia que fosse, isso seria equivalente a uma catástrofe. (PACHUKANIS, 2017)

Aqui novamente é fundamental o neoliberalismo, pois esse Estado punitivo sempre se baseou na seleção dos seres humanos que devem e merecem ser punidos, sob a alcunha de perigosos ou daninhos, os inimigos da sociedade (ZAFFARONI, 2013). A diferença é que com o capitalismo sob

¹⁰⁰ A arqueologia de Foucault é paradoxal nesse sentido, pois faz uma ampla análise histórica e de saberes para localizar um Vigiar e Punir (FOUCAULT, 1987) dos aparelhos repressivos do Estado, não sendo um acaso histórico, uma emergência social diante de algum surto de criminalidade, aliás, em História da Loucura (FOUCAULT, 2010) algo semelhante é praticado, no sentido de se marginalizar pessoas com determinadas características e puni-las, legitimamente. Portanto, há um sentido e direção extraídos de um conjunto de discursos e práticas reiteradas e sistemáticas, daí que se parte essa constatação.

o Regime Neoliberal, há a produção maior desses inimigos, por meio da ampliação da desigualdade, da precarização do trabalho, pelos problemas inerentes ao baixo crescimento econômico e constantes crises desse capitalismo, necessariamente, desregulado. E então, o tratamento ou a gestão, como Wacquant denomina, desses pobres, novos pobres e miseráveis é feita pelos fascismos sociais e direito penal do inimigo, aliados, atuando, sempre, com base nos aparelhos ideológicos para conseguirem legitimarem tanto o Estado de Exceção quanto o próprio inimigo, por meio de sua espetacularização (DEBORD, 1997; SERRANO, 2015).

5.2 UMA BREVE ANÁLISE DO CASO LULA

Em perspectiva concreta, os abusos da operação Lava-Jato e a autorização, pelo STF, de prisão após condenação em segunda instância e mesmo o impeachment são situações nas quais o Judiciário joga papel essencial. No caso da operação Lava-Jato, o desembargador do TRF-4 define, e não é contrariado pelo STJ ou STF, ou CNJ, que a operação é um caso inédito e está fora da normalidade¹⁰¹; portanto, as normas não podem ser aplicadas normalmente para essa operação, mas sim na defesa de sua própria existência, utilizando-se o argumento de que os réus buscariam interceder nas ações e no processo jurídico para finalizá-la, e mesmo obstruindo a justiça.

“De início, impõe-se advertir que essas regras jurídicas só podem ser corretamente interpretadas à luz dos fatos a que se ligam e de todo modo verificado que incidiram dentro do âmbito de normalidade por elas abrangido. É que a norma jurídica incide no plano da normalidade, não se aplicando a situações excepcionais, como bem explica o jurista Eros Roberto Grau [...]. Ora, é sabido que os processos e investigações criminais decorrentes da chamada “Operação Lava-Jato”, sob a direção do magistrado representado, constituem caso inédito (único, excepcional) no direito brasileiro. Em tais condições, neles haverá situações inéditas, que escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns. Assim, tendo o levantamento do sigilo das comunicações telefônicas de investigados na referida operação servido para

¹⁰¹ A citação que o desembargador faz de Agamben é por meio de uma citação de outro autor e é tremendamente confusa, no entanto ele a utiliza para dizer que cabe ao juiz o estabelecimento da exceção. Porém, como visto aqui, os teóricos clássicos do Estado de Exceção não a definem assim, nem Schmitt e nem Agamben, apenas Pedro Serrano diz que o juiz é o novo Soberano, porém não coloca tal situação concreta como positiva. De todo modo, apenas para ficar claro, cola-se aqui a referida citação que pauta toda a decisão do desembargador: “A ‘exceção’ é o caso que não cabe no âmbito da ‘normalidade’ abrangida pela norma geral. A norma geral deixaria de ser geral se a contemplasse. Da ‘exceção’ não se encontra alusão no discurso da ordem jurídica vigente. Define-se como tal justamente por não ter sido descrita nos textos escritos que compõem essa ordem. É como se nesses textos de direito positivo não existissem palavras que tornassem viável sua descrição. Por isso dizemos que a ‘exceção’ está no direito, ainda que que não se encontre nos textos normativos do direito positivo. Diante de situações como tais o juiz aplica a norma à exceção ‘desaplicando-a’, isto é, retirando-a da ‘exceção’ [Agamben 2002:25]. A ‘exceção’ é o fato que, em virtude de sua anormalidade, resulta não incidido por determinada norma. Norma que, em situação normal, o alcançaria (GRAU, E. R. Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios). 6ª ed. refundida do Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 124-25).” (RELATOR DES. FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI, 2016, p. 4)

preservá-la das sucessivas e notórias tentativas de obstrução, por parte daqueles, garantindo-se assim a futura aplicação da lei penal, é correto entender que o sigilo das comunicações telefônicas (Constituição, art. 5º, XII) pode, em casos excepcionais, ser suplantado pelo interesse geral na administração da justiça e na aplicação da lei penal. A ameaça permanente à continuidade das investigações da Operação Lava-Jato, inclusive mediante sugestões de alterações na legislação, constitui, sem dúvida, uma situação inédita, a merecer um tratamento excepcional. Parece-me, pois, incensurável a visão do magistrado representado - anterior à decisão do STF na Rcl nº 23.457 -, no sentido de que a publicidade das investigações tem sido o mais eficaz meio de garantir que não seja obstruído um conjunto, inédito na administração da justiça brasileira, de investigações e processos criminais - "Operação Lava-Jato" -, voltados contra altos agentes públicos e poderes privados até hoje intocados."

Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal já havia assentado que mesmo o sigilo de correspondência, a despeito de a Constituição garantir-lhe literalmente inviolabilidade absoluta (art. 5º, XII), não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas, sendo permitida sua violação em casos excepcionais, como aquele previsto no parágrafo único do artigo 41 da Lei de Execução penal, em relação à correspondência remetida pelos sentenciados (HC nº 70.814, rel. Min. Celso de Mello, DJ de 24-06-1994). Por razões análogas, o sigilo das comunicações telefônicas expressamente relativizado pela Constituição - não poderia favorecer condutas ilícitas de investigados, tendentes à obstrução das investigações criminais. Enfim, cabe enfatizar que, antes da Reclamação nº 23.457, não havia precedente jurisprudencial de tribunal superior aplicável pelo representado, mesmo porque, como antes exposto, as investigações e processos criminais da chamada "Operação Lava-Jato" constituem caso inédito, trazem problemas inéditos e exigem soluções inéditas. Em tal contexto, não se pode censurar o magistrado, ao adotar medidas preventivas da obstrução das investigações da Operação Lava-Jato. Apenas a partir desse precedente do STF (Rcl nº 23.457) é que os juízes brasileiros, incluso o magistrado representado, dispõem de orientação clara e segura a respeito dos limites do sigilo das comunicações telefônicas interceptadas para fins de investigação criminal. Em tais condições, tenho que agiu com acerto a autoridade recorrida, ao determinar o arquivamento da representação, por não haver indícios de prática de infração disciplinar. (RELATOR DES. FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI, 2016, p. 6-5)

Os direitos do – liberal – “devido processo legal” e “amplo direito de defesa” configurariam tentativas de derrubar a operação; já as ilegalidades e inconstitucionalidades do juiz com plenos poderes, Sérgio Moro, fariam a defesa desses instrumentos “excepcionais” se considerada a Constituição. Essa é a decretação mais cabal da suspensão dos direitos por um Estado de emergência e a decretação formal do Estado de Exceção pelos juízes dessa operação.

Assim, os juízes de primeira e segunda instâncias concedem a si mesmo plenos poderes ao mesmo tempo em que, em união com o Ministério Público e a Polícia Federal, fazem acordos com a grande imprensa e forjam o inimigo público do país, para então poderem tratá-lo como *homo sacer*, com vida indigna de ser vivida, cujos crimes contra essas vidas jamais serão considerados crimes, no sentido que aqui se propõe a dar a esse conceito, portando para além de Agamben (2007), isto é, não apenas como “vida matável” fisicamente, mas, nesse caso, “matável” política e simbolicamente.

Primeiro, utiliza-se a figura do corrupto, bem aos moldes do que Jessé Souza estabeleceu como uma das bases da visão social do país, em especial conduzida pela classe média – a ideia do patrimonialismo como o grande mal da política. Depois, a associação dos réus com os crimes, na prática equiparados aos hediondos, em especial o inimigo número um e objetivo supremo da operação como um todo: o ex-presidente Lula. Já o juiz que dirige a operação com mãos de ferro, que cala a palavra de advogados de defesa, que grava as conversas entre clientes e advogados, que faz advocacia administrativa, que define o rumo da ação penal, para além dos pedidos do Ministério Público, esse sim é considerado não apenas o amigo, mas o único capaz de salvar o Povo de seu inimigo público número um. Os réus, o ex-presidente da República, agora podem ser tratados na normalidade do Sistema de Justiça, isto é, quando os réus são presos sem provas e, na maior parte das vezes, sem sequer ter sido julgado, havendo apenas as Soberanias menores do policial militar que faz a prisão em flagrante, do delegado que a lavra, com anuência do Ministério Público. Esses são os inauditos, os invisíveis, que enchem as celas de um sistema carcerário brutal.

Daí em diante, as próprias amarras do sistema dariam conta. Mas como o ex-presidente Lula é figura emblemática de resistência democrática no país, uma liderança política, é possível verificar que outras ações são necessárias, que não simplesmente deixar o preso mofar na cadeia, pois há resistência nas ruas e no próprio processo, com inúmeros juristas na batalha ideológica, política e processual, levando o caso, inclusive, à ONU. Foi realizada tentativa de contra narrativa, não para estabelecer o réu como herói, mas como o que ele deveria ser, um réu.

Todo o aparato judicial ligado à ação fora acionado para que o presidente fosse preso em tempo hábil para que não pudesse concorrer à presidência da República e, ao mesmo tempo, após preso, a inconstitucionalidade da prisão após condenação em segunda instância não fosse revertida pelo STF, ao mesmo tempo em que potenciais visitas de autoridades pudessem ser barradas na limitação dos direitos do preso, para que (Lula) não conseguisse exercer sua liderança política.

No primeiro aspecto, como é sabido pelos especialistas de segurança pública, do direito e do processo penal, e da criminologia em geral, tal Estado de Exceção está sendo praticado no país, participando dele todo o aparato do Sistema de Justiça e o encarceramento de populações pré-determinadas, exatamente na função do controle dos pobres e dos miseráveis, para a manutenção da “ordem” em seu limite, com critérios e formas que não atendem aos direitos e garantias fundamentais. O ex-

presidente Lula seria um caso especial, com a importante diferença de ser uma figura representativa da política, de um projeto de país, assim como os empresários presos configurariam outra seletividade, agora não mais a da pobreza, mas a da política.

O julgamento político do ex-presidente¹⁰², pautado formalmente pela definição do Estado de Exceção, marca um novo momento do Direito Penal do Inimigo, mais especificamente a serviço da Acumulação de Capital¹⁰³. Assim como foi necessário retirar a presidenta eleita sem provas de crime de responsabilidade, como define a norma do impeachment, era necessário retirar qualquer possibilidade dessa força política (Lula) voltar ao poder, daí sua prisão. Uma das hipóteses dessa atual pode ser uma busca tanto por modificar a apropriação da riqueza nacional do país, em prol do capital estrangeiro, com mais privatizações e, sobretudo, o mais importante, a venda a preço módicos do petróleo do Pré-Sal, como também para ampliar a retirada de direitos sociais e a ampliação do punitivismo.

Daí que, embora os juízes, figuras do Sistema de Justiça, cuja participação na construção social das categorias de amigo e inimigo pela mídia tem sido essencial, possam ser consideradas os Soberanos no estabelecimento do Estado de Exceção, portanto figuras com plenos poderes para tal finalidade, cumprem uma função dada pelo regime de acumulação em vigor. No caso em tela, a Exceção ocorre exatamente ao afastar o Estado de Direito, semelhante ao caso clássico a que Schmitt se refere. A diferença está em que o Soberano não é o chefe do Executivo ou o Führer com plenos poderes, mas o Judiciário.

¹⁰² Não por acaso o juiz Moro foi nomeado ministro da justiça por um dos principais concorrentes eleitorais do ex-presidente Lula. Embora alguns estranhassem a complacência deste juiz com os casos e acusações de corrupção dentro do próprio governo, está-se tomando como base exatamente os efeitos da construção de sua figura como o paladino da justiça contra a corrupção, que foi muito mais estratégia de discurso do que construção pautada numa realidade; afinal, as construções sociais da figura do herói, do amigo, e do inimigo, homo sacer, não podem ser imaginadas numa perspectiva ética, até porque, se fosse assim, toda a construção nazista em relação aos comunistas, socialistas, ciganos, judeus etc. seria, no mínimo, legítima.

¹⁰³ Nesta tese não cabe e nem é o foco da análise verificar os caminhos, disputas e motivações concretas dos processos da Acumulação. O que essa pesquisa permitiu foi identificá-la como motor do Estado de Exceção. Como hipótese assumida e também tratada por outros autores, como (WOOD, 2011 [1995]; HARVEY, 2005; HARVEY, 2006), o processo de Acumulação busca criar oportunidades por meio do processo de destruição-criativa, em especial, quando há a disputa de recursos naturais o capital dos países cêntricos movem no sentido de desregular protecionismos e intervenção estatal, incentivam golpes ou fazem guerras com o intuito de lhes facilitar o acesso ou ainda reduzir os custos para aquisição ou exploração que se signifiquem vantagem suficiente para suas necessidade de valorização do capital.

Já no caso não detalhado aqui, no qual o STF por meio das ADC nº 43 e 44 manifestou entendimento que modifica o artigo 283¹⁰⁴ do Código de Processo Penal e o próprio princípio de presunção de inocência posto no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal, há o exemplo de outra forma possível de Exceção que é a retirada de direitos pela implementação de interpretação restritiva que, na prática, extingue ou reduz o direito em questão.

Um outro exemplo desse tipo de Estado de Exceção são as alterações de leis promovidas pelo legislativo, as chamadas reformas, como a reforma da CLT que reduziu direitos trabalhistas em prol do capital.

O que importa frisar é que há formas múltiplas para adequar a forma jurídica às necessidades da acumulação e que a forma utilizada depende, como já dito, além da própria Acumulação, das condições sociais e históricas, da correlação das forças políticas, da institucionalidade do Estado e, como nesses casos é evidente, da estratégia política necessária para garantir a consecução dos objetivos.

¹⁰⁴ “Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.” (BRASIL, 1941)

CAPÍTULO IV - NEOLIBERALISMO

6 REGIME DE REGULAÇÃO NEOLIBERAL: ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

A conformação de uma nova regulação do capitalismo a partir dos anos 1970, mediada e justificada pelas teorias neoliberais¹⁰⁵, vai disputar espaços interferindo na política econômica, na política pública, no Estado e no Direito. No entanto, sua análise não pode ser desassociada da crise do padrão hegemônico fordista, que tomou impulso com a grande depressão iniciada em 1929 colocando em xeque o liberalismo econômico hegemônico do século XIX (HOBSBAWM, 1983).

O primeiro ponto a se destacar é que, apesar do modelo fordista não ter ocorrido de maneira uniforme no sistema de países do bloco capitalista – assim como o neoliberalismo vai apresentar características distintas no contexto global, em especial entre os países do centro *versus* periferia –, é possível levantar características gerais observáveis ao longo do globo: por um lado, a racionalização e aumento da produtividade industrial voltada ao mercado interno, a fabricação em larga escala, o modo de organização do trabalho taylorista / fordista, o consumo em massa e o aumento do trabalho assalariado – o que, por sua vez, vai gerar o fortalecimento dos sindicatos e levar a uma maior mediação da luta de classes pelo Estado a partir da concessão de direitos sociais¹⁰⁶; por outro lado, verifica-se a conformação de uma intensa política estatal de mediação de conflitos de classe, de políticas de pleno emprego e incentivos à economia, verificando-se a implementação do modelo keynesiano:

O Estado assume, no fordismo, proeminências ainda maiores que aquelas havidas nas fases anteriores do capitalismo [...] Trata-se de uma regulação administrada de modo fulcral pelo Estado. No campo salarial, com base nos preços ao consumidor, estabelece-se uma indexação do salário nominal. Ao mesmo tempo, a cobertura dos elementos de bem-estar social passa a ser objeto de controle e promoção por parte do Estado – seguridade social, saúde, educação,

¹⁰⁵ Embora a grande implementação do neoliberalismo ocorrera no final da década de 1960 e início de 1970, sua repercussão teórica nasceu bem antes, no final da segunda Guerra Mundial, cujo marco emblemático foi o livro *O caminho da servidão*, de Hayek, em 1944, “contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...]” (ANDERSON, 1995, p. 9). Apenas em 1947 se constitui como movimento teórico unificado, a Sociedade de Mont Pèlerin, reunindo “adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal [...] Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Ealter Lipman, Michael Polany, Salvador de Madariaga, entre outros. [...]” (ANDERSON, 1995, p. 9-10).

¹⁰⁶ Aqui, vale destacar que a concessão de direitos por parte do Estado, longe de se refletir em fortalecimento da classe trabalhadora, representa, na verdade, captura de suas lutas sociais, conforme bem demonstrou Bernard Edelman ao analisar a experiência de “conquista” de direitos da classe operária francesa, em que demonstrou que, longe do Estado promover libertação a partir da concessão de direitos, a legalidade se apresenta como enquadramento das potencialidades políticas de revolução pelos trabalhadores (EDELMAN, 2016).

habitação etc. [...] O keynesianismo, corolário de uma ação estratégica político-econômica do fordismo, baseado na proeminência estatal e social na orientação do processo de acumulação, espalhou-se, embora com variantes extremas, de modo mundial (MASCARO, 2016(a), p. 121)

Porém, ainda na década de 1960 o modelo fordista passa a apresentar sinais de fragilidade: o início de uma fase global de estagflação que percorreu grande parte dos anos 1970, levando às crises do petróleo em 1973 e 1979, o aumento da taxa de desemprego e, nesse contexto, o início da desmobilização dos sindicatos e queda das receitas estatais para financiamento dos gastos sociais. Soma-se a isso o combate ao cenário inflacionário estadunidense - consequência de sua política expansionista e concessão de empréstimos do pós 2º Guerra Mundial - que levou à ruptura unilateral pelo governo Nixon do acordo de Bretton Woods, desatrelando o dólar do ouro e tornando o câmbio flutuante e, em 1979, com vistas à manutenção da hegemonia do dólar, o aumento repentino da taxa nominal de juro – o então chamado “choque Volcker” -, gerando uma crise fiscal nos países devedores – a chamada crise da dívida na América Latina – e levando ainda a uma dinâmica de crédito monetário e especulações desenfreadas na taxa de câmbio.

É nesse contexto que a esfera produtiva dá lugar a um regime de acumulação de predominância financeira, que, conforme explica Chesnais,

[...] designa um modo de funcionamento do capitalismo marcado por dois fenômenos. O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimo de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações. O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego). O papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas maneiras: pela fixação do nível das taxas de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela força dos mecanismos que ela faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação (CHESNAIS, 2001, p. 16)

E na prática, a financeirização do capital ou melhor, o capitalista rentista implica em maior desigualdade de distribuição de recursos, ou seja, mais pobreza e miséria para a maior parte da população mundial e muito mais riqueza e poder para alguns poucos.

Com o rendimento sobre o capital ultrapassando fortemente os avanços da própria economia, na realidade, gera-se um processo cumulativo de enriquecimento proporcionalmente maior dos que já são mais ricos. O desequilíbrio gerado não tem como ser revertido por simples

mecanismos de mercado. Na realidade, já voltamos ao grau de desequilíbrio de um século atrás, quando os mais afortunados “viviam de regas”. Esta é a dinâmica geral, em que os avanços gerados por produtores se veem apropriados por rentistas. É o “capitalismo rentista” que está justamente no centro do raciocínio. (DOWBOR, 2017, p. edição kindle)

Ademais, o lento crescimento econômico e a redução da demanda impulsiona ainda uma reestruturação produtiva, emergindo novos modelos de organização do trabalho¹⁰⁷, marcados por uma produção segmentada e altamente especializada – com destaque para o modelo toyotista de produção -, traduzindo-se em uma flexibilização do regime de trabalho, com a instauração de jornadas flexíveis, terceirização etc. - o que vai aumentar ainda mais o grau de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2006; ANTUNES, 2018), e, junto à redução dos gastos sociais pelo Estado, vai se traduzir em maior precarização das condições de vida da classe trabalhadora, agudizando ainda mais a superexploração do trabalho na periferia global¹⁰⁸.

Quanto à ação política estatal e, em que pese o discurso de “Estado mínimo”, o papel do Estado permanece fundamental na dinâmica de reprodução capitalista:

Ainda que as decisões de investimento sejam descoladas dos Estados para o capital internacional [...] os Estados continuam a conformar e a garantir a dinâmica do capital. As garantias das propriedades, dos contratos, a exigibilidade dos vínculos jurídicos ou a necessidade da garantia da ordem interna para o desenvolvimento do capital, por exemplo, se mantêm e, na verdade, se exponenciam nas condições contemporâneas do capitalismo (MASCARO, 2016(a), p. 106).

Assim, a atuação estatal é modificada em prol da garantia de valorização do capital financeiro por meio da promoção, entre outros, da ordem interna e segurança jurídica, enfraquecendo-se por

¹⁰⁷ Conforme Ianni, acerca do novo modo de organização do trabalho, “A flexibilização dos processos de trabalho e produção implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa da força produtiva do trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção. A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (IANNI, 1996, p. 325)

¹⁰⁸ Nesse sentido, conforme aponta Perry Anderson, “A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”. (ANDERSON, 1995, p. 11)

outro lado o papel estatal na promoção de direitos sociais e fomento à economia como se vira no período fordista. Nesse sentido, vale destacar que tais transformações vão ser marcadas por uma disputa ideológica, travando-se uma verdadeira batalha entre keynesianos e neoliberais¹⁰⁹: em meio à crise do Estado, a agenda do neoliberalismo, inspirada em teóricos como Friedrich Hayek e Milton Friedman, se coloca em detrimento do ideário de matriz keynesiana com a promessa de práticas salvadoras que poderiam reverter a situação e trazer de volta o crescimento e a estabilidade.

E é a partir do ideário neoliberal que se passa a justificar as reformas estruturais promovidas nos governos Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (1979), Ronald Reagan nos EUA (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982). Seguiram-se os países do norte da Europa (com exceção da Suécia) e depois do Sul. Numa segunda fase de implantação seguiram-se Austrália e Nova Zelândia e os antigos países do Pacto de Varsóvia, inclusive os da ex-URSS. A terceira fase seria a chegada do neoliberalismo à América Latina, embora o Chile tenha sido o primeiro país a passar pelo laboratório neoliberal da Escola de Chicago ainda no início dos anos 1970.

Como está explícito nos capítulos anteriores, é fundamental entender o neoliberalismo como uma proposta também no sentido da luta de classes, pois sua transformação em hegemonia vem ocupar um espaço que havia sido deixado tanto pelas alternativas socialistas e da socialdemocracia que estavam em plena crise no final dos anos 1990 (BLACKBURN, [1991] 1992). Se colocar como o discurso único ou a única saída possível é parte da desmobilização das forças opositoras, bem ensaiadas com a máxima de fim da história.

As reformas neoliberais nos países latino foram traçadas especialmente através do Consenso de Washington (1989), que aplicou medidas de ajustes estruturais aos países devedores, podendo ser sintetizadas no que ficou conhecido como as “dez regras básicas”: disciplina fiscal, mudanças nas

¹⁰⁹ A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. [...] Era uma guerra de ideologias incompatíveis. [...]. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. (HOBBS-BAWM, 2006, p. 399).

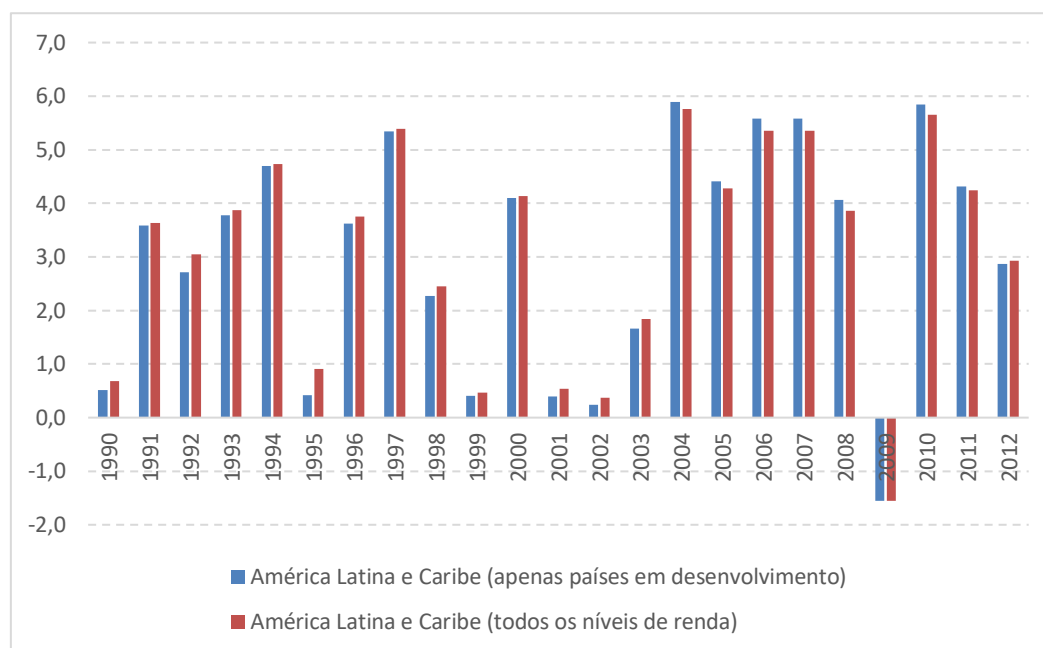
prioridades para despesas públicas, reforma tributária, liberalização do sistema financeiro, uma taxa de câmbio competitiva, liberalização comercial, liberalização da entrada do investimento direto, privatização das empresas estatais, desregulamentação e direitos da propriedade assegurados¹¹⁰.

Com isso, a América Latina torna-se plataforma de valorização do capital financeiro, sendo que, no Brasil, tais alterações passam a ser implementadas, de forma permanente, a partir do primeiro governo eleito após a ditadura.

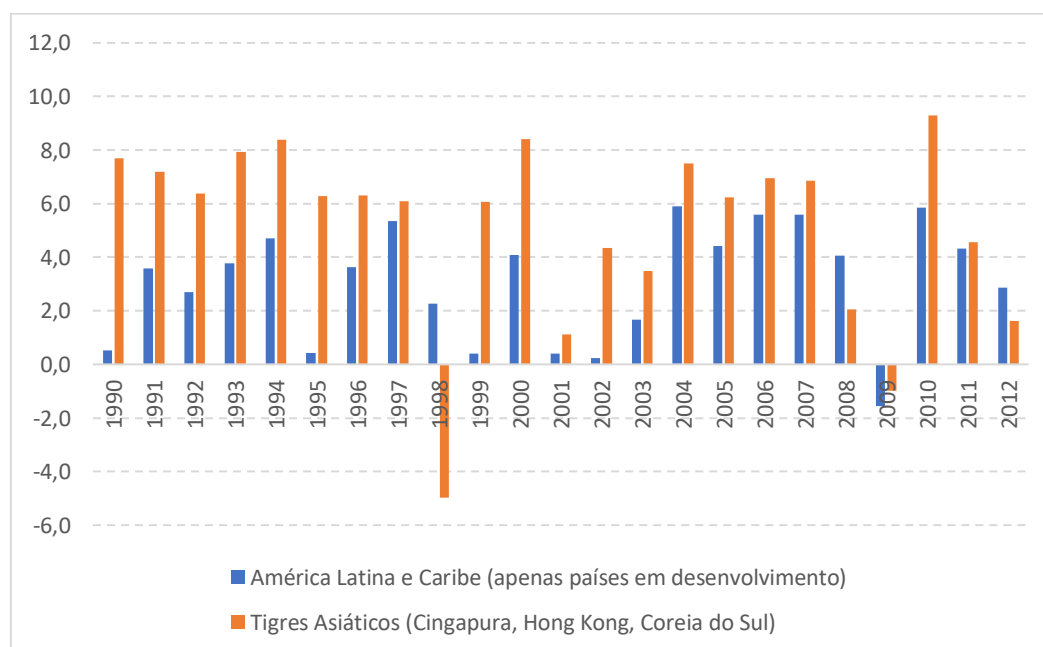
Especificamente na América Latina (DINIZ e BRESSER-PEREIRA, 2013), o fracasso do consenso neoliberal enquanto política econômica para recuperar o crescimento econômico por meio das reformas foi comprovado dadas as baixas taxas de crescimento (enquanto a média do percentual de crescimento do PIB dos países asiáticos em desenvolvimento foi de 8,5% no período de 1990 a 2012, os países em desenvolvimento da América Latina e Caribe obtiveram média de apenas 3,1% para o mesmo período; ver Gráfico para PIB da América Latina e Caribe), aumento do desemprego e da desigualdade.

Pode ser considerada uma reação a esse possível colapso do neoliberalismo, ainda na América Latina, a eleição de diversos políticos de esquerda e com plataformas desenvolvimentistas, que buscavam recuperar a nação como centro de decisões de política econômica, rejeitando, parcialmente e o politicamente o quanto possível, os conselhos de Washington e da ortodoxia convencional.

¹¹⁰ O grande mentor das medidas que nortearam o Consenso de Washington foi o economista britânico John Williamson, podendo ser encontradas em WILLIAMSON (1990).

Gráfico 1 Percentual de Crescimento do PIB – América Latina e Caribe (1990-2012)

Fonte: Banco Mundial – dados de abril de 2014.

Gráfico 2 Comparação entre Percentual de Crescimento do PIB – Tigres Asiáticos e Países em Desenvolvimento da América Latina e Caribe (1990-2012)

Fonte: Banco Mundial – dados de abril de 2014.

Ao verificar o desempenho da economia brasileira especialmente baixo – uma semi-estagnação - em relação aos países do leste asiático ou mesmo aos países do BRICS, surge a pergunta, o que poderia explicar a diferença?

A adoção da política econômica embasada na ortodoxia convencional, dirá Bresser-Pereira. O motivo da discrepância entre taxas de crescimento é a taxa de câmbio, segundo Bresser-Pereira (2006). Para o autor, o câmbio é variável macroeconômica mais estratégica no processo de desenvolvimento em contexto de globalização, visto que é um dos dois instrumentos que o governo tem, o outro sendo os juros. A política cambial como foi praticada recolocou o país na divisão social do trabalho internacional, trazendo desindustrialização e um regredindo o desenvolvimento capitalista com bases num extrativismo de recursos primários para exportação.

De modo geral, cumpre dizer que as consequências observadas a partir do modo de regulação neoliberal representaram concentração de poder político e econômico, se refletindo ainda no aumento da pobreza mundial e menor desenvolvimento dos países da África e América Latina em relação aos países desenvolvidos, exacerbando as desigualdades entre centro e periferia, como bem sintetizadas por Ibarra:

Entre 1975 e 2003, período típico do predomínio neoliberal, a taxa de crescimento per capita mundial, além de polarizar-se entre as zonas prósperas e regiões atrasadas, caiu, em média, mais da metade em relação ao período de 1950-1975. O desenvolvimento não só tem sido estreitado, mas tem-se tornado mais volátil, mais propenso a contágios, mais inclinado a alargar os anos depressivos e a encurtar os de bonança. Ao mesmo tempo, se amplia a brecha do atraso da África e da América Latina. Desde a década de 1970, os países da OCDE cresceram a um ritmo médio de 2% anual, enquanto a América Latina apenas o fez a 0.6% e os países africanos subsaarianos, a -0,7% [...] Em matéria social [...] através da reforma dos sistemas de aposentadorias e levando-se em conta a focalização na distribuição orçamentária de bens, se procura isentar o fisco das obrigações, transferirem riscos do Estado às famílias e multiplicar as oportunidades de negócios privados [...] Em quase todas as latitudes, incluídos os Estados Unidos, se observam escassos avanços em corrigir a desigualdade e, em muitas, a pobreza se torna endêmica. A debilidade das organizações laborais, a falta da representatividade dos regimes políticos e as pressões internacionais estão na raiz dos fenômenos de concentração do poder econômico e político. A queda da participação dos salários no ingresso mundial obedece à alta mobilidade geográfica do capital e suas instituições financeiras de respaldo, ante o raquitismo político em escala global das organizações laborais contrabalançadoras. E, do mesmo modo, incide na incorporação massiva da força de trabalho da China e da Índia no mercado globalizado. (IBARRA, 2011, p. 243)

Ainda conforme o autor, o impacto sobre a classe trabalhadora se fez sentir por meio da decomposição do mercado de trabalho, com fatores como o aumento da informalidade e redução salarial:

O paradigma em vigor conduz inevitavelmente à precarização dos direitos laborais. Conforme a OIT, na região latino-americana, de cada três empregos criados na década de 1990, dois correspondem ao setor informal e, de cada 100 novos postos de trabalho, 83 eram referentes ao setor de serviços, sendo que, 55% dos novos postos de assalariados careciam de proteção social. A decomposição do mercado laboral tem significativo reflexo na distribuição regressiva dos ingressos, no conjunto de países latino-americanos. Durante o período 1990-2005, o produto real por habitante cresceu pouco, em razão do 1,3% anual, mas as remunerações dos assalariados se expandiram menos ainda, 0,6% ao ano. (IBARRA, 2011, p. 243)

Atualmente, conforme o relatório “Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018”, da Organização Internacional do trabalho – OIT (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2019), são 192 milhões de pessoas desempregadas em todo o globo, sendo que entre aqueles que se encontram no mercado de trabalho, 1,4 bilhão ocupam postos em empregos vulneráveis, o que, nos países em desenvolvimento, representa a condição de três a cada quatro trabalhadores. Demais indicadores sociais não mostram melhor cenário: de acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2018 das Nações Unidas (2018) o número de pessoas que passam fome ao redor do mundo subiu de 777 milhões em 2015 para 815 milhões em 2016.

Segundo Harvey, o projeto do neoliberalismo era colocado como solução para a recuperação econômica, que nunca veio, porém, para além do seu discurso de legitimação, há um objetivo relacionado ao restabelecimento da ordem que é restabelecer as condições da acumulação de capital e, especialmente, o poder de classe.

Portanto, poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe. (HARVEY, 2006, p. 10)

Esta identificação é fundamental, pois, se é a Acumulação de Capital que rege o Estado de Exceção Permanente, conhecendo o seu objetivo, se torna mais fácil identificar as formas de violência e expropriação reguladas pelo neoliberalismo. Em explicação de como os problemas econômicos podem trazer o ódio e eliminação dos supostos inimigos, Belluzzo e Galípolo trazem uma descrição de como o outro acaba virando a causa do problema social e econômico:

O necrosamento do tecido econômico e o esgarçamento do social empurram os acuados, pelo discurso da inevitabilidade econômica, a abraçarem a conclusão que o ‘inferno são os outros’. Se os empregos foram tomados, o Estado onerado e a paz ameaçada por aqueles de nacionalidade, religião, gênero, opção sexual, raça ou ideologia diferente, a solução passa pela sua exclusão ou eliminação” (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017, p. 205)

Há ainda mais um elemento, ao entender que o neoliberalismo acaba promovendo a desigualdade social, é importante não ter foco não apenas na ampliação da miséria e pobreza, ou mesmo na precarização do trabalho, pois tais consequências impactam também o outro lado, o enriquecimento dos mais ricos.

[...] esse modo de desenvolvimento exhibe índices de desempenhos globais inferiores aos do fordismo, uma vez que é caracterizada pela clara retração da progressão do nível de vida, do desemprego mais elevado, dos lucros incertos e do aprofundamento das desigualdades sociais, o que não deixa de influir na própria aceitabilidade do regime. (BOYER, 2009, p. 89)

Por outro lado, segundo os últimos trabalhos de Jessé Souza, quanto mais arraigadas for a ideologia que justifica a desigualdade, como a meritocracia, mais difícil é visualizar, verificar a desigualdade para o senso comum, o que dificulta, ainda mais, a percepção dos mecanismos justificadores das políticas neoliberais; em sentindo com os desenvolvimentos teóricos empreendidos até aqui, ele mostra que a pressuposição é exatamente a condição de sujeito de direito, igualdade e liberdade.

O que assegura, portanto, a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual. Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são “justos”. [...] O “privilégio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição. (SOUZA, 2009, p. 49)

O último relatório da OXFRAM do Brasil (OXFAM BRASIL, 2018) traz conclusões da piora da desigualdade brasileira. Com tradição escravocrata, colonial e patriarcal, nossas bases de desigualdade já são há muito conhecidas, mas invisibilizadas. Embora tenha havido esforços e programas de combate à pobreza e miséria pelos últimos quatro governos legítimos, o cenário não é de reversão e tal fato vai ao encontro das análises do regime neoliberal enquanto produtor de desigualdades sociais.

Por exemplo, houve ampliação da pobreza, que estava em queda devido aos programas sociais como Bolsa Família, aos aumentos do salário mínimo acima da inflação, dentre outros fatores. Em

2018 o relatório aponta que 45 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza (USD 5,5 por dia), calculada pelo Banco Mundial, é o equivalente a 22% da população. Além disso, a renda média mensal por pessoa é de R\$ 1.268,00. Quando os dados são analisados apenas para a população acima de 20 anos e analisando 10% mais pobres a renda média caiu 11% e equivale a míseros R\$ 198,03 por mês, enquanto a renda média dos 10% mais ricos é de R\$ 9.519,10. Enquanto isso, entre 2016 e 2017 os 10% mais ricos tiveram uma ampliação dos seus rendimentos em 6%.

No Brasil, o 1% mais rico é constituído por 1,2 milhões de mercedores que aquinhoam rendas médias superiores a R\$ 55.000,00. Considerando esse critério dos 1% mais ricos, o Brasil só perde para o Qatar

Selecionando algumas das maiores economias do mundo entre países centrais e periféricos, é possível verificar a desigualdade no topo da pirâmide de forma comparada.

Gráfico 3: Parte da riqueza nacional detida no 1% mais rico

	2002	2007	2009	2013	2014	2015
BRA	27,4	28,3	27,4	27,7	27,5	28,3
CHI	12,6	15,3	15,4	13,8	13,7	13,9
FRA	10,9	11,7	10,2	10,8	10,8	-
ING	13,0	15,4	15,4	14,5	13,9	
IND	16,7	20,1	20,8	21,6	21,3	21,3
RUS	24,5	26,9	21,2	21,1	20,4	20,2
EUA	17,1	15,4	18,5	19,6	20,2	
Mundo	20,8	22,1	20,8	20,5	20,5	20,6

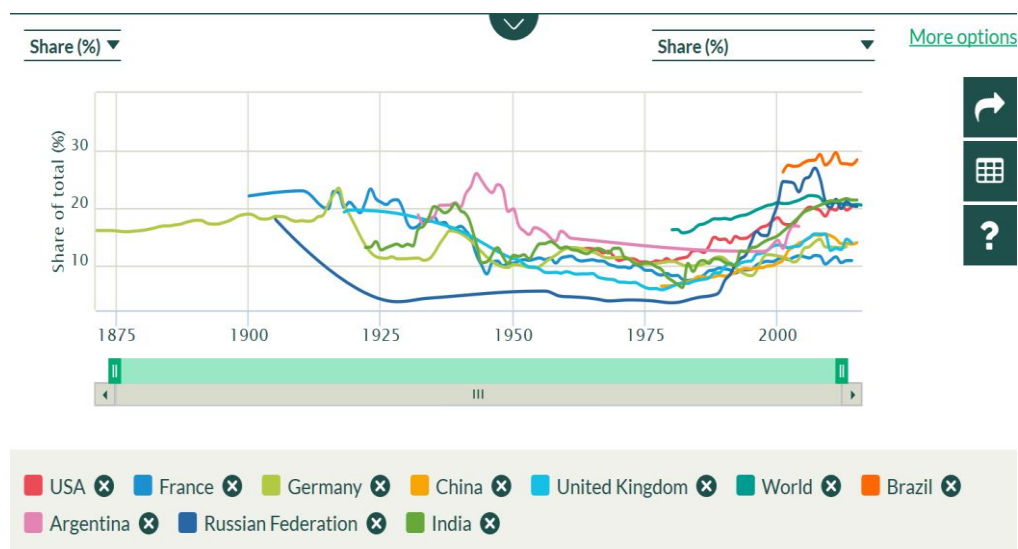
Fonte: World Inequality Database (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2019)

Gráfico 4: Parte da riqueza nacional detida pelos 10% mais ricos

	2002	2007	2009	2013	2014	2015
BRA	55,7	54,9	55,0	54,9	54,6	55,6
CHI	39,4	42,4	42,3	42,1	41,3	41,4
FRA	32,9	33,9	32,2	32,6	32,6	
ING	41,0	42,6	41,5	41,3	40,0	
IND	42,1	48,1	50,8	55,2	56,1	56,1
RUS	47,9	49,0	49,6	47,3	45,7	45,5
EUA	42,7	45,8	44,3	46,3	47,0	
Mundo	55,3	54,6	53,5	52,7	52,2	52,2

Fonte: World Inequality Database (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2019)

O gráfico abaixo ajuda a verificar a afirmação colocada por Harvey e também por Dowbor (2006; 2017) no sentido de que o neoliberalismo amplia a desigualdade, tornando os ricos mais ricos e restaurando o poder de classe. É possível verificar que, com exceção da Argentina, a partir do fim da década de 1970 todos os países selecionados possuem uma brutal elevação da concentração da renda no 1% mais rico.

Gráfico 5: 1% mais rico, série temporal

Fonte: World Inequality Database (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2019)

6.1 NEOLIBERALISMO ENQUANTO REGIME (ESCOLA DA REGULAÇÃO)

Dando continuidade à ideia exposta no capítulo anterior sobre a acumulação de capital, para ajudar a entender as fases do capitalismo usa-se os conceitos-chave da Teoria da Regulação Francesa, que buscou captar as tendências de longo prazo. O Regime de Acumulação reflete as condições econômicas regulares que permitem a valorização do capital em seu processo de acumulação, capitando a dinâmica histórica.

Para a definição do Regime de acumulação, a Teoria da Regulação analisa o conjunto de regularidades que mostram as interligações entre as variáveis macroeconômicas, que moldam, assim, o modelo de crescimento de longo prazo.

tipo de evolução da organização da produção e da relação dos assalariados com os meios de produção; ao horizonte temporal de valorização do capital, a partir do qual podem se depreender os princípios de gestão; ao compartilhamento do valor permitido a reprodução dinâmica de diferentes grupos sociais e classes. (BOYER, 2009, p. 81)

Por modo de Regulação, entende-se nos procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos que garantem o Regime de Acumulação e que é baseado na reprodução das

[...] relações sociais fundamentais por meio da combinação de formas institucionais historicamente determinadas; manter e “pilotar” o regime de acumulação vigente; garantir a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas sem que seja necessária internalização, pelos atores econômicos, dos princípios de ajuste do conjunto do sistema. (BOYER, 2009, p. 81)

Hirsch busca relacionar o modo de regulação como um sistema de regulação social que influencia comportamentos.:

[...] O processo de acumulação apresenta uma relativa estabilidade e continuidade quando ele está inserido em uma rede de instituições e normas sociais que se encarregam de fazer com que as pessoas se comportam em concordância com as respectivas condições de acumulação, ou seja, que pratiquem os correspondentes modos de trabalho, de vida e de consumo, bem como as formas determinadas de asseguramento de seus interesses. Ele deve estar ligado a um sistema de regulação social. [...] (HIRSH, 2010)(pp. 105-106)

Em Hirsch há uma variação do modo de regulação social entendendo como regulação dos "modos de trabalho, de vida e de consumo" até os aspectos mesmo de regulação do próprio trabalho, portanto, muito mais voltado às condições do trabalho, essenciais para uma perspectiva materialista como a que está filiado seu pensamento.:

"[...] Ao sistema institucional de regulação pertencem as empresas e suas federações, os sindicatos, as entidades científicas e educacionais, os meios de comunicação, todo o aparato do sistema político-administrativo e, não por último, a família como local da reprodução da força de trabalho. [...]" (HIRSH, 2010, p. 107)

É por esse entendimento que é possível um diálogo ou uma ponte com outras vertentes teóricas: a própria Biopolítica de Agamben quanto à teoria da nova razão do mundo de Dardot/Laval¹¹¹.

São estes que vão entender o neoliberalismo como um novo modo de regulação da vida, bem no sentido de governamentalidade ou racionalidade foucaultiana e, sobretudo neste aspecto, a explicação foucaultiana permite atingir aspectos da vida e da sociabilidade em detalhes e complementando

¹¹¹ Dardot e Laval se colocam de forma crítica às vertentes marxistas que entendem o neoliberalismo como apenas e tão somente manifestações políticas e econômicas ou ainda como apenas uma forma resposta às crises do capitalismo, daí não fazer sentido dizer política ou economia neoliberal, mas sociedade neoliberal. O posicionamento dos autores vai no sentido de entender o neoliberalismo enquanto uma nova forma de razão do mundo. O posicionamento em relação a algumas vertentes do marxismo fica claro na trecho que segue: “Embora se distinga de um marxismo estreito, essa análise vai ao encontro de uma das instituições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 27)

a regulação original ou do modo de regulação que Hirsch introduz à Teoria Derivacionista do Estado e do Direito.

[...] é preciso sublinhar que o regime de acumulação e o modo de regulação não se encontra em uma relação de causalidade simples. Eles não são 'deriváveis' um do outro. [...]. Ambos devem ser vistos como resultado de confrontações e lutas sociais em diferentes planos da sociedade, cujo desenlace não pode ser pré-determinado objetivamente, mas depende da força, das estratégias e das conquistas dos atores em jogo. [...] Regimes de acumulação e modos de regulação não se encontram em uma relação causal ou funcional, mas em uma "relação de articulação". Eles devem ser considerados como nexos entre complexos contextos de ação e práticas relativamente independentes." (HIRSH, 2010, p. 108)

Se a TDED contribui para a localização, o desvendamento e a explicação dos motivos ou origem desse modo de regulação e como isso molda as instituições e a própria sociabilidade neoliberal (o Estado Ampliado ou a sociedade civil¹¹²) ou como se organiza os aparelhos do consenso da dominação ou ainda, numa perspectiva boudieusiana do poder simbólico (HIRSH, 2010; BOURDIEU, 2014), as vias de Agamben e Dardot/Laval, foucaultianas, permitem uma análise mais próxima dos sujeitos dessa regulação, na figura do inimigo ou do *homo sacer* ou mesmo dos corpos, o que amplia a categoria que poderia ser restringida às classes sociais oprimidas, possibilitando chegar aos sujeitos em cada região ou especificidades histórica.

6.2 NEOLIBERALISMO COMO A NOVA RAZÃO DO MUNDO

O neoliberalismo acabou? A crise de 2008 e seus reflexos na Comunidade Europeia e impactos na China e, consequentemente, nos fornecedores de matérias-primas para o sudeste e sul fabris asiáticos (a Ásia vem se tornando a fábrica do mundo, como a Inglaterra fora nos anos de Revolução Industrial e Império¹¹³) e os países periféricos, trouxeram o fim do neoliberalismo? Aqui, de antemão, sinaliza-se uma resposta: o neoliberalismo é essencial para ampliar ou criar as vulnerabilidades sociais, sobretudo por produzir Estado de Exceção, que também pode ser caracterizado como "fascismo social".

¹¹² Caso se queira compreender o processo de regulação e o papel do Estado nele, não se pode apenas conceber o aparelho de Estado em sentido restrito, mas enquanto Estado 'ampliado' como Gramsci o concebia, compreendendo todo o complexo da 'sociedade civil' (HIRSH, 2010, p. 112)

¹¹³ Um dos estímulos para esse tipo de comparação está no trabalho do livro de Arrighi (2008)

Abaixo expõe-se tratar-se o neoliberalismo um novo Regime de Acumulação, assim como o fora o Regime de Acumulação Fordista, embora, esse, de tipo desenvolvimentista. Em seguida, de forma resumida, analisa-se o neoliberalismo como um sistema normativo da sociedade capitalista, que vai além de uma perspectiva econômica, e, por fim, aborda-se sua importância na produção e manutenção das desigualdades sociais e da própria pobreza, enriquecendo uma ínfima parcela da sociedade.

As declarações sobre a possibilidade de fim do neoliberalismo começam com Stiglitz¹¹⁴ (2008), em artigo com título *O fim do neoliberalismo*, que se debaterá para tentar mostrar que o neoliberalismo não é baseado em teoria econômica, ou seja, não se enquadra como ciência econômica, e tampouco tem comprovação de seus conselhos na história recente, pois os países que seguiram seus caminhos não obtiveram o prometido crescimento econômico, senão desigualdade social ampliada. Os países da Ásia que não seguiram esses conselhos cresceram enormemente, como a China.

Aqui, pelos trópicos, Bresser-Pereira, numa reflexão exatamente sobre a crise de 2008, estava otimista e assim resumia seu próprio artigo, em 2010:

Dessa crise emergirá um novo capitalismo, embora sua natureza seja de difícil previsão. Não será financeirizado, **mas serão retomadas as tendências presentes nos trinta anos dourados** em direção ao capitalismo global e baseado no conhecimento, **além da tendência de expansão da democracia, tornando-a mais social e participativa.** (BRESSER-PEREIRA, 2010a, p. 51, grifos meus)

Embora o diagnóstico de Bresser-Pereira¹¹⁵ e sua Escola do Novo Desenvolvimentismo, assim como Stiglitz e Krugman (estes dois, agraciados com Nobel de Economia), dentre outros renomados economistas, acertem no diagnóstico que o neoliberalismo não trouxe crescimento econômico – aliás, ele ampliou a desigualdade, não seria esse o objetivo travestido promessa de crescimento? - nos países que seguiram cegamente seus ditames, desde o primeiro consenso de Washington, isto é muito

¹¹⁴ “Joseph Stiglitz percorria o mundo anunciando o ‘fim do neoliberalismo’ [...]” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 13)

¹¹⁵ Em 2013 o autor mantinha sua posição: “Terá sido essa crise suficientemente poderosa para modificar o capitalismo? Sim. A crise determinou o fim dos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1989-2008).” (BRESSER-PEREIRA, 2013)

pouco para dizer que chegou ao fim. Pior, o tornam um tanto irrelevante, pois o restringe a políticas econômicas e ao papel do Estado na economia¹¹⁶.

Contrariando essa esteira, ainda em 2009, Pierre Dardot e Christian Laval tinham uma outra linha de pesquisa mostrando que o neoliberalismo não acabou, a despeito dos descréditos das consequências das aplicações de suas políticas econômicas.

[...] Por isso, o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, isto é, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 15)

Eles argumentaram, com razão, que o neoliberalismo é muito mais do que simples recomendações de políticas econômicas ou ideologia, ele é um sistema que regula a sociedade, “um sistema normativo”, “um modo de governo”, que possui “caráter sistêmico”, enfim, que

[...] um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades com um nó de força. [...]. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. [...] o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. [...] . (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 8-16)

Ainda segundo os autores, exatamente pelo neoliberalismo não ser apenas política econômica, mas sim um sistema normativo da sociedade, é possível constatar que ainda não acabou, pois ainda rege “[...] internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não tem necessariamente consciência disso. [...]” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16), além disso, as crises, como as identificadas por Stiglitz e Bresser-Pereira, não são seu fim, porque elas “[...] não são para ele uma ocasião para limitar-se, como aconteceu em meados do século XX, mas um meio de prosseguir cada vez com mais vigor sua trajetória de ilimitação. [...]” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 8). As respostas à crise de 2008 e suas consequências não foi dada por um Estado Desenvolvimentista, no conceito de Bresser-Pereira, mas por austeridade produzida pelos Estados que tiveram papel essencial na proteção do motor e principal beneficiado do Regime Neoliberal, os

¹¹⁶ Recentemente o FMI declarou que as políticas neoliberais de austeridade fiscal foram desastrosas, o que trouxe frisson entre os economistas e no debate sobre o neoliberalismo, trazendo mais lenha para aqueles que querem matar esse sistema à força (G1.COM, 2016).

rentistas e o mercado financeiro (DARDOT e LAVAL, 2016), que, porém, Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2010a; BRESSER-PEREIRA, 2016) os coloca como líderes da coalizão neoliberal.

Mas, afinal de contas, porque é importante contextualizar a vulnerabilidade social no sistema neoliberal? Primeiro, como dito, porque ele é o sistema atual que rege o capitalismo, segundo porque é ele que condiciona a atuação do mercado, das famílias e comunidades, assim como o do Estado, assim, influenciando diretamente a relação dessas instituições com a produção e manutenção da vulnerabilidade social, já que no período anterior, com outro sistema, as condições eram outras, como as europeias da socialdemocracia ou do latino-americano nacional-desenvolvimentismo¹¹⁷.

Além dos aspectos políticos, da hegemonia de da fração de classe dos rentistas e financeira no bloco do poder (POULANTZAS, 1977 (1968); POULANTZAS, 1985 (1978)), do aspecto econômico que trata do capitalismo financeirizado sob preponderância do mercado mundializado (CHESNAY, 2002), sob o aspecto social, que tem, evidentes repercussões sob os dois outros aspectos, é importante mencionar as mudanças que o neoliberalismo traz nos aspectos sociais e subjetivos.

Dardot e Laval (2016) vão falar que no aspecto subjetivo há a formação de um novo sujeito¹¹⁸, assim como novas patologias psíquicas e no Brasil há uma grande contribuição nos trabalhos de Vladimir Safalfe, Christian Dunker e Maria Rita Kehl, especialmente; quanto ao aspecto social, os autores vão dizer que “[...] individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres [...]” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16). É na

¹¹⁷ Assim como há Estados Desenvolvimentistas, há variações de Estados e sociedades Neoliberais, porém aqui não é o propósito de avaliar tais peculiaridades. No Brasil há um grande debate sobre que forma de neoliberalismo existe, havendo aqueles que dizem que com os governos petistas se encerrou a Era Neoliberal inaugurando-se o social-desenvolvimentismo (KUGELMAS e SALLUM JUNIOR, 2004), assim como outros vão dizer que o Brasil viveu foi o social-liberalismo (BOITO JUNIOR, 2003; FILGUEIRAS, 2006; RODRIGO, 2013). Um amplo debate pode ser analisado em revistas especiais sobre o tema, como a Revista Economia e Sociedade nº 21 de dezembro de 2012, o também número especial da Serviço Social & Sociedade, nº 12, de dezembro de 2012 e a Revista Estudos Avançados, da USP, volume 26, nº 75 de agosto de 2012, salientando que a maior parte dos artigos das revistas da USP e Unicamp tratam da perspectiva econômica.

¹¹⁸ É essencial para eles a linha foucaultiana do biopoder, expressa na obra Nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 2008b; FOUCAULT, 2008) e em outras, assim entendem a governamentalidade como “[...] conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para os outros. É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18-19).

dinamização do aspecto social que reside a potência do neoliberalismo, já que com tal individualização há um enfraquecimento da ação social trazendo alguns fenômenos típicos:

As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir às destruições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 9)

A um só tempo o neoliberalismo desmobiliza as próprias resistências organizadas, ao menos àquelas organizadas de forma mais tradicional enquanto vigia o Regime Fordista, o que caracteriza o neoliberalismo como um caráter antidemocrático, estabelecendo uma era pós-democracia¹¹⁹, isso porque:

[...] o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle mesmo sob a forma de sufrágio universal. [...]. Esse sistema fechado impede qualquer auto-correção de trajetória, em particular em razão da desativação do jogo democrático e até mesmo, sob certos aspectos, da política como atividade. O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democracia. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 8)

Para a Teoria da Regulação quando “[...] um regime de acumulação entra em colapso, a arquitetura das formas institucionais é diretamente afetada.” (BOYER, 2009, p. 81), assim, para reconfigurar a Acumulação de Capital e impedir que ela exploda pelas contradições que o regime anterior apresentava, essas mudanças são implementadas, o que aqui entende-se como o Estado de Exceção Permanente agindo, não apenas em seu sentido jurídico e em especial, com a elevação do punitivismo que ocorre em alterações legais ou inovações legislativas.

¹¹⁹ Não é por acaso que surgem livros com o título “Em defesa da política” (NOGUEIRA, 2001) ou ainda com o título “Como conversar com um fascista” (TIBURI, 2015).

7 POLÍTICA MACROECONÔMICA BRASILEIRA NEOLIBERAL

Como parte fundamental do neoliberalismo está a sua macroeconomia¹²⁰. Fundamental porque é ela quem regula a destruição dos recursos, por meio de sua incidência hegemônica sobre o orçamento público¹²¹, ao influenciar a própria acumulação do capital financeirizado, ao estabelecer os preços principais da economia e ser ao responsável por criar expectativas nos empresários.

Assim, esse espaço é dedicado à exposição simplificada dos pressupostos teóricos fundamentais da atual política macroeconômica brasileira (política fiscal, cambial e monetária) consolidada no tripé macroeconômico: Regime de Metas para Inflação (RMI), câmbio flutuante¹²² e superávit primário. Nesse modelo o Banco Central é a principal arena decisória da gestão política macroeconômica, subordinando as demais. É essencial para o seu funcionamento a definição da política macroeconômica como uma questão técnica, na qual o político não deve imiscuir, como se o governo que é eleito não tivesse o poder de alterar a política macroeconômica, é por isso que uma das exigências da macroeconomia neoliberal se constitui na tese da autonomia do Banco Central, transformando numa espécie de agência reguladora, tendo seu presidente eleito fora das instâncias democráticas e ainda contando com um regime e metas não definíveis na política econômica do governo eleito.

A função do Regime de Metas é o controle da inflação, a do câmbio flutuante, o equilíbrio automático – através dos mecanismos reguladores de mercado – do Balanço de Pagamentos e o

¹²⁰ O próprio Boyer (2009), ao definir o “conjunto das regularidades que garante uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, elabora um quadro destacando a questão macroeconômica: “Das formas institucionais à macroeconomia”

¹²¹ “A dinâmica particular que vemos agora [...] é que além dos salários relativamente baixos e do endividamento das famílias e das empresas, os sistemas de gestão financeira que aplicam as grandes fortunas desenvolveram um mecanismo de apropriação dos nossos impostos por meio da dívida pública.” (DOWBOR, 2017, p. edição kindle)

¹²² Na prática o câmbio flutuante faz com que a definição desse preço fundamental da macroeconomia esteja relegada às oscilações da demanda e oferta de moeda estrangeira e nacional para fazer frente às necessidades de trocas internacionais e pelas definições e apostas especulativas do próprio mercado, que é o Soberano sobre esse preço. Nesse mercado estão representados os interesses dos capitais internacionais, sobretudo dos grandes capitais, que podem fazer ataques especulativos e derrubar a economia como um todo. Ademais, como diversos economistas demonstra, em especial, os filiados à perspectiva novo-desenvolvimentista, a opção dos governos brasileiros em aderir aos dogmas dos Consensos de Washington, de crescer com poupança externa torna a moeda nacional parcialmente sobrevalorizada, o que traz uma competição desmedida em relação ao produto industrial importado, desestimulando a produção internamente, contribuindo para a desindustrialização e uma nova recolocação do país na divisão do trabalho, regredindo para uma economia que está centrada na exportação dos produtos primários para os centros industriais (SERACINSKIS JUNIOR, 2015).

superávit primário exige que receitas fiscais sejam maiores do que despesas fiscais¹²³, antes da amortização de gastos financeiros com a dívida pública, garantindo-se assim a estabilidade macroeconômica, comandada pelo controle da inflação.

O RMI tem preponderância sobre os demais componentes do tripé e os condiciona fortemente, isso por conta dos seus pressupostos teóricos: (i) a base é a teoria das expectativas racionais¹²⁴ (SARGENT e WALLACE, 1974) que pressupõe que os agentes econômicos têm amplo acesso às informações (do governo e do mundo dos negócios) e ao usá-las racionalmente, olham para o passado e presente e conseguem gerar expectativas sobre a inflação para o futuro, que guiarão suas ações (SANDRONI, 2005); ação racional basicamente significa que os indivíduos agem em busca da maximização dos seus benefícios, o que na prática, institucionaliza enquanto base da ação macroeconômica do Estado o próprio individualismo.

Para a teoria Novo Clássica, que é a base do RMI, a intervenção governamental causa surpresas e induz os agentes a erros, suas ações têm viés inflacionário, portanto, não devem atuar discricionariamente, busca-se com isso evitar que o governo procure afetar variáveis reais da economia, como emprego, para lhe retornar mais votos – populismo do ciclo eleitoral. O Político e a Democracia são considerados fatores de ineficiência macroeconômica

Deve sim atuar estritamente sob regras amplamente conhecidas (ii) e não agir sobre variáveis reais, pois causa inflação. A explicação das causas da inflação pela ação governamental é dada a partir de outro modelo, (iii) a NAIRU (*non-accelerating inflation rate of unemployment*) que faz uma relação entre níveis de desemprego e de inflação (ARESTIS e SAWYER, 2006): quando o nível de

¹²³ Para garantir isso, o chamado ajuste fiscal é fundamental e uma de suas bases é plexo austeridade. Por trás dessa ideia está diversas simplificações, como a de comparar a economia de uma casa a economia de um Estado. Se há alguém desempregado em uma família, basta cortar gastos para equilibrar o orçamento; no caso do Estado, corte de gastos pode ser fechar escolas, hospitais, postos de saúde, corte de funcionários públicos etc. Blyth ajuda a esclarecer o mito da austeridade, explicando como que a austeridade imposta pelo “mercado” à Europa tinha toda relação com pagar os problemas causados pela crise do Euro nos bancos, além disso, demonstra qual é o problema maior da austeridade, o impacto desigual na sociedade.: “[...] os efeitos da austeridade são sentidos de forma diferente através da distribuição do rendimento. Os que estão na base da distribuição de renda perdem mais do que os que estão no topo pela simples razão de que os que estão no topo dependem menos de serviços produzidos pelo governo e podem dar-se ao luxo de perder mais porque, desde logo, têm mais riqueza.” (BLYTH, 2017, p. 31)

¹²⁴ “As decisões ‘racionais’ do ponto de vista microeconômico prestam homenagem às falácias de composição que infestam os modelos macroeconômicos: o que parece bom para o ‘agente individual’, seja ele empresa, banco ou consumidor, é danoso para o conjunto da economia.” (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017, p. 165)

desemprego fica abaixo da chamada taxa natural de desemprego, há aumento da inflação e vice-versa e os políticos, tentando se manter no poder, buscam elevar o emprego.

Assim, para evitar que ações do governo gerem inflação, a macroeconomia neoliberal propõe que a autoridade monetária, o banco central crie as (iv) regras claras e de gestão da política monetária, que não frustre as expectativas racionais, para tanto são necessários um (v) banco central com alta credibilidade¹²⁵ e independente¹²⁶ e o RMI.

A política fiscal é ineficaz (vi) ou pelos seus efeitos inflacionários, no caso do governo financiar a dívida pública com emissão de moeda, ou porque sua ação é demorada demais, por passar pelo processo legislativo: a única função fiscal do governo seria manter o orçamento equilibrado, para evitar frustrar as expectativas racionais dos seus financiadores, deve, portanto, manter a confiança para conseguir continuar o financiamento da dívida pública.

A política macroeconômica fica, dessa forma, centrada no controle da inflação, sendo seu responsável o Banco Central, as demais políticas macroeconômicas estão submetidas a esse objetivo maior. O Banco Central do Brasil já tem sob sua responsabilidade a política monetária e cambial, com as mudanças institucionais macroeconômicas de 1999, ficou o responsável também pela gestão do RMI, configurando-se, portanto, como a principal arena decisória da política macroeconômica.

O impacto de uma política macroeconômica neoliberal, em especial, como configurada no Brasil, se dá na definição da distribuição orçamentária, em especial na distribuição dos gastos sociais em relação aos gastos financeiros, mas também em relação aos investimentos e gastos com a máquina

¹²⁵ A necessidade de credibilidade da autoridade monetária pode também ser vista, criticamente, como um processo de construção de confiança, submetendo a política monetária aos interesses dos agentes relevantes que não podem ter suas expectativas frustradas (BRESSER-PEREIRA, 2001).

¹²⁶ “A política monetária é empreendida por meio do regime de metas de inflação (RMI), o qual requer que os bancos centrais concentrem-se na inflação como um indicador de quando adotar uma política monetária expansionista ou contractionista; esta política deveria ser operada por bancos centrais independentes, **cujas decisões e ações não deveriam ser afetadas por políticos nem pelo Tesouro**” (ARESTIS, 2003, p. 5 - grifos). “a política monetária não deve ser conduzida por políticos, mas sim por especialista (banqueiros, economistas ou outros) na forma de um banco central “independente” (ARESTIS e SAWYER, 2006, p. 95 - grifos). Há uma já grande discussão teórica sobre o tema, que está ainda em disputa. Desde a implementação do RMI, os presidentes do Banco Central eram pessoas do alto escalão de grandes bancos ou mesmo de empresas gestoras de ativos do mercado financeiro, Armínio Fraga e Henrique Meireles seriam os nomes paradigmáticos desta situação. A definição do valor da Taxa SELIC e a própria definição dos índices que remuneram a dívida, bem como a gestão da dívida pública como um todo é de fundamental importância para a valorização do capital financeiro. A respeito da disputa em torno da independência do Banco Central e o papel da dívida no capitalismo financeiro, veja-se: (GARAGORRY, 2004; GARAGORRY, 2007; OLIVEIRA, 2009)

estatal. A presidência do Banco Central, bem como a composição de sua Diretoria é de especialistas oriundos do mercado financeiro, o que, dentro dessa estrutura acima narrada, faz com que o mercado seja o Soberano da política macroeconômica. Não por acaso o Relatório Focus que pauta as decisões sobre do BC, faz uma pesquisa das expectativas do mercado sobre variáveis e contexto macroeconômico. O importante é que suas expectativas não sejam surpreendidas e o BC esteja em compasso com elas. A consequência lógica disso é que, o orçamento público já possui uma amarração com tais pressupostos, portanto, o Estado está a eles condicionados.

Na perspectiva deste trabalho, uma política macroeconômica neoliberal não ocorre sob ilegalidade, sob o Estado de Exceção formal/legal, no qual há a suspensão do Direito, tampouco no Estado de Exceção como conceituado por Agamben, mas é parte constituinte do regime de regulação neoliberal e atende às necessidades da própria Acumulação. As definições de taxa de juros, taxa de câmbio, seguindo esse padrão macroeconômico têm como consequência uma série de implicações na Balança de Pagamentos, no endividamento das famílias, nas políticas de austeridade e todo um encadeamento que a política econômica gera na sociedade, que pode leva ao estabelecimento de situação de Estado de Exceção à sociedade, claro que sendo distribuído de forma desigual.

A partir de 2011 [...] tem início uma trajetória de aumento da dívida que, em 2014, beirava os 60% do PIB e, em 2015 e 2016, saltou rapidamente para os 70% do PIB - resultado de duas fortes retrações anuais seguidas, fato sem precedentes no país. Tal escalada culminou em um déficit primário de 154 bilhões em 2016, abrindo espaço político para soluções radicais na contramão da redução da pobreza e das desigualdades, que vão no sentido de cortar, a curto prazo, programas sociais e reduzir o tamanho do Estado a médio prazo. Tais gastos já significavam, em 2016, a redução de 13 pontos percentuais em relação ao espaço fiscal ocupado pelos gastos sociais de anos anteriores, num retorno repentino para níveis de 2001. Trata-se de um retorno de 17 anos de priorização de investimentos sociais contra desigualdades. A Oxfam Brasil realizou cálculos da fatia do gasto social para o setor público, revisitando dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Considerando os principais gastos sociais – previdência, assistência, saúde e educação, o Brasil gastou, em 2016, 22,8% de seu PIB. Desse total, 12,25% (54% do total) foram para benefícios previdenciários, enquanto 1,55% (cerca de 7% do total) foi para assistência. Estes dois gastos formam, em sua maioria, as transferências diretas dos governos para a população. Considerando a provisão pública em saúde e educação, os chamados gastos não monetários, suas proporções foram de 3,98% e 5,01% do PIB respectivamente. (OXFAM BRASIL, 2018)

A pobreza, miséria e a desigualdade social são os frutos mais visíveis desse tipo de política macroeconômica enquanto gera enriquecimento do topo da pirâmide, bem como abre oportunidades para o capital estrangeiro em seu processo de valorização próprio da acumulação financeirizada. Buscar entender as consequências desse processo ajuda a retirar o entendimento que o Estado de Exceção

ocorre apenas em termos jurídicos, sempre ligado ao par Estado de Direito – Estado de Exceção, ou mesmo no entendimento de Agamben, abrindo, portanto, um caminho para pesquisas que possam trazer uma relação mais objetiva entre o processo de Acumulação e a política econômica.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tentativas de Agamben de restabelecer a ideia de Estado de Exceção ajudam a identificar, no cotidiano, situações de Exceção que anteriormente não poderiam ser assim identificadas, porque ocorriam fora da esfera de uma figura política, o Soberano, que decretasse a suspensão do Direito até o restabelecimento da normalidade. Modernamente, tal situação sempre foi positivada, inclusive, nas Constituições dos Estados. O Estado de Exceção Permanente, como colocado por ele, pode ser identificado como padrão de gestão dos governos e mesmo em situações cotidianas, como o nosso sistema prisional e não apenas pela lógica penal, antes, pela lógica do Estado de Exceção. Em especial, ao definir o inimigo com uma elaboração mais complexa, o *homo sacer*, contribui ainda mais para entender que a perseguição e regulação do inimigo ocorre em situação de uma espécie de não direito, com reconfigurações de novos campos de concentração no sentido que significam para Agamben e não como reproduções perfeitas da experiência histórica. As prisões brasileiras, sob a qual foi declarado haver um “Estado de Coisas Inconstitucional”, é um exemplo.

Já a questão do Soberano, como a figura do Führer, necessita ser reconfigurada, como o demonstrado pois o Führer tinha recebido plenos poderes do Parlamento, era uma figura ditatorial e era o chefe do Estado Alemão, o que faria retornar às concepções de Schmitt, na qual é necessária uma autoridade, imbuída de plenos poderes, para definir a exceção, salvar a ordem etc. Tanto Valim quanto Serrano contribuem para o entendimento mais realista dessa figura, quando eles deslocam a figura do Soberano do Executivo para o juiz, ou para o próprio Neoliberalismo.

Assim, analisando a realidade atual, diante das enormes mudanças de EE que vem ocorrendo a partir do golpe de 2016, com a deposição da presidenta eleita sem haver constatação de crime de responsabilidade em processo de impeachment, é quase intuitivo analisar a situação atual como a de um Estado de Exceção ou de Medidas de Exceção, algo que outrora alcançava apenas os inimigos da sociedade, os vulneráveis, os pobres, negros e negras, as mulheres, os despossuídos, agora tem também um corte ideológico da Exceção, como foi também na ditadura militar, em outros níveis, por enquanto, alcançando os inimigos políticos mais amplos do sistema.

Os exemplos são fartos, porém, bastam três paradigmáticos, além do próprio impeachment, para que essa narrativa faça sentido: o fim da presunção de inocência após julgamento do Supremo

Tribunal de Justiça autorizando prisão após condenação em Segunda Instância, mesmo não tendo sido encerrados todos os recursos jurídicos do réu; a operação lava-jato e a intervenção militar na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. São claras e flagrantes ações contrárias ao Estado de Direito, à Constituição, aos Direitos Humanos, aos Tratados Internacionais aos quais o país é signatário.

Juridicamente para que o Estado de Exceção se configure é necessário o enquadramento em um dos casos previstos na Lei; em diversos países há previsão legal para que isso ocorra ou leis que expressem quando e como pode haver Estado de Exceção. Neste caso, as medidas tomadas pelo governo Bush após os atentados de 11/9/2001 é a paradigmática.

No caso dos abusos da operação Lava-Jato, a autorização, pelo STF, de prisão após condenação em Segunda Instância e mesmo o impeachment são situações nas quais o judiciário joga papel essencial. No caso da operação Lava-Jato, o desembargador do TRF-4 define que o caso se trata de um Estado de Exceção e suspende, ele mesmo, o próprio direito, como o direito à privacidade de correspondências, dentre outros. Além disso, toda a operação lava-jato funcionou sob as construções do amigo, o super-herói, e o inimigo, o *homo sacer*, em especial na figura do ex-presidente Lula. Porém, diferente da concepção de Agamben, como proposto pela pesquisa, *homo sacer* é entendido não apenas como “vida matável” fisicamente, mas “matável” política e simbolicamente.

Como levantado numa breve análise do caso concreto no capítulo II, a prisão do ex-presidente Lula exemplifica o Direito Penal do Inimigo na perseguição política e ideológica. Por outro lado, sua prisão, impossibilitando sua candidatura e volta ao poder atende às modificações necessária à Acumulação – não que seus governos e do seu partido estivessem em confrontação frontal com ela - no sentido de destruir os obstáculos para criar novas oportunidade de valorização do capital estrangeiro, redução dos custos da força de trabalho, e a ampliação do Direito Penal do Inimigo, legitimando as práticas das violências institucionais para a manutenção da ordem necessária aos negócios capitalistas.

Assim como nos casos do assassinato da polícia militar nas periferias que recebiam a proteção jurídica e legitimação pelo Auto de Infração e que agora, pelas propostas do novo governo, seriam definitivamente legalizadas, ou no caso da perseguição política, as figuras do Sistema de Justiça e da mídia na construção da figura do amigo e inimigo, cumprem o papel de Soberano, um pouco além do

que definiu Pedro Serrano no estabelecimento do Estado de Exceção. Porém essas figuras com plenos poderes e que emanam em si a lei, como disse Agamben, cumprem a função dada pelo regime de acumulação neoliberal. Portanto, as alterações da forma jurídica podem ocorrer estabelecendo Exceções ou, no lugar delas, por meio de alteração da lei ou de sua interpretação pelo judiciário, conforme as condições sociais e históricas e as necessidades da própria Acumulação.

Por fim, essa pesquisa buscou contribuir no entendimento do Estado de Exceção como figura permanente, mas em função da Acumulação de Capital, postulado que deve ser aprofundado com outras pesquisas: na demonstração do vínculo entre as noções básicas aqui expostas e em pesquisas empíricas que busquem testar essas ideias por meio de hipóteses, tanto nos casos mais gerais do país, quanto em perspectiva comparada.

ANEXO I: INDICAÇÕES HISTÓRICAS DO ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE NO BRASIL

Reúne-se aqui algumas legislações criadas ou alteradas que implementaram ou reforçaram o punitivismo, por exemplo, a Lei de Crimes hediondos que ampliam punição ou restringe garantias e tratamentos mais benéficos para determinados tipos de crimes, o que os tornam crimes mais graves, digamos. Também aponta-se situações críticas que representaram marcos na história do país em termos de violência ou mesmo Estado de Exceção Permanente, como o assassinato em massa no Presídio do Carandiru cujos assassinos não foram punidos, em decisão recente da justiça ou as rebeliões dos presídios que representam não apenas a revolta dos presos com as condições de um “Estado de Coisas Inconstitucional” do sistema carcerário, mas a formação e desenvolvimento e disputas do crime organizado criado nos presídios, assim como algumas das ações das Forças Armadas na execução das GLO. Aponta-se também alguns números da Audiência de Custódia que, embora aconteça sob condições criticáveis, demonstra a quantidade de prisões revertidas; da mesma forma foi também selecionada a alteração do Código de Processo Penal que proíbe algemar mulheres grávidas nos procedimentos médicos necessários e no próprio parto para demonstrar a situação deplorável que a alteração vem demonstrar, porém, não tentando trazer com isso uma conquista civilizatória, conforme colocação crítica aqui defendida quando ao Estado de Direito e direitos sociais positivados.

Tabela 2: Ações e acontecimentos políticos, criação ou modificações legislativas indicativas do Estado de Exceção Permanente

Ano	Ações e acontecimentos políticos, criação ou modificações legislativas
1990	
	LEI 8.072 DE CRIMES HEDIONDOS
1992	
	MASSACRE CARANDIRU
1993	
	ASSASSINATOS NA CANDELÁRIA
1996	
	ABRIL, ELDORADO DO CARAJÁS
1999	

	LEI COMPLEMENTAR 97 QUE ESPECÍFICA O EMPREGO DE F.A. PARA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)
2001	
	24/8, DECRETO Nº 3.897 REGULA GLO
	11/9, ATAQUE TERRORISTA AOS EUA E GUERRA AO TERROR
2002	
	JANEIRO, REBELIÃO PRESÍDIO DE PORTO VELHO (RO)
2003	
	LEI 10.792, MINI REFORMA LEP, ESPECIALMENTE RDD: HTTPS://WWW.IBCCRIM.ORG.BR/ARTIGO/6223-NACIONAL-ALTERACOES-A-EXECUCAO-PENAL-PRIMEIRAS-IMPRESSOES
	LEI 10.792, REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD)
2004	
	MAIO, REBELIÃO BENFICA (RJ)
2005	
	SALVE GERAL PCC
	MAIO, RETALIAÇÃO E MASSACRE, MÃES DE MAIO
2006	
	MAIO, REBELIÃO PRESÍDIO FEDERAL CATANDUVAS
	DEZEMBRO, REBELIÃO PRESÍDIO FEDERAL DE CAMPO GRANDE
	LEI 11.343, LEI DE DROGAS
2007	
	PRIMEIRA INVASÃO DAS FORÇAS ARMADAS NOS MORROS DO RJ
2008	
	CRISE FINANCEIRA DO SUBPRIME
	MAIO, REBELIÃO PRESÍDIO FEDERAL DE PORTO VELHO
	DEZEMBRO CRIAÇÃO DO PROJETO UPP
2009	
	JULHO, PRESÍDIO FEDERAL MOSSORÓ
	DESPACHO DE SERGIO MORO PRORROGANDO ESCUTA EM PARLATÓRIO POR MAIS 180 DIAS
	PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE (PSV Nº 30/2009) PARA NÃO EQUIPARAR O TRÁFICO DE DROGAS AO TRATAMENTO PENAL DE CRIME HEDIONDO (LEI 8.072/1990)
2010	
	JANEIRO, REBELIÃO PEDRINHAS (MA)
	SEGUNDA INVASÃO DAS FORÇAS ARMADAS NOS MORROS DO RJ
	JANEIRO, PINHEIRINHO
2011	
	LEI 12.403, ALTERA CPP, CRIA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA
2012	
	REINTEGRAÇÃO DE POSSE VIOLENTA EM PINHEIRO-SP
2013	
	JUNHO, MANIFESTAÇÕES/COPA DAS CONFEDERAÇÕES
	JULHO, CASO AMARILDO

	MANIFESTAÇÕES “NÃO VAI TER COPA”
	LEI 12.850, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSAS
2014	
	COPA
	TERCEIRA INVASÃO DAS FORÇAS ARMADAS NOS MORROS RJ
	LEI FEDERAL 13.022, ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS: PORTE DE ARMA E CARGO EM COMISSÃO PREENCHIDO POR MEMBROS DO EFETIVO E CARREIRA, CONTROLE EXTERNO E INTERNO E TAMANHO DA FORÇA DE GUARDA. ENTRA EM VIGOR APÓS 2 ANOS, EM 2016
2015	
	JANEIRO, VILA SOMA RESISTE À REINTEGRAÇÃO DE POSSE
	MANIFESTAÇÕES A FAVOR E CONTRA IMPEACHMENT
	DADOS DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA EM 2015 (6/2017 - CNJ) 258.485; LIBERDADE: 115.497 (44,68%) ;PRISÃO PREVENTIVA: 142.988 (55,32%); ALEGAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ATO DA PRISÃO: 12.665 (4,90%)
2016	
	MARÇO, LEI Nº 13.260 LEI ANTITERRORISMO
	ABRIL, PRESIDENTA DILMA É AFASTADA
	MANIFESTAÇÕES FORA TEMER
	OLIMPÍADA
	AGOSTO, GOLPE DO IMPEACHMENT
	LEI Nº 13.257 ALTERA CPP, MODIFICANDO PRISÃO DOMICILIAR (GESTANTE, MÃE DE MENOR DE 12 OU PAI COMO ÚNICO RESPONSÁVEL DE MENOR DE 12 ANOS.
	AGO GLO RN/NATAL - OPERAÇÃO POTIGUAR
2017	
	JANEIRO, REBELIÃO MANAUS
	JANEIRO, REBELIÃO BOA VISTA (RR)
	JANEIRO, REBELIÃO ALCAÇUZ (RN)
	JAN GLO RN/NATAL - OPERAÇÃO POTIGUAR II
	FEV GLO ES/VITÓRIA - OPERAÇÃO CAPIXABA
	DEZ GLO RN/NATAL - OPERAÇÃO POTIGUAR III
	ALTERAÇÃO CPP, PROIBIÇÃO USO DE ALGEMAS MULHERES GRÁVIDAS: "ART. 292, PARÁGRAFO ÚNICO, CPP. É VEDADO O USO DE ALGEMAS EM MULHERES GRÁVIDAS DURANTE OS ATOS MÉDICO-HOSPITALARES PREPARATÓRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO PARTO E DURANTE O TRABALHO DE PARTO, BEM COMO EM MULHERES DURANTE O PERÍODO DE PUERPÉRIO IMEDIATO."
	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA (2015 - 6/2017 - CNJ) 258.485; LIBERDADE: 115.497 (44,68%) ;PRISÃO PREVENTIVA: 142.988 (55,32%); ALEGAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO ATO DA PRISÃO: 12.665 (4,90%)
2018	
	INTERVENÇÃO MILITAR RJ
	ABRIL, REBELIÃO BELÉM (PA)
	MAIO, SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA SUSP

	JUNHO, CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
	GLO RN/NATAL
	PRESIDENTE ELEITO E ALGUNS GOVERNADORES ELEITOS PROMOTEM RECRUDESCIMENTO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO, INCLUSIVE LEGITIMANDO O ASSASSINATO DE SUSPEITOS REALIZADOS POR POLICIAIS EM SERVIÇO
2019	
	DECRETO PRESIDENCIAL Nº. 9.685 QUE FLEXIBILIZA CONDIÇÕES PARA O PORTE DE ARMA
	MINISTRO DA JUSTIÇA PROPÕE UMA SÉRIE DE ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS PENAIIS RECRUDESCENDO O PUNITIVISMO

Fonte: elaborado pelo autor

OBRAS CITADAS

ADORNO, L. Entrevista de Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo. UOL-Cotidiano, São Paulo, 24 agosto 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>>. Acesso em: 31 janeiro 2018.

AGAMBEN, G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALBUQUERQUE, J. A. G. Montesquieu, sociedade e poder. In: WEFORTT, F. C. Os clássicos da política. 14a. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 111-120.

ALVES, A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. D. Carl Schmitt: um teórico da exceção Sob o estado de exceção. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 105, p. 225-276, jul./dez. 2012.

ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao feudalismo. 5^a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E.; (ORGANIZADORES) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. 8a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

AQUINO, R. S. L. D. História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. 42a. ed. São Paulo: Ao livro Técnico, 2003.

ARCARY, V. Bernstein e o "método alemão". Estratégia gradualista na controvérsia sobre reforma e revolução da II Internacional. *Projeto História*, São Paulo, n. 30, p. 169-188, 2005.

ARESTIS, P. Uma Avaliação Crítica das Políticas Econômicas do Novo Consenso Macroeconômico. In: *AKB Dossiê da crise IV: A economia brasileira em encruzilhada*. 9: [s.n.], 2003. p. 2.

ARESTIS, P.; SAWYER, M. Políticas macroeconômicas da união econômica e monetária: fundamentos teóricos e desafios. In: *GROCCO, M.; JAYME JR., F. G. Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. [S.l.]: [s.n.], 2006. p. 93-132.

ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARTHUR, C. J. Introdução à teoria geral do direito e o marxismo. In: *PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)*. São Paulo: Editora Sunderman, 2017. p. 23-50.

BAHO, H. A influência de Max Weber na Constituição de Weimar e o semipresidencialismo português como sistema político de transição. *Análise Social*, v. XXXI, n. (138), p. 777-802, 1996.

BALDI, C. Estado de sítio. In: *BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 413-415.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BERCOVICCI, G. Entre o Estado Total e o Estado Social. Atualidade do debate sobre direito, Estado e economia na República de Weimar. São Paulo: Tese de livre-docência. Departamento de Direito Econômico da Faculdade de Direito da USP, 2003.

BERNSTEIN, E. Problemas del socialismo. In: *BERNSTEIN, E. Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, [1899] 1982. p. 3-92.

BETHENCOURT, F. Racismos: das Cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BLACKBURN, R. Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1991] 1992.

BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. Acerca de la reciente discusión marxista sobre el análisis de la forma y función del estado burgués. Reflexiones sobre la relación entre política y economía. In: BONNET, A.; PIVA, A. Estado y Capital. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017. p. 589-656.

BLYTH, M. Austeridad. A história de uma ideia preguiçosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BODIN, J. Seis livros da República. In: CHEVALLIER, J.-J. As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista, Rio de Janeiro, v. 17, 2003. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo98critica17-A-boito.pdf>. Acesso em: 17 maio 2013.

BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 14^a. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BONNET, A.; PIVA, A. Estado y Capital, el debate alemán sobre la derivación del Estado. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

BONNET, A.; PIVA, A. Prólogo. In: BONNET, A.; PIVA, A. Estado y Capital, el debate alemán sobre la derivación del Estado. Edição Digital. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017. p. 9-26.

BOURDIEU, P. Sobre o Estado. cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BOYER, R. Teoria da Regulação: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BRAND, U.; WISSEN, M. Crisis socioecológica y modo de vida imperial. Crisis y continuidad de las relaciones sociedad-Naturaleza en el capitalismo. In: ANONIMO Alternativas al capitalismo y colonialismo. Ecuador: Fundación Rosa Luxemburgo, 2013. p. 446-484.

BRASIL. Código de Processo Penal, Decreto-lei nº. 3.689. Rio de Janeiro: [s.n.], 1941.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 outubro 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 setembro 2010.

BRASIL. Decreto 9.685. Brasília: [s.n.], 2019.

BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso Extraordinário 806.339. Relator MIN. MARCO AURÉLIO: Brasília, 05/04/2014, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Incompetência e Confidence Building por trás de 20 anos de quase estagnação da América Latina. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 1 (81), p. 141-166, janeiro-março 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da independência. In: TOLEDO, C. N. D.; (ORGANIZADOR). *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005. p. 201-232.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. nº3, p. 5-24, jul./set; 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos CEBAP*, São Paulo, n. 86, p. 51-72, março 2010a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Structuralist Macroeconomics and the New developmentalism. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 3 (128), p. 347-366, julho-setembro 2012. Versão em português sob o título *Macroeconomia estruturalista e novo desenvolvimentismo*, disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 31/08/2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Cinco anos depois. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 outubro 2013. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5471>>. Acesso em: 17 junho 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Developmental capitalism and the developmental state*, 2016. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=6391>>. Acesso em: 17 junho 2016.

CALDAS, C. O. *A teoria da derivação do Estado e o do direito*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional. 6ª. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARNOY, M. Estado e teoria política. 17ª. ed. Campinas: Papirus, 2014.

CASARA, R. O estado pós-democrático: neobscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista Outubro, São Paulo, n. 5, 2001.

CHESNAY, F. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. nº 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CHEVALIER, J. J. As grandes obras políticas de Maquiável aos nossos dias. 2a. ed. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1966.

CODATO, A.; PERSSINOTTO, R. O Estado como instituição. In: CODATO, A.; PERSSINOTTO, R. Marxismo como ciência social. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 35-62.

DALARI, D. D. A. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAROSSO, F. P. A consolidação do Estado Imperial brasileiro e a execução da lei de terras de 1850 na província de Santa Catarina. XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: [s.n.]. 2017.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

DEPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias - atualização - junho 2016. Brasília: DEPEN, 2017.

DINIZ, E.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio, São Paulo, n. nº 321, abril 2013.

DOBB, M. H. A evolução do capitalismo. Os Economistas. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOUTRINA de choque. Direção: M. Whitercross e M. Winterbottom. Intérpretes: Naomi KLEIN. [S.l.]: [s.n.]. 2009.

DOWBOR, L. A Era do Capital improdutivo. A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DULCE, M. J. F. Neoliberalismo Versus Democracia. In: ARAUJO, A. R. D.; D'ABROSO, M. J. F. Democracia e neoliberalismo. O legado da Constituição de 1988 em tempos de crise. Salvador: Editora JusPodivm, 2018. p. 23-38.

DUNKER, C. Mal-estar, sofrimento e sintoma. São Paulo: Boitempo, 2015.

EDELMAN, B. A legalização da classe operária. São Paulo: Boitempo, 2016.

EUROSTAT. Estatísticas da migração e da população migrante. [S.l.]: EUROSTAT, 2018.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, abril 1993.

EVANS, R. J. A chegada do Terceiro Reich. 3ª. ed. São Paulo: Planeta, 2016a.

EVANS, R. J. O Terceiro Reiche no Poder. 3ª. ed. São Paulo: Planeta, 2016b.

EVANS, R. J. O Terceiro Reich em guerra. 3ª. ed. São Paulo: Planeta, 2016c.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. M. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLASCSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2006. p. 179-206. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 15 agosto 2012.

FILHO, S.; ALFREDO. Brasil: neoiberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

FONSECA, F. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. A história da loucura. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, M. Des supplices aux cellules, entretien avec R.-P. Droit, Le Monde, no 9363, 21 février 1975, p. 16. À l'occasion de la parution de Surveiller et punir. Texto 151. In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos. Vol. II - Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. 3ª. ed. São Paulo: Editorial: Forense universitária, 2013.

FRANK, A. G. Capitalism and development in Latin America. New York: Monthly Review Press, 1969.

G1.COM, P. FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade. Portal g1.com, 31, maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html>>. Acesso em: 14 junho 2016.

GAGNEBIN, J. M. Apresentação. In: AGAMBEN, G. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008. p. 25-48.

GARAGORRY, J. A. S. A independência do Banco Central em debate. Lutas Sociais, São Paulo, n. 11/12, 2004.

GARAGORRY, J. A. S. Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980 – 2006), 2007. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4689>. Acesso em: 03 abril 2009. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP.

GARDUCCI, L. G. O conselho nacional de justiça a partir do modo de regulação brasileiro no pós-fordismo: uma análise à luz da teoria da derivação. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

GLOECKNER, R. J. Autoritarismo e processo penal. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

GODOY, A. S. D. M. Processo Penal, Estado de Exceção e o Volksgerichtshof: o tribunal do povo da Alemanha Nazista. RBCCRIM, São Paulo, n. 127, Janeiro 2007.

GONÇALVES, G. L. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1028-1082, 2017.

HARVEY, D. O novo Imperialismo. 2ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. Revista INTERFACEHS (SENAC), 2006.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – II. Crítica Marxista, São Paulo, n. 25, 2007.

HIRSH, J. Teoria Materialista do Estado. Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSBAWM, E. J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1983.

HOBBSBAWM, E. J. A era das revoluções: 1789-1848. 19ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBBSBAWM, E. J. A era dos impérios. 10ª. ed. São Paulo: Rio de Janeiro, 2006.

HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. Hacia una teoría materialista del Estado. In: BONNET, A.; PIVA, A. Estado y Capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017. p. 81-125.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. História do pensamento econômico. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

IANNI, O. A Era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 31, n. 2 (122), p. 238-248, abril-junho 2011.

IMPÉRIO DO BRAZIL. Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1824.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. World Employment and Social Outlook: Trends 2018. Geneva: International Labour Office, 2019.

IPEA E FBSP. Atlas da violência 2018. São Paulo: IPEA e FBSP, 2018.

IPEA E FBSP. Atlas da Violência 2017. IPEA. Rio de Janeiro. 2017.

ITURRALDE, M. Castigo, liberalismo autoritário y justicia penal de excepción. 2ª. ed. Bogotá: SSiglo del hombre editores, 2010.

JAKOBS, G. Derecho penal de ciudadano y derecho penal del enemigo. In: JAKOBS, G.; NAVARRETE, M. P. El derecho penal ante las sociedades modernas: dos estudios de dogmática penal y política criminal. Lima: Editora Jurídica Grijley, 2006. p. 23-52.

JESSOP, B. The capitalist state: Marxist theories and methods. Oxford: Martin Robertson & Company Ltd, [1982] 2013.

KELSEN, H. Teoria pura do direito. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KEYNES, J. M. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, T. Keynes (Economia). São Paulo: Ática, [1926] 1983. p. 106-126.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

KUGELMAS, E.; SALLUM JUNIOR, B. Governo Lula: continuidade, avanço ou regressão? Gramsci e o Brasil, 2004. Disponível em: <www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=236>. Acesso em: 20 agosto 2012.

LANDES, D. S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Campos, 2005.

LECUONA, G. Z. Crimen sin castigo: procuración de justicia penal y ministerio público en México. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LÊNIN, V. I. U. O imperialismo, etapa superior do capitalismo. Campinas: UNICAMP, 2011.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda LOPES e Marisa Lobo da COSTA. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOSANO, M. G. Os Grandes Sistemas Jurídicos: introdução aos sistemas jurídicos europeus e extra-europeus. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOSURDO, D. Contra-história do liberalismo. Aparecida: Editora Ideias & Letras, 2005.

LOUREIRO, I. M. A Revolução Alemã, 1918-1923. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LOUREIRO, M. R. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOUREIRO, M. R. Tecnocracia y política en el Brasil de hoy. Nueva Sociedad, México, D.F., n. 152, p. 127-142, Noviembre-Diciembre 1997.

LOUREIRO, M. R. Controle político da burocracia no presidencialismo americano: uma perspectiva comparada com o Brasil. NPP/EAESP/FGV, Relatório de Pesquisa nº 7. São Paulo, p. 1-51. 2003.

LOUREIRO, M. R. A participação dos economistas no governo. Análise, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359, jul./dez. 2006.

LOUREIRO, M. R. Democracia e políticas públicas: o papel da burocracia e dos partidos políticos. In: IPEA Estado, Instituições e Democracia: democracia. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 2 - livro 9, 2010. p. 306-336.

LOUREIRO, M. R.; SANTOS, F. P. D.; GOMIDE, A. D. Á. Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 63-76, junho 2011.

LUXEMBURGO, R. A ordem reina em Berlim. Berlim: The Marxists Internet Archive, 1919.

LUXEMBURGO, R. Acumulação do capital. Estudo sobre a interoperação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACEDO JR, R. P. Carl Schmitt e a fundamentação do Direito. 2ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México D. F. : Siglo Veintiuno Editores, 1974.

MARX, K. Le 18 Brumnaire de Louis Bonaparte. In: CODATO, A.; PERSSINOTTO, R. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

MARX, K. *O Capital - Livro 1: Crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Coleção Marx e Engels. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, edição Kindle, 2013.

MASCARO, A. L. Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do Direito. In: JR., C. N. K.; JR., O. A.; MELO, T. D. *Para a crítica do Direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 45-61.

MASCARO, A. L. *Estado e a forma política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016(a).

MASCARO, A. L. *Filosofia do Direito*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016(b).

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Arte & Ensaios, revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dezembro 2016.

MELLO, L. I. A. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, F. C. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, v. I, 2006. p. 79-110.

MILL, J. S. *Ensaio sobre a Liberdade*. São Paulo: Editora Escala, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 186/MD. Brasília: [s.n.], 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Tabela de efetivos e custos da GLO no período 2010-2019*. Brasília: [s.n.], 2019.

MINSKY, H. P. *John Maynard Keynes*. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

MISSE, M. "Autos de resistência": uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2000-2001). Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (UFRJ), 2011.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MORAES, A. L. Z. D. Monografia Nº 70 - Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2016.

MOTTA, L. E. A respeito da questão da democracia no marxismo: a polêmica entre Althusser e Poulantzas. Revista Brasileira de Ciência Política, São Paulo, p. 19-51, 2014.

MOUFFE, C. Sobre o Político. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MÜLLER, W.; NEUSÜB, C. La ilusión del estado social y la contradicción entre trabajo asalariado y capital. In: BONNET, A.; PIVA, A. Estado y Capital, el debate alemán sobre la derivación del Estado. Edição digital. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: 2017. p. 127-240.

NAVES, M. B. A questão do Direito em Marx. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NAVES, M. B. Prefácio à edição brasileira. In: PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 - 1929). São Paulo: Sundermann, 2017(a). p. 7-22.

NAVES, M. B. Evgeni Pachukanis (1891-1937). In: PACHUKANIS, E. A Teoria Geral do Direito e o Marxismo e Ensaios Escolhidos (19321-1929). São Paulo: Editora Sundermmman, 2017(b). p. 351-358.

NOGUEIRA, M. A. Em defesa da política. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OLIVEIRA, C. A. B. D. Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, G. C. D. Estrutura Patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (1970-2008): teoria, evidências e peculiaridades. Tese de doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP, 2009.

ONU. Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible. New York: ONU, 2018.

OXFAM BRASIL. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. São Paulo: OXFAM, 2018.

PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929). São Paulo: Editora Sundermann, 2017(a).

PACHUKANIS, E. Para um exame da literatura sobre a teoria geral do direito e do Estado (1923). In: PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929). São Paulo: Editora Sundermann, 2017(b). p. 227-234.

PACHUKANIS, E. B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAZELLO, R. P. Acumulação originária do capital e do direito. Revista InSURgência, Brasília, v. 2, n. nº 1, p. 66-116, 2016.

POLANY, K. La gran transformation. Critica del liberalismo económico. Madrid: LAS EDICIONES DE LA PIQUETA, 1989.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, [1978] 1985.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977 (1968).

RELATOR DES. FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI. P.A. Corte Especial nº 0003021-32.2016.4.04.8000/RS. Porto Alegre: [s.n.], 2016.

REPÚBLICA FRANCESA. Universidade de Barcelona, 1799. Disponível em: <<http://www.ub.edu/ciudadania/hipertexto/evolucion/textos/cf1799.htm>>. Acesso em: 10 fevereiro 2019.

ROBINSON, J. Introdução à teoria do emprego. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1990.

RODRIGO, C. O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAID, E. Orientalismo. Madrid: Libertarias, 1990.

SAID, E. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANDRONI, P. Dicionário de economia do século XXI. São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, B. D. S. Os fascismos sociais. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 setembro 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06099808.htm>>. Acesso em: 10 junho 2016.

SANTOS, B. D. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 63, p. 237-280, Outubro 2002.

SANTOS, B. D. S. O fascismo como regime social. *Carta Maior*, São Paulo, 2 fevereiro 2003. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-fascismo-como-regime-social/19422>>. Acesso em: 10 junho 2016.

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: duas linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SÃO PAULO, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DAS COMISSÕES DE PROMOÇÕES. Portaria do Comandante Geral de 22/5/2013. São Paulo: Diário Oficial Poder Executivo - Seção I de 11/6/2013, 2013.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Rational expectations and the theory of Economic Policy. University of Minnesota Working Paper #29, August 1974.

SCHIERA, P. Estado de polícia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 409-413.

SCHMITT, C. *Legalidad y legitimidad*. Madrid: Aguilar, [1922] 1971.

SCHMITT, C. *La dictadura. Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Alianza Editorial, [1922] 1985.

SCHMITT, C. Teologia Política. Quatro capítulos sobre a doutrina da soberania. In: SCHMITT, C. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, [1922]1996. p. 81-130.

SCHMITT, C. *O guardião da Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, [1931] 2007.

SCHMITT, C. *O conceito do político*. Lisboa: Edições 70, [1932] 2015.

SCHMITT, C. O Führer protege o Direito - sobre o discurso de Adolf Hitler no Reichstag em 13 de julho de 1934. In: MACEDO JR, R. P. *Carl Schmitt e a fundamentação do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, [1934] 2011.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SERACINSKIS JUNIOR, R. E. A POUPANÇA EXTERNA NO DESENVOLVIMENTO CLÁSSICO. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo FGV, 2015.

SERRANO, P. E. A justiça na sociedade do espetáculo. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

SERRANO, P. E. A. P. Autoritarismo e Golpes na América Latina: Breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: ALAMEDA, 2016.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

SOUZA, J. Ralé Brasileira: quem é e como vivem. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STAMFORD, A. Certeza e Segurança Jurídica. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. ano 36, n. 141, p. 257-270, janeiro/março 1999.

STF. ADPF nº 347- Rel.: Min. Marco Aurélio. DJ. 09/09/2015. Brasília: STF, 2015.

STIGLITZ, J. La fin du néolibéralisme. Lesechos.fr, 21 julho 2008. Disponível em: <http://www.lesechos.fr/21/07/2008/LesEchos/20218-053-ECH_la-fin-du-neoliberalisme.htm>. Acesso em: 14 junho 2016.

SUNDFELD, C. A. Fundamentos de Direito Público. 4ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

TAVARES, M. D. C. O caso do Brasil. In: SICSÚ, J.; PORTARI, D. Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: IPEA, 2010 (1964-b). p. 67-124.

TERTULIAN, N. Carl Schmitt: Teologia política e o princípio do líder. Verinotio, v. VII, n. 13, abril 2011.

TIBURI, M. Como conversar com um fascista. São Paulo: Record, 2015.

TILLY, C. Coercion, Capital and European States: 990-1990. Cambridge: Blackwell, 1992.

USA. USA PATRIOT ACT. Washington D. C.: Congress of USA, 2001. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-107hr3162enr/pdf/BILLS-107hr3162enr.pdf>>. Acesso em: 31 agosto 2017.

VALIM, R. Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VALIM, R. R. A. O princípio da segurança jurídica no direito administrativo brasileiro. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Direito do Estado PUC-SP, 2009.

VIANO, E. C. A crescente população carcerária condenada à prisão perpétua nos EUA: seu custo e impacto em vários segmentos da sociedade. RBCCRIM, São Paulo, v. 145-152, n. 26, julho 2018.

VITALI, S.; B. GLATTFELDER, J.; BATTISTON, S. The network of Global Corporate Control. PLOSONE, Zurich, v. 6, n. 10, 2011.

WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, M. A política como vocação. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos., 1967. p. 56-89.

WEBER, M. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: WEBER, M. Textos selecionados. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. p. 21-118.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, J. Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

WOOD, E. M. Empire of Capital. New York: Verso, 2005.

WOOD, E. M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].

WORLD INEQUALITY DATABASE. World Inequality Database. World Inequality Database, 2019. Disponível em:

<https://wid.world/es/mundo/#ghweal_p0p100_z/US;FR;DE;CN;ZA;GB;WO;BR;AR;IN;RU/last/eku/k/p/yearly/s/false/0.5175500000000001/1/curve/false/country>. Acesso em: fevereiro nov. 2019.

ZAFFARONI, E. R. O inimigo no direito penal. 3ª edição, 2ª reimpressão. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.

ZIZEK, S. Violência: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014 [2008].
